

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
NÍVEL MESTRADO**

JANAÍNA CAMARA DA SILVEIRA

**ESTADO COMO AGENTE ATIVO DA ECONOMIA CHINESA:
Interpretações sobre os 40 anos da política de reforma e abertura**

**São Leopoldo
2018**

Janaína Camara da Silveira

**ESTADO COMO AGENTE ATIVO DA ECONOMIA CHINESA:
Interpretações sobre os 40 anos da política de reforma e abertura**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lélis

**São Leopoldo
2018**

S587e Silveira, Janaína Camara da.
Estado como agente ativo da economia chinesa : interpretações sobre os 40 anos da política de reforma e abertura / por Janaína Camara da Silveira. – 2018.
128 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Economia, São Leopoldo, RS, 2018.

“Orientador: Dr. Marcos Tadeu Caputi Lélis”.

1. China. 2. Desenvolvimento. 3. Estado. 4. Mercado.
5. Transição. I. Título.

CDU: 330.34(510)

Janaína Camara da Silveira

**ESTADO COMO AGENTE ATIVO DA ECONOMIA CHINESA:
Interpretações sobre os 40 anos da política de reforma e abertura**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
Orientador: Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lélis

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Tadeu Caputi Lélis (orientador)

São Leopoldo

2018

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação não teria começado sem a mãe, a Beneta. E vai um obrigada ao Cris e à Maíra, aos cunhas Lu e Gusta e aos sobrinhos Antônio e Helena, cujos pitacos apertando algumas teclas deram mais sentido ao texto. Uma pena o pai não estar aqui, ele se divertiria. A viagem chinesa, que dá início a tudo isso, só foi possível graças à Cacá Chang, que perguntou se eu toparia trabalhar na agência de notícias Xinhua, em 2007. Antes e até hoje, ela, Leo Camargo, Mari Scholze, Tati Klix e Paola Deodoro seguram várias pontas. Do Notes ao Whatsapp, a distância nunca impediu de estarmos juntas.

A Xinhua proporcionou o contato diário com as transformações por que passa a China graças ao trabalho e a colegas que chamo de amigos, tanto no Rio quanto em Beijing: Bi Yuming, Chen Weihua, Ding Yun, He Meng, Hu Renrong, Jia Anping, Li Hailong, Li Wei, Li Xiaopeng, Liu Guobing, Liu Long, Wang Fan, Wang Yiduan, Xun Wei, Yang Limin, Zhang Qichang, Zhang Wuyue, Zhao Yan, Zhao Ying, Zhou Jun, Zhu Rui, entre outros com quem convivi. Essa aventura é ainda muito melhor graças a Amilton Reis, Bruna Santos, Cadu Leite, Diego Goulart, Fernanda Morena, Glênio Paiva, Luiz Tasso Neto, Paula Coruja, Sun Lidong, Társila Lemos Borges e tantos da família chinesa. Duas economistas são inspiradoras, a Tati Rosito e a Paula Nabuco. Eu dizia que a última seria minha orientadora no doutorado, mas a vida veio atropelando e ela se foi muito cedo. Quem reacendeu a vontade de fazer o doutorado foi a Rosana Pinheiro-Machado, num papo em Guomao. Tomara. O Santiago Bustelo é um guia nas interpretações pelos recantos da sinologia.

A transição do jornalismo para a economia e a vontade de interpretar um fenômeno econômico para depois contá-lo tem três inspirações: Cláudia Trevisan, Pat Comunello e Chris Schmitt. As duas últimas foram minhas editoras. Com a primeira, aprendi muito de China. Com todos aqui ganhei e espalhei afeto. Tem mais, pois. Agradeço ao meu orientador, Marcos Lélis, e aos professores do PPG, em especial a Alexsandro Carvalho, Fernando Lara, Janaína Ruffoni, Luciana Costa e Tiago Wickstrom. Ao profe Miguel Fensterseifer devo parte das noções matemáticas. Agradeço a todos os colegas e amigos, em especial a Ale Rizzotto, Aline Caye, Gustavo Guazzelli, Luísa Lacerda, Rodrigo Ferneda e, claro, Victor

Santana. Alana Vieira e Luciane Franke, se a mãe ajudou no início e no meio desse trabalho, sem vocês eu não teria chegado ao fim.

Afeto, vida e diversão é o que mais divido e multiplico com esta turma toda e com outros amigos e sinólogos que se não estão aqui, têm lugar cativo no meu coração. E que o Brasil siga com seriedade os ainda escassos, mas necessários estudos da sinologia.

*“But if you go carrying pictures of chairman Mao/
You ain't going to make it with anyone anyhow”*

John Lennon e Paul McCartney, *Revolution*, 1968

*“China is not a superpower,
nor will it ever seek to be one”*

Deng Xiaoping, 1974

RESUMO

A China percorreu em quatro décadas a transição de uma economia agrária para industrial e de serviços em um processo liderado pelo Estado mesmo com a política de reforma e abertura iniciada em 1978. O país optou pelo experimentalismo e o gradualismo como guias para as reformas estruturais que significaram também a criação e a adaptação de suas instituições, muitas adotadas em caráter transitório. Em quatro décadas, cresceu a importância da China no cenário global, seja por meio de suas exportações, dos investimentos estrangeiros que recebe e provê a outros países, dos organismos multilaterais de financiamento que criou ou pelo crescente mercado interno, cada vez mais urbano. Tal processo é objeto de amplo debate. O presente trabalho contribui para esta discussão ao resgatar a historiografia econômica da China a partir da chegada do Partido Comunista ao poder e ao expor os instrumentos utilizados pelo Estado na condução do crescimento e do desenvolvimento econômico e culmina com a apresentação das principais interpretações, além de a da própria autora, sobre este fenômeno sob a ótica do papel do Estado e da inserção na economia global.

Palavras-chave: China; Desenvolvimento; Estado; Mercado; Transição.

ABSTRACT

China has gone through four decades of transition from an agrarian to an industrial and service economy based on a state-led process ignited with the reform and opening up policy in 1978. China has chosen experimentalism and gradualism as guides for structural reforms, which also meant the creation and adaptation of its institutions, many of them adopted as a transitional solution. In four decades, China became increasingly important in the global scenario, whether through its exports, the foreign investment it receives and provides to other countries, the multilateral financing mechanisms it has launched or its growing urban consumer market. This process is subject of much debate. The present work contributes to this discussion by displaying China's economic historiography since the arrival of the Communist Party to power and by exposing the instruments used by the state on conducting growth and economic development. It also shows the main interpretations and the author's as well of this phenomenon in terms of role of the State and insertion in the global economy.

Keywords: China; Development; State; Market; Transition.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Organização da Liderança do PCCh e a Relação com o Governo.....	59
FIGURA 2 - Pirâmide Etária da China, 2017 e 2050 (Projeção).....	85

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Participação setorial em investimentos em bens de capital, 1952-1978 (%).....	30
TABELA 2 - Participação setorial na renda nacional chinesa - 1952-78 (%).....	31
TABELA 3 - Distribuição do valor de produção bruto por tipo de propriedade (%) - 1978 a 1992.....	32
TABELA 4 - Depósitos nas cooperativas rurais de crédito da China, 1978-1993 (100 milhões de yuans)	38
TABELA 5 - Taxa de referência de câmbio do RMB	43
TABELA 6 - Balança Comercial da China - Intervalos selecionados, 1978 a 2015	43
TABELA 7 - Inflação e mudanças nos preços relativos (percentual de mudança anual)	44
TABELA 8 - Emprego por setor da economia (%) - Intervalos selecionados, 1978 a 2016	48
TABELA 9 - Evolução do PIB, 1978 a 2017	55
TABELA 10 - População rural e urbana (%) - Intervalos selecionados, 1978 a 2016	66
TABELA 11 - Exportações por intensidade tecnológica - Intervalos selecionados, 1992-2016	79
TABELA 12 - Investimento em ciência e tecnologia na China - 2012 a 2016	80
TABELA 13 - Sinais básicos da transição da fase de subsistência para desenvolvimento	84

LISTA DE SIGLAS

ABC	Agricultural Bank of China (Banco Chinês da Agricultura)
ANP	Assembleia Nacional Popular, o Parlamento chinês
BAD	Banco de Desenvolvimento Asiático
BCB	Banco Central do Brasil
BOC	Bank of China (Banco da China)
CCB	China Construction Bank (Banco Chinês da Construção)
CCPPC	Conferência Consultiva Política do Povo Chinês
COEs	Collectively Owned Enterprises (Empresas de Propriedade Coletiva)
EUA	Estados Unidos da América
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICBC	Industrial and Commercial Bank of China (Banco Chinês Industrial e Comercial)
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PBoC	People's Bank of China (Banco Popular da China, o Banco Central chinês)
PCCh	Partido Comunista da China
PIB	Produto Interno Bruto
RMB	Renminbi (moeda chinesa. Também Yuan, sob código CNY e símbolo ¥)
SASAC	State Assets Supervision and Administrative Commission
SOEs	State Owned Enterprises (Companhias Estatais)
TVEs	Township and Village Enterprises (Empresas de Subdistritos e Vilas)
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio

e o Desenvolvimento

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência
e a Cultura

URSS

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE

Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DA CHINA MAOÍSTA AO SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS	18
2.1 A China Socialista (1949 a 1978).....	22
2.2 A China da Transição Gradual (1979 a 1992).....	29
2.3 A China do Socialismo com Características Chinesas (1993 até hoje).....	47
3 A MÃO VISÍVEL DO ESTADO	57
3.1 Partido Comunista da China, Governo e Estado.....	57
3.2 Instrumentos para Ação do Estado	62
3.3 Instituições: Coevolução no Processo de Reforma e Abertura	69
3.4 Do Micro ao Macro: Casos das TVEs, ZEEs e FinTechs.....	74
3.5 Inovação como Motor de Crescimento.....	78
3.6 A Legitimidade: Corrupção e Ambiente como Foco	82
4 O DEBATE ACERCA DO PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO CHINÊS	91
4.1 Centralidade da Economia Política e do Papel do Estado	93
4.2 Capitalismo de Estado, Globalização e Integração ao Mercado	97
4.3 Estado como Motor: Investimento e Inovação	103
4.4 Processo e Institucionalização: Preponderância da Adaptação.....	109
4.5 China Estratégica: Considerações Sobre os 40 Anos de Reforma e Abertura	115
5 CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS	126

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento chinês desde a política de reforma e abertura do ano de 1978 é tão intrigante quanto vigoroso: nestas quatro décadas, o país consolidou a posição de segunda maior economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de mais de US\$ 12,8 trilhões, atrás apenas dos Estados Unidos. Tem as maiores reservas internacionais do globo, que ultrapassam os US\$ 3,1 trilhões, e contribuiu em 2017 com cerca de 30% do crescimento global. É ator fundamental em processos decisivos no mundo, tais quais ambiente, globalização e defesa.

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico peculiar da China é palpável tanto para o pesquisador que observa os números em uma planilha quanto para o turista em visita a uma grande metrópole, com Beijing, Shanghai ou Guangzhou. Se nos anos 2000 eram os guindastes por toda a parte que anunciavam a construção de uma nova China, agora são os smartphones como meio de pagamento que saltam aos olhos e dão pistas sobre mudanças estruturais da economia chinesa, em que serviços e consumo ampliam a contribuição no crescimento. A sociedade que praticamente já abandonou o papel-moeda enriqueceu.

Nos anos 1980, as bicicletas eram o retrato de uma China que se movia rumo ao crescimento. Na década seguinte, milhões de migrantes rurais pegavam carona nos trens abarrotados à procura dos empregos nas fábricas que ajudaram a revolucionar a manufatura e a sociedade chinesas. Entre uma década e outra, mudanças estruturais dentro e fora do país obrigaram a China a ampliar a intensidade tecnológica de seus produtos para manter a competitividade e, com ela, o vigor da economia. Agora vive desafios tão grandes quanto combater a poluição e lidar com uma sociedade que experimenta as pressões das desigualdades sociais e regionais.

Consolidou este caminho tendo um partido único no poder, o Partido Comunista da China, num arranjo institucional que escapa à democracia como o Ocidente a interpreta. Mantém sob o guarda-chuva do Estado os principais ativos estratégicos do país e conduz a vida pública de tal forma que interfere em temas tão cotidianos e individuais quanto a informação que chega à tela de celular e do computador e o número de filhos que as famílias podem ter. Tudo isso sem perder a

legitimidade. Assim, torna-se passível de questionamento o papel desse Estado chinês no processo de desenvolvimento econômico.

Importante ressaltar que não há qualquer dúvida que o Estado seja atuante na economia chinesa. Porém, as discussões sobre a profundidade em que o Estado atua e sobre os arranjos e instrumentos para tal são objeto de pesquisas dentro e fora da China. Em 40 anos de política de reforma e abertura, os movimentos do Estado também foram alterados, em parte pelas rápidas mudanças domésticas, mas em parte porque a dinâmica mundial também sofreu alterações. Dois exemplos refletem impactos deste período: a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, e a crise financeira global de 2008. A cada impacto, o Estado chinês reagiu com ajustes consideráveis, necessários à manutenção do fôlego do crescimento do país asiático.

Dado este quadro, o presente trabalho tem como objetivo geral interpretar o fenômeno de desenvolvimento recente chinês a partir do papel do Estado, com ênfase na condução da política econômica chinesa. O período abarcado são os 40 anos de reforma e abertura, comemorados no ano de 2018.

Para cumprir com o objetivo geral, apontam-se os seguintes objetivos específicos.

- 1) Analisar o processo histórico da China, a partir da chegada do Partido Comunista no poder.
- 2) Apontar os principais instrumentos que o Estado Chinês utiliza no processo de condução da economia desse país.
- 3) Discorrer sobre o debate sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico chinês

A fim de compreender o papel do Estado neste processo, a presente dissertação recorre ao método histórico para retratar os períodos por que a China passou e também os instrumentos utilizados pelo poder central e, a partir deste arcabouço, discutir as interpretações acerca de tal fenômeno. Por consequência, o trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução e de conclusão.

O capítulo 2 comporta os principais períodos de mudanças econômicas desde a chegada do Partido Comunista da China ao poder, resgatado uma vez que funda o sistema até hoje em vigor. São eles a China Socialista (1949 a 1978), a China da Transição Gradual (1979 a 1992), precisamente o período que começa quando a

China adota a política de reforma e abertura e, num primeiro momento, catapultou o setor manufatureiro intensivo em mão de obra, e a China do Socialismo com Características Chinesas (1993 até hoje).

O capítulo 3 trata do Estado especificamente, debatendo o arsenal político-institucional de que a China lançou mão nas décadas de reforma e abertura, o que abarca i) Partido Comunista da China, Governo e Estado; os ii) instrumentos para ação do Estado; as iii) instituições; iv) exemplos de sucesso na economia que ganharam escala nacional; v) inovação e vi) a legitimidade que o Partido Comunista Chinês (PCCh) mantém.

No capítulo 4, apresenta-se o debate acerca do papel do Estado no desenvolvimento chinês, visto a partir das principais teorias e interpretações que alimentam tal discussão, todos levantados por sinólogos dedicados ao tema do desenvolvimento. A ênfase recai em interpretações de pesquisadores chineses e brasileiros, mas a escola norte-americana também está representada. Neste sentido, são discutidos sob a ótica da economia política os textos que falam sobre capitalismo de Estado, a China ante a globalização e a integração ao mercado, a inovação como motor de crescimento e interpretações que trazem o processo e os arranjos institucionais como protagonistas. A contribuição da autora para este debate também está presente neste capítulo, com ênfase para o papel do Estado como um amortecedor para os riscos econômicos e ente de condução estratégica da economia chinesa. O pano de fundo para essa interpretação está na rapidez com que ajusta políticas e instituições como característica primordial em um mecanismo Partido-Estado que se legitima pela constante busca e conquista de novos objetivos, inclusive aqueles adotados para adaptar-se a desafios. Por fim, chega-se à conclusão, encerrando o presente trabalho.

2 DA CHINA MAOÍSTA AO SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

Este capítulo tem como objetivo resgatar a historiografia econômica da China a partir da implantação da política de reforma e abertura, que se inicia em dezembro de 1978, e é tida como o marco da retomada de crescimento do país asiático (LIN, 2012). Para tanto, o presente trabalho se utiliza de obras já consagradas no meio acadêmico sobre o tema a fim de destacar os principais pontos desta trajetória.

Neste sentido, convém aqui detalhar a metodologia empregada na presente dissertação, cujo objetivo geral é interpretar o fenômeno de desenvolvimento recente chinês a partir do papel do Estado, com ênfase na condução da política econômica chinesa, abarcando o período dos 40 anos da política de reforma e abertura. Para tanto, recorre-se ao método histórico para retratar períodos por que a China passou, além da análise de alguns documentos relacionados à implementação de políticas econômicas na China desde 1978. Tal sustentação teórica passa ainda por uma criteriosa análise sobre os 40 anos de reforma e abertura da China, a fim de delimitar os conceitos abordados, as políticas de impacto implantadas nestas quatro décadas e as fases que as marcaram na historiografia econômica chinesa.

Assim, resgatam-se os três objetivos específicos já destacados na Introdução, aqui reforçados: i) analisar o processo histórico da China, a partir da chegada do Partido Comunista no poder, ii) apontar os principais instrumentos que o Estado Chinês utiliza no processo de condução da economia desse país e iii) discorrer acerca do debate sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico chinês.

A análise descritiva dos processos político e econômicos chineses, bem como de documentos - obtidos em livrarias, portais governamentais e portais de instituições, além de trabalhos produzidos por outros autores -, leva por fim a análises sobre o papel do Estado na economia chinesa. Este é feito tendo como ponto de partida trabalhos de sinólogos reconhecidos na academia cujos textos tenham sido publicados em português ou inglês e estejam relacionados ao desenvolvimento.

A ênfase recai em interpretações de pesquisadores chineses e brasileiros, mas a escola norte-americana também está representada. Neste sentido, são discutidos sob a ótica da economia política os textos que falam sobre capitalismo de Estado, a China ante a globalização e a integração ao mercado, a inovação como

motor de crescimento e interpretações que trazem o processo e os arranjos institucionais como protagonistas. A contribuição da autora para este debate também está presente, com ênfase para o papel do Estado como um amortecedor para os riscos econômicos e ente de condução estratégica da economia chinesa.

Importante salientar que o presente trabalho busca apoiar-se também nas principais leituras e interpretações da academia norte-americana sobre a China, dada a i) capilaridade que esta escola tem no Ocidente e ii) liberdades tanto de pesquisas e fontes quanto de conclusões, o que não encontra paralelo na academia chinesa, em que os limites do discurso seguem padrões ora mais largos ora mais estreitos por conta de controles oficiais. Já a escolha por discutir interpretações de acadêmicos brasileiros ocorre por se tratarem de estudiosos de um país em desenvolvimento e por apresentar visões que reflitam um olhar analítico a partir do Brasil sobre a China. A opção por também destacar cientistas sociais chineses encontra uma explicação em Lin, economista chinês que aposta na inovação como o principal ingrediente para o crescimento da economia do país:

Ciência social é, por natureza, um sistema simples e lógico de causas e efeitos. Uma teoria é aplicável ou não a um país a depender se seus pressupostos básicos estão alinhados a condições sócio-econômicas daquele país. Geralmente, apenas os acadêmicos nativos têm um bom entendimento de sua história, cultura e realidades - e então podem encontrar as variáveis-chave entre complexas condições sócio-econômicas, e, assim, construir um sistema simples e lógico capaz de explicar as causas dos problemas e prever os efeitos de determinadas ações nos seus países. Os intelectuais chineses e de outras nações em desenvolvimento devem, então, aprofundar o entendimento de seus próprios países em todos os aspectos (LIN, 2012, p. xvii).

Uma vez que o papel do Estado chinês é central neste estudo, e será objeto do capítulo subsequente, recorre-se à chegada do Partido Comunista da China (PCCh) ao poder, em 1º de outubro de 1949, visto que este é até os dias atuais o principal responsável pela condução político-econômica da China. Na institucionalidade chinesa, Partido, Governo e Estado estão interligados (MCGREGOR, 2010). Assim sendo, contemplaremos neste capítulo uma seção para discutir os 29 anos que caracterizam o que autores sinólogos convencionam chamar

de China Socialista, ou seja, a do período maoísta e pré-política de reforma e abertura.

Antes, é imprescindível notar que a ciência política ocidental busca conceituar o Estado desde há séculos, a partir de definições surgidas em John Locke (1632-1704), Jean Jacques Rosseau (1712-1779), Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920), para citar alguns pensadores europeus. Com características diversas, as diferentes definições abarcam desde sentidos geográficos e de poder dos Estados, com suas instituições e papéis definidos para a sociedade civil e para seus representantes, a questões de bem-estar social e igualdade econômica. O Estado, nestes casos, é, via de regra, diverso do Governo, que, na concepção weberiana, é uma instituição que se inclui na estrutura de Governo e, portanto, não são idênticos (ISUANI, 1984). Tais discussões, em verdade, são anteriores. Platão (428 a.C.-347 a.C.) já afirmava que a arte de governar não significa agir segundo as leis, mas exercer a arte do comando (SEHELLART, 2009, p. 14). Apenas na Europa do Século XVI é que se passa a repensar o papel do Governo como uma instituição múltipla e de diferentes funções, e menos como um mecanismo de coerção (SEHELLART, 2009, p. 32).

Como ressalta McGregor (2010), na China Estado e Governo se confundem, o que, hoje, tem também o Partido Comunista local como outra peça da engrenagem. Neste sentido, vale ressaltar que a tradição de organização governamental e política da China é ela também milenar. Anterior a Confúcio (551 a.C - 479 a.C.), é, no entanto, a partir desse pensador que o sistema político e de Governo chinês se estrutura e mantém suas bases éticas, morais e políticas. Segundo Chen (2018), o confucionismo prega a harmonia e a diferença, a partir do ensinamento de como o homem se porta no ambiente social e político, tendo como pilares a já citada harmonia, a piedade filial e a coexistência. Na tradição confucionista, o cidadão percebe como centro de suas vidas a família e o Estado (CHEN, 2018).

Tal arcabouço acompanha boa parte do período dinástico chinês (a dinastia Xia teria sido a primeira, embora haja controvérsias em relação ao seu estabelecimento, tendo provável início em 2070 a.C e a última foi a Qing, que se encerrou em 1911). Esse período, que conforma governos há cerca de 4 mil anos, tem certa continuidade, como sustenta Visentini (2016), que destaca ainda o fato de

a pregação da obediência hierárquica familiar e política confucionista considerar legítima a revolta popular ao poder constituído caso o imperador não trabalhasse pelo bem comum, perdendo o que os chineses chamam de Mandato do Céu.

Como explica Nabuco (2011), na dinastia Zhou (1046-256 a.C.) a ordem tinha apoio num pressuposto político-religioso em que soberano era equiparado à divindade suprema, o Céu, mas sem laços de parentesco entre a divindade e a família real. Segundo a autora, os Zhou usaram essa idéia para derrubar os predecessores, que segundo eles, foram considerados indignos pelos Céus de governar a China - sendo substituídos pelos próprios Zhou. Tinha início o mandato do Céu, que poderia ser modificado e transferido para uma outra linhagem, mais apta e digna de governar. Nabuco (2011) sustenta que esta tradição milenar não apenas se sucedeu no período dinástico, que durou até 1911, mas tem hoje como mandatário é o Partido Comunista Chinês, elaborador, organizador e executor daquilo que ele mesmo batizou de Nova China (Xinhua, 新华).

Somado a isso, a cultura chinesa tem a noção de indivíduo subordinada à de coletivo (VISENTINI, 2016) - ou seja, mesmo o imperador precisa prover o bem comum. Os cidadãos assumem com tranquilidade esse papel de um ser celular, parte da engrenagem pelo bem coletivo. Tal tradição serve como baliza para dar legitimidade ao PCCh, que em 2019 celebrará 70 anos ininterruptos no poder na China. É justamente o período iniciado com a chegada do PCCh ao comando do país que será analisada em mais detalhes no presente capítulo.

Os marcos temporais para o período consagrados por Barry Naughton (2007) são o fio condutor da presente análise, adaptados pela autora para comportar períodos de mudanças disruptivas dentro do sistema econômico chinês, a saber: a China Socialista (1949 a 1978), a China da Transição Gradual (1979 a 1992), precisamente o período que começa quando a China adota a política de reforma e abertura e, num primeiro momento, catapulta o setor manufatureiro intensivo em mão de obra, e a China do Socialismo com características chinesas (1993 até hoje). Os dois últimos períodos serão igualmente retratados em seções distintas no presente capítulo.

2.1 A China Socialista (1949 a 1978)

Inaugura-se no ano de 1949 a transição política mais marcante da história contemporânea chinesa, quando o Partido Comunista da China (PCCh) assume e se inicia um período de profundas e constantes transformações econômicas que mudariam não apenas o perfil sócio-econômico do país, mas a geopolítica global. É deste ponto em diante que o país passa de uma nação dependente de recursos produtivos da vizinha e aliada Rússia - em 1953, por exemplo, o governo chinês trabalhou em 166 projetos prioritários graças ao aporte tecnológico e de recursos humanos russos (HSUEH, SU, LIN, 1960, p. 78) - para a segunda economia global, cujo Produto Interno Bruto (PIB) ultrapassou os US\$ 12,8 trilhões em 2017 (LI, 2018). Atrás apenas dos Estados Unidos, quando medido em US\$ estadunidense, e se consolidando como a maior economia do mundo quando o PIB é medido em Paridade de Poder de Compra.

A fim de buscar entender tal processo, é preciso lembrar a fundação da República Popular da China, instalada em 1º de outubro de 1949, em Beijing, por Mao Zedong. O líder comunista assumiu a liderança do Partido fundado em 1921 durante a Longa Marcha (1934-35), movimento que marcou a consolidação do PCCh junto aos camponeses (FAIRBANK, GOLDMAN, 2007, p. 282) e cuja estrutura institucional começava a se firmar ainda no regime oficial de Chiang Kai-Shek¹. Todavia, tal coexistência não foi de todo pacífica.

A chegada de Mao ao poder tem como pano de fundo uma sociedade fragmentada justamente pela guerra civil entre os comunistas e os nacionalistas e pela ocupação japonesa da região chinesa da Manchúria, onde foi instalado o regime de Manchukou (1932-45), subordinado aos interesses do Japão (YI, 1988, p. 209). Segundo Hsueh, Su e Lin (1960), entre 1937 e 1945, os japoneses detinham 70% da produção de carvão, 95% da produção de aço e 73% do transporte de

¹ Chiang Kai-Shek, cujo nome é grafado também como Jiang Jiechi segundo o sistema de transliteração de caracteres chineses ao alfabeto romano conhecido como pinyin e hoje oficial na China continental (que não inclui Hong Kong, Macau e Taiwan), foi líder da República da China a partir de 1928 e, com a chegada dos comunistas ao poder, em 1949, instalou-se em Taiwan. A ilha declara-se independente, mas a China reclama a posse do território (FAIRBANK, GOLDMAN, 2007). A grafia mantida no texto é popular no Ocidente e segue o padrão de transliteração Wade-Giles, comum antes do governo do PCCh.

cargas por navio. Além disso, controlavam os setores de banco, seguros e comércio exterior.

De acordo com Spence (1996, p. 421), o ataque a Pearl Harbor (1941) é decisivo para o enfraquecimento do poderio japonês, momento em que os Estados Unidos buscaram aproximar-se dos nacionalistas na China, oferecendo combustível e mantimentos às forças de Chiang Kai-Shek. O objetivo central norte-americano era evitar um novo país comunista, vizinho à Rússia (FAIRBANK, GOLDMAN, 2007, p. 311). A China vivia um tempo de inflação alta e descontrole de preços (HSUEH, SU e LIN, 1960, p. 40) e, mesmo com a expulsão japonesa e tendo recebido apoio norte-americano, o governo Nacionalista (do partido Guomintang, de Chiang) obteve pouco respaldo popular. Segundo Mao, 10% dos donos de terra possuíam 70% da área cultivável do país, enquanto os outros 90% de agricultores dividiam 30% e quem arrendava a terra tinha de ceder 50% para o proprietário (HSUEH, SU, LIN, 1960, p. 2). O país estava desgastado pelas guerras, e, além da inflação, as exportações, principalmente de especiarias e produtos como seda e cerâmica, haviam caído no Entre Guerras, depois da crise de 1929 nos Estados Unidos (SPENCE, 1996, p. 478).

É neste contexto que os comunistas assumem, dando início a um processo econômico que ao longo de pouco mais de cinco décadas, segundo Naughton (2007, p. 4) é marcado pela revolução, pelo socialismo, pelo radicalismo maoísta, pela reforma econômica gradual e pelo rápido crescimento econômico. Depois da crise financeira global de 2008, o crescimento chinês arrefeceu. Tal queda não ocorreu nos primeiros anos graças ao pacote de estímulo governamental da ordem de US\$ 685 bilhões (LIN, 2012, p. 7) e sim a partir de 2011, quando o incremento do PIB não só volta à casa de um dígito para ser também menor a cada ano, até 2016 (em 2017, subiu timidamente, o que não ocorria desde 2010², ficando em 6,9%³).

² Dados do Departamento Nacional de Estatísticas da China, no website oficial. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>>. Acesso: 15 abr. 2018.

³ Economia chinesa supera previsões e cresce 6,9% em 2017. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2018-01/19/c_136908039.htm>. Acesso: 18 abr. 2018.

Ainda que o dito crescimento hoje tenha como meta oficial os 6,5% anuais, o que o governo chinês considera seu novo normal⁴, de 2013 a 2017, período do primeiro mandato do atual presidente, Xi Jinping, o PIB chinês teve incremento anual médio de 7,1%. No mundo, a fatia de participação do PIB da China subiu de 11,4% em 2012 para quase 15% em 2017 (LI, 2018). Em 1978, essa participação não chegava aos 0,5% (BERGSTEN et al., 2008).

Esta trajetória tem como gêneses a revolução e o socialismo a que Naughton (2007) se refere e que caracterizam os primeiros anos da China conduzida por Mao. A revolução é a primeira da série de transições que moldam a China contemporânea e seu papel no mundo e cujos instrumentos utilizados pelos Estado na condução da economia serão debatidos principalmente no próximo capítulo, ainda que possam estar presentes também neste Capítulo 2 dada a natureza do regime político chinês.

O país vinha de cerca de duas décadas de guerras e herdava a descrença em instituições ocidentais, graças aos tratados comerciais nas regiões portuárias instituídos durante a Dinastia Qing (1644-1912) (FAIRBANK, GOLDMAN, 2007, p. 192). Segundo Naughton (2007), paz e estabilidade econômica eram anseios da população e foram bases para o apoio à política de portas fechadas adotada por Mao. Além dos japoneses, os chineses tinham ressentimentos em relação à Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha e França (HSUEH, SU, LIN, 1960, p. 2), nações que detinham tratados para administrar portos e governar partes de cidades chinesas costeiras desde o final do período dinástico até pouco antes da chegada dos comunistas ao poder (SPENCE, 1996, p. 436).

Se antes do maoísmo os portos chineses eram motivo de disputa internacional e sob Deng Xiaoping o comércio exterior rendeu à China a alcunha de fábrica do mundo, sob o primeiro líder comunista, importações e exportações não só não eram estratégicas como sequer eram considerados motores de crescimento. Segundo Lardy (1992, p. 16), o diretor do Departamento de Importação do Ministério do Comércio Exterior à época, Zhang Huadong, chegou a afirmar que “o objetivo de

⁴ O índice de 6,5% para o crescimento anual do PIB é uma meta do governo chinês desde 2014. Segundo Beijing, o objetivo é garantir um crescimento sustentável, tendo a qualidade como prioridade ante a quantidade. Ver “Commentary: China’s high-quality growth still powerhouse for global development”. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-03/06/c_137020200.htm>. Acesso: 18 abr. 2018.

importar equipamentos da União Soviética é lançar as bases da independência industrial da China para que se possam produzir todos os bens de produção e não haja mais dependência de importações”. O mesmo autor argumenta que havia o entendimento de que exportações permitiriam as importações, mas não havia outro objetivo que não o de garantir apenas as bases do desenvolvimento da China e para a China. Em 1978, no ano da política de reforma e abertura, a China era o 32º país no ranking do comércio internacional (LARDY, 1992, p. 1) - isso porque a situação havia sido amenizada com o fim do embargo norte-americano em 1972, quando o então presidente norte-americano Richard Nixon visitou Mao para reatar os laços entre as duas nações (KISSINGER, 2011, p. 255). Em 2013, os chineses ultrapassariam os EUA no comércio internacional de bens⁵.

Os primeiros anos do maoísmo são conhecidos como os de recuperação (1949-52), em que além de controlar a inflação era necessário repensar o setor produtivo, que estava em declínio. A maior parte da propriedade era privada (LARDY, 1978, p. 20) e havia predominância da indústria pesada, inclusive com equipamentos industriais deixados pelos japoneses durante a ocupação da Manchúria, que abarcava as províncias chinesas de Heilongjiang, Jilin e Liaoning, no nordeste do país, e onde havia hidrelétricas, minas de carvão, cotonifícios e siderúrgicas, entre outras estruturas (SPENCE, 1996, p. 472). Esta região está próxima à então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), modelo no qual a China maoísta se espelhava (HSUEH, SU, LIN, 1960, p. 11).

Tal legado, a localização geográfica e a visão de desenvolvimento de Mao provocaram uma onda de investimento governamental na indústria pesada, que encampou as estruturas deixadas pelos japoneses. A redistribuição da terra arável também foi intensa no período: apenas nestes três anos, 42% mudaram de mãos para reduzir o poder político dos grandes proprietários (NAUGHTON, 2007, p. 65). A produção de grãos subiu de 103 milhões de toneladas em 1949 para 166 milhões de toneladas em 1952. A de algodão, passou de 450 mil toneladas para 1,3 milhão de toneladas no mesmo período. A de carvão mais que dobrou (XUE, 1981, p. 22). Com

⁵ China overtakes US as world's largest goods trader. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/7c2dbd70-79a6-11e3-b381-00144feabdc0>>. Acesso: 18 abr. 2018.

a experiência bem-sucedida, o Governo decidiu que era o momento de lançar a industrialização socialista em toda a nação.

Era só o início de uma política econômica que iria se estender por 29 anos (LARDY, 1978 p. 32). Entre 1952 e 1978, a participação da indústria no PIB chinês subiu de 18% para 44%, enquanto a da agricultura caiu de 51% para 28% (NAUGHTON, 2007, p. 56). Segundo Naughton (2007), a participação do setor de serviços no PIB caiu de 29% para 25% no mesmo intervalo de anos - para se ter uma ideia, em 1952 havia um restaurante para cada 676 habitantes, taxa que caiu a 1 restaurante para cada 8.189 moradores em 1978. O exemplo prosaico é resultado de uma decisão do Governo de coletivizar os negócios. Primeiro, houve a criação de cooperativas e a estatização de diversos setores. Os negócios privados, mesmo os pequenos, estavam proibidos. Grãos e roupas de algodão eram adquiridos por meio de cupons distribuídos à população pelo Governo (CHANG, HALLIDAY, 2012, p. 535).

Coletivização e prioridade na indústria pesada mudaram o cenário produtivo chinês. Enquanto a primeira eliminou os pequenos negócios e os bônus por produtividade ofertados até então pelo Governo, a segunda resultou em investimentos pesados que em muitos casos nunca foram totalmente utilizados - e que devido à complexidade levavam anos para gerar algum retorno. O resultado foi que de 1952 a 1978, a formação bruta de capital da China subiu a uma média anual de 10,4%, o que significou um aumento de 13 vezes no período. Já o consumo das famílias aumentou a uma média anual de apenas 4,3%. No entanto, enquanto nos centros urbanos o consumo dobrou no período, com incremento médio anual de 3%, no meio rural subiu só 58%, a 1,8%, em média, ao ano (NAUGHTON, 2007, p. 80).

A força de trabalho entre 1952 e 1978 teve um incremento de 191 milhões de trabalhadores, passando de 207 milhões para 398 milhões. Parte deste contingente, 37%, foi incorporada pelos serviços e pela indústria. Os demais, acabaram ou sem emprego ou na agricultura coletivizada, que dava sinais de baixa eficiência (NAUGHTON, 2007, p. 81).

Tais estratégias - coletivização e foco na indústria pesada - provocaram distorções no sistema chinês, como o Grande Salto Adiante (OSNOS, 2015, p. 23). Era 1958. Tinha início o primeiro período de radicalização maoísta. Com o sucesso da produção cooperativada, o governo estimulou a criação de comunas - coletivos

mais robustos -, 26 mil no total, que compreendiam 120 milhões de lares chineses ou, 99% da população camponesa, e tudo foi coletivizado: da produção ao cuidado com as crianças e o preparo das refeições (SPENCE, 1996, p. 546).

O modelo não era unanimidade no Governo. Xue Muqiao, um dos economistas mais influentes da China e que atuou não só no período de Mao, mas também no do sucessor, Deng Xiaoping, um intelectual autodidata que estudou economia na prisão durante os três anos em que ficou preso no regime de Chiang Kai-Shek devido à militância comunista, era crítico já à política de prioridade à indústria pesada⁶. Segundo ele, o setor demandava investimentos robustos e sobrecarregava a população agrária, à época, 90% dos chineses. O modelo já havia sido negativo na Rússia, sustentava Xue Muqiao. Além disso, Xue argumentava que “depois de organizarmos os pequenos negócios em cooperativas, fomos precipitados em coletivizá-los” (XUE, 1981, p. 6).

O momento da coletivização chinesa consistiu num esforço conjunto de 650 milhões de camponeses, organizados localmente e que deveriam construir novas infraestruturas, aumentar a produção de comida e o fabrico de equipamentos para a agricultura. Os líderes locais, muitos sem treinamento ou formação técnica, traçaram metas que jamais viriam a ser cumpridas, mas cujos fracassos nunca foram reportados. Os resultados anuais foram inclusive inflados nos relatórios submetidos ao poder central (SPENCE, 1996, p. 547). Em 1960, o país viveu um período de fome especialmente porque o modelo não contemplou a produção de comida e tampouco reportou a Beijing potenciais problemas de produção: camponeses haviam deixado a agricultura em nome de outras atividades ou até para não trabalhar. Estima-se que milhões de chineses morreram devido à fome e à desnutrição (FAIRBANK, GOLDMAN, 2007, p. 343). Nos piores momentos, o Estado chegou a levar grãos de províncias do centro do país, onde a fome era mais grave, para as áreas costeiras e urbanas mais desenvolvidas, a fim de manter a aparência de normalidade (NAUGHTON, 2007, p. 71). Segundo este autor, a política do período causou entre 25 milhões e 30 milhões de mortes pela fome.

⁶ The architect of China's market transformation. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2005/aug/17/guardianobituaries.china>>. Acesso: 18 abr. 2018.

Reconhecendo a catástrofe no campo em 1960, o governo rescentralizou as decisões (LANDRY, 2008, p. 3) e políticas de controle de crise foram implementadas, inclusive o de mercados livres para que camponeses pudessem negociar comida (NAUGHTON, 2007, p.73). Havia neste período pressão inflacionária e, além do mais, as relações com a Rússia haviam sido cortadas em 1961 (SPENCE, 1996, p. 550), o que impediria a troca de experiências e de conhecimento com profissionais do país. Era o fim de uma relação que se consolidara em 1950 com o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua, assinado por Mao e Joseph Stalin em Moscou e que previa assistência recíproca em caso de conflito com uma terceira potência, além de apoio técnico russo, e fazia com que a China cedesse minerais, ferrovias e algumas concessões na Manchúria e em Xinjiang (no Oeste), além de reconhecer a independência da Mongólia e permitir o uso do porto de Dalian e de uma base naval em Lushun até 1952 (KISSINGER, 2011, p. 188).

A economia chinesa deste ponto em diante foi pouco sistematizada, com mais esforços empreendidos para alavancar a indústria pesada - que demandavam investimento e tempo antes de serem postos em práticas e, algumas vezes, sequer chegavam à compleição (NAUGHTON, 2007, p. 82) em parte também porque a partir de 1966 o país entrou no período conhecido como Revolução Cultural (1966-76), a década que a historiografia oficial chinesa classifica como caótica (MacFARQUHAR e SCHOENHALS, 2008) e do maior radicalismo maoísta.

Segundo Naughton (2007, p. 74), o Governo mais uma vez procurou descentralizar as decisões econômicas e investiu em projetos como infraestrutura ferroviária em províncias do centro-oeste, tais quais Sichuan. É verdade que os projetos ferroviários eram prioridades para Deng a partir de 1975, que via no desenvolvimento logístico um motor para: i) gerar empregos e ii) escoar a produção, especialmente do carvão (VOGEL, 2011, p. 108), até hoje o principal componente da matriz energética chinesa (o pico do consumo foi em 1990, quando representou 76,2% da matriz energética da China. Em 2016, esse número foi de 62%)⁷.

⁷ Anuário Estatístico da China 2017. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2017/indexeh.htm>>. Acesso: 9 Mai. 2018.

Porém, o problema mais grave era social, como afirmam MacFarquhar e Schoenhals (2008): a Revolução Cultural paralisou as universidades durante pouco mais de uma década e muitos dos quadros oficiais, vítimas de perseguição política, acabaram retirados de seus postos e enviados para o campo. O sistema de vestibular, por exemplo, o Gaokao, só seria retomado em 1977. O primeiro-ministro chinês desde 2013, Li Keqiang⁸, o ministro das Finanças chinês empossado no início do segundo mandato de Xi Jinping, Liu Kun⁹, entre outros quadros do PCCh, são desta geração de primeiros universitários pós-Mao.

O líder Mao morreria em 9 de setembro 1976, ano que em que acabou a Revolução Cultural (LI, 1997). Apesar da década conturbada, afirma Naughton (2007, p. 82), a economia não foi o setor mais afetado, muito menos as condições básicas da maior parte da população. Embora tenha terminado com as universidades, a educação fundamental se fortaleceu no período, o mesmo em relação à saúde. Em 1950, a expectativa de vida ao nascer era de 50 anos, em 1978, chegava a mais de 66 anos, segundo o Banco Mundial. Os problemas econômicos chineses eram de ordem estrutural - devido ao forte apoio à indústria pesada, especialmente, e à tímida abertura ao comércio exterior - e à inexistência da propriedade privada. Deng Xiaoping assumiria o poder e, em dezembro de 1978 daria início à política de reforma e abertura, objeto da próxima seção do presente capítulo.

2.2 A China da Transição Gradual (1979 a 1992)

Em 1978, quando a China propôs oficialmente a transição gradual para o mercado, o país tinha quase um quarto da população mundial¹⁰ e respondia por 0,6% da produção do mundo (LARDY, 2003). Majoritariamente rural, pois apenas

⁸ History in the making: the classes of 1977, 1978 and 1979. Disponível em: <http://usa.chinadaily.com.cn/epaper/2015-03/31/content_19963835.htm>. Acesso: 18 abr. 2018.

⁹ Fiscal reformer appointed Finance minister. Disponível em: <<https://www.caixinglobal.com/2018-03-19/fiscal-reformer-appointed-finance-minister-101223358.html?sourceEntityId=101223029>>. Acesso: 18 abr. 2018.

¹⁰ Segundo o Banco Mundial, a população chinesa era de 956.165.000 em 1978, ante 4,287 bilhões no mundo. O PIB chinês era de US\$ 174,9 bilhões naquele ano, ante US\$ 8,54 trilhões globais. Fonte: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em 7 mai. 2018.

17,9% dos chineses viviam nas cidades (CHI, 2013. p. 82), havia concentração de empregados na agricultura.

O país que durante os anos maoístas viveu a coletivização da economia e apostou na indústria pesada, com arranjos muitas vezes decididos de forma descentralizada e, em decorrência disso, sem planejamento¹¹, enfrentava também a falta de empregos e a baixa produtividade no campo. O desequilíbrio estrutural era resultado de pouca coordenação, agravado por poucos incentivos pela produtividade: não havia concorrência ou diferenças salariais que pudessem estimular empresas e trabalhadores, segundo Naughton (2007, p. 86).

Para ilustrar as distorções estruturais chinesas, a tabela 1 mostra a participação setorial nos investimentos em bens de capital entre 1952 e 1978, os anos da economia socialista. A divisão temporal se dá por meio dos Planos Quinquenais, um modelo de condução econômica originário da URSS e copiado pela China.

TABELA 1 - Participação setorial em investimentos em bens de capital, 1952-1978 (%)

	Agricultura	Indústria Leve	Indústria Pesada	Outros
Primeiro Plano Quinquenal ¹² (1953-57)	7,1	6,4	36,2	50,3
Segundo Plano Quinquenal (1958-62)	11,3	6,4	54,0	28,3
1963-65	17,6	3,9	45,9	32,6
Terceiro Plano Quinquenal (1966-70)	10,7	4,4	51,1	33,8
Quarto Plano Quinquenal (1971-75)	9,8	5,8	49,6	43,8

¹¹ Entenda-se planejamento como um modelo pensado de integração regional e de potencialidades locais. Importante entender que a economia deste período era centralizada, respondendo por metas determinadas pelo poder central. Exemplo claro da desconexão entre tais metas e o que ocorria localmente é a fome provocada pelo Grande Salto Adiante, de que falamos na seção 2.1

¹² Os Planos Quinquenais foram modelos de planejamento para a economia importados pela China a partir do modelo soviético

Fonte: Estatísticas sobre investimento em bens de capital da China (1950-78), compilada a partir do Departamento de Estatísticas sobre Investimentos em Bens de Capital da China, do Escritório Nacional de Estatísticas da China (apud LIN, 2012, p. 98)

Os dados acima confirmam a preponderância dos investimentos na indústria pesada e, levando-se em conta que a política econômica era guiada pelos planos quinquenais, esta era claramente a diretiva do Estado. Abaixo, a tabela 2 traz a participação dos setores na renda nacional chinesa para o mesmo intervalo anterior, ou seja de 1952 a 1978.

TABELA 2 - Participação setorial na renda nacional chinesa - 1952-78 (%)

Setor	1952	1957	1965	1970	1975	1978
Agricultura	57,7	46,8	46,2	40,4	37,8	32,8
Indústria	19,5	28,3	36,4	41,0	46,0	49,4
Outros	22,8	24,5	17,4	18,6	16,2	17,8

Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas da China, 1992 (apud LIN, 2012, p. 98)

É neste contexto que tem início a política de reforma e abertura, em que o país flexibilizou a propriedade e abriu o mercado para o exterior. A China coincidentemente, segundo Huang (2017, p. 31), seguiu dois princípios laureados com o Nobel de Economia: o de W. Arthur Lewis, que mostra que ao se deslocar o trabalho em excesso do ambiente rural para o urbano pode-se ampliar a produtividade e, assim, investimento, garantindo rápido crescimento sustentado. O outro é o princípio da nova geografia econômica, de Paul Krugman, segundo o qual a concentração de trabalhadores e de atividades econômicas no meio urbano pode gerar aglomerações econômicas ou ganhos adicionais de escala advindos da especialização e da economia de escala, que então levam a uma rápida expansão do comércio.

Tal processo de abertura foi gradual e incremental: evitou uma política de choque e uma onda de privatizações - ao longo das décadas, diferentes empresas e

setores foram privatizados, mas o governo sempre manteve participação relevante na condução de algumas companhias, o que ocorre até hoje¹³ (WALDER, 1995). No entanto, é importante sublinhar que nenhuma estatal foi privatizada neste período inicial, e houve poucos processos de falência. (QIAN, 1999a).

A tabela 3 traz a participação das empresas na economia chinesa segundo o tipo de propriedade, que, via de regra, se dividia entre estatal e não estatal, no período de tempo a que se dedica a presente seção, ou seja, de 1979 a 1992. O ano de referência é o anterior às mudanças. Os tipos de propriedade das empresas chinesas, segundo a classificação oficial (CLARKE, DU, 1998), são as que se seguem: i) Empresas de Propriedade do Estado, as estatais, ou State Owned Enterprises (SOEs): indústrias cujos bens ou receitas são de propriedade do estado; ii) Empresas de Propriedade Coletiva, ou Collectively Owned Enterprises (COEs): indústrias cujos bens e receitas são coletivos, incluindo empreendimentos urbanos e rurais, casos das empresas dos governos locais, que na literatura acadêmica ocidental são chamadas de TVEs (township and village enterprises); iii) Empresas Privadas e Individuais: pequenos negócios; iv) Outros Tipos de Propriedade. Ainda que a nomenclatura oficial à época as classificassem apenas como outros tipos, estas unidades ganharam cada vez mais relevância na economia chinesa. Referem-se a empresas chinesas com participações ou sociedade limitada, joint ventures ou totalmente estrangeiras (Wholly Foreign Owned Enterprises, WFOEs).

TABELA 3 - Distribuição do valor de produção bruto por tipo de propriedade (%) - 1978 a 1992

Ano	SOEs	COEs	Pequenas	Outras
1978	77,63	22,37	0,00	0,00
1979	78,47	21,53	0,00	0,00
1980	75,97	23,54	0,02	0,48
1981	74,76	24,62	0,04	0,58

¹³ Atualmente, há 97 SOEs centrais, controladas diretamente pelo governo nacional (Fonte: Comissão de Administração e Supervisão dos Ativos Estatais (Sasac, na sigla em inglês), disponível em: <<http://www.sasac.gov.cn/n2588035/n2641579/n2641645/c4451749/content.html>>. Acesso: 16 Mai. 2018), além de estatais de níveis provinciais e distritais

1982	74,40	24,82	0,06	0,68
1983	73,35	25,74	0,12	0,78
1984	69,09	29,71	0,19	1,01
1985	64,86	32,08	1,85	1,21
1986	62,27	33,51	2,76	1,46
1987	59,73	34,62	3,64	2,02
1988	56,80	36,15	4,34	2,72
1989	56,60	35,69	4,80	3,44
1990	54,60	35,62	5,39	4,38
1991	52,94	35,70	5,70	5,66
1992	48,09	38,04	6,67	7,11

Fonte: CLARKE e DU, a partir de Anuário Estatístico da China de 1993 (p. 414) e de 1994 (p. 373-375)

Interessante notar que em 1992, o último ano da transição gradual da economia, que passa de centralizada à planificada, as estatais deixam de ser maioria, embora o período analisado na tabela 3 não contemple o programa de privatização, que viria somente depois de terminado o período de transição. Assim, depreende-se que a perda de espaço das estatais na propriedade global da economia chinesa é reflexo da entrada de novos atores. Décadas depois, em 2016, as empresas estatais eram 2,1% do total, as coletivas, 1,6%, as privadas, 85,70%, as totalmente estrangeiras, 0,6% e empresas sob outros modelos de propriedade, 9,05%. À denominação inicial para o período analisado, o Governo adicionou uma categoria de empresas que operam na parte continental e cujas matrizes e proprietárias estão em Hong Kong, Macau ou Taiwan. Estas somam 0,7%¹⁴. Segundo Fan e Hope (2013), em 1998, as estatais respondiam por 49,6% da produção industrial, taxa que caiu para 26,2% em 2011. Ainda que a participação

¹⁴ Dados do Anuário Estatístico da China 2017. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2017/indexeh.htm>>. Acesso: 9 Mai. 2018.

tenha diminuído, as estatais representam hoje 60% dos débitos corporativos na China¹⁵.

Com a abertura, uma frase de Deng Xiaoping, o líder que entraria para a história como o arquiteto deste movimento, seria repetida à exaustão: “Não importa se o gato é preto ou branco, desde que cace o rato”.

A teoria de Deng, como ficou conhecida dentro e fora da China, é anterior à sua chegada ao poder, fruto de um discurso de 1962, quando Mao governava e não havia qualquer certeza sobre o sucessor. O aforismo que virou sinônimo da liberação da propriedade foi usado contra o próprio Deng por opositores dentro do partido, custando a ele os postos que detinha nas estruturas partidária e de governo e levando-o para cinco anos de trabalho no interior durante a Revolução Cultural (VOGEL, 2011, p. 164). Deng só retornaria a Beijing em 1973, como vice-primeiro ministro (FAIRBANK, GOLDMAN, 2007, p. 370).

A teoria do gato voltou à cena porque exprimia uma mensagem simples: era importante fazer o necessário, sem apego à ideologia (VOGEL, 2011, p. 391). Outra fala seria mais um guia no processo de reformas: “É preciso atravessar o rio tateando as pedras”. Atribuída a Deng, seria de Chen Yun, que, junto a Zhao Zhiyang, formava a tríade do então novo pensamento econômico chinês. Segundo Chen, tal teoria tinha um significado singelo: o de que a condução da política econômica se daria por tentativa e erro, passo a passo, criando o que ele chamou de “economia de gaiola”: arejada para que o mercado se desenvolvesse, mas detentora dos limites (OSNOS, 2015, p. 25).

Este cenário em que pragmatismo, experimentação, gradualidade e limites foram coordenados têm na política econômica cinco pilares, segundo Naughton (2003): i) a implantação de um sistema de preços duplo, que permitia aos agricultores a partir de 1979 e, mais tarde, às empresas, inclusive as estatais (CLARKE, DU, 1998), vender o excedente de commodities a valores de mercado (o Estado ainda mantinha cotas para serem comercializadas a preços tabelados, em geral, mais baixos); ii) a permissão para que a economia crescesse para além do

¹⁵ Economic Watch: China increases effort to rein in SOE debt. XinhuaNet, 27 Ago. 2017. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2017-08/27/c_136559451.htm>. Acesso: 17 Mai. 2018.

planificado pelo poder central, a partir de 1984; iii) a possibilidade para novos entrantes (propriedades coletivas, privadas, estrangeiras), iv) preços regulados por oferta e demanda de 1985 em diante, com negócios inclusive entre empresas privadas e estatais, expandindo ainda mais o sistema dual de preços já mencionado para além da agricultura; e v) reformas administrativas do setor estatal.

Embora o papel do Estado seja analisado com mais detalhes no capítulo seguinte, é importante perceber que algumas decisões e diretrizes se confundem com a condução da economia que se abria e, assim, algumas medidas que demonstram interferência do Estado e do Partido são retratadas no presente capítulo. Tal realidade é ainda mais preponderante em um sistema como o chinês, em que o PCCh comanda o Governo, o Parlamento, o Judiciário e as Forças Armadas. Então comanda, naturalmente, a política econômica e o funcionamento do mercado, bem como a criação e a acomodação das instituições. Tanto é assim que o atual presidente, Xi Jinping, afirma durante o discurso intitulado “‘Mão invisível’ e ‘mão visível’”, de 26 de maio de 2014:

“Persistir na liderança do Partido e desenvolver o seu papel como núcleo dirigente que maneja a situação em seu conjunto e coordenar os diversos aspectos são uma importante característica do sistema de economia de mercado socialista do nosso país. Foi exatamente por termos seguido com firmeza a liderança do Partido e termos posto em ação plenamente o papel dos organismos em diversos níveis e dos militantes do Partido que obtivemos enormes progressos no desenvolvimento socioeconômico e uma melhoria considerável na qualidade de vida da população nestes mais de 30 anos desde o início da reforma e abertura. Na China, a firme liderança do Partido é uma garantia fundamental para que o papel do Governo seja bem desenvolvido. No processo do aprofundamento integral da reforma, devemos persistir e desenvolver a nossa vantagem política e, através dela, orientar e impulsionar a reforma, mobilizar a iniciativa de todas as partes e promover o aperfeiçoamento e o desenvolvimento ainda melhor da economia de mercado socialista” (XI, 2014, p. 143).

O próprio período que se convencionou chamar de transição gradual na China tem nos marcos institucionais do PCCh e do Governo o seu início e fim: a reforma, também chamada de política de portas abertas, começa ao ser aprovada na Terceira Plenária do 11º Comitê Central do PCCh, que ocorreu de 18 a 22 de dezembro de 1978 (SPENCE, p. 613). Segundo Qian (1999b), a mudança mais importante na etapa inicial se dá na fraseologia do Partido: o combustível do motor chinês deixa de ser a “luta de classes” para ser o “desenvolvimento econômico”. O momento que consolida finalmente a aderência da China à economia de mercado é a turnê de

Deng Xiaoping ao Sul, como ficou conhecida na historiografia chinesa, quando ele visitou as Zonas Econômicas Especiais, em janeiro de 1992 (SHAMBAUGH, 1992), e sobre a qual discorreremos ao final desta seção.

Em um quadro de transformação protagonizado pelo PCCh (com metamorfoses econômicas tão dramáticas quanto extinguir a propriedade privada para dar lugar à coletivização, como visto na seção sobre o período maoísta, e de, posteriormente abrir-se ao mundo e permitir outra vez a propriedade privada) é interessante destacar uma observação acerca dos governos comunistas feita pelo cientista político Charles E. Lindblom, em uma de suas obras clássicas, *Política e Mercados* (LINDBLOM, 1977). Ele sustenta que enquanto a proximidade dos dirigentes e militantes partidários e o povo, por meio de comunicação existente entre os quadros e seus superiores diretos seja uma vantagem, tais sistemas erram ao acomodarem-se:

“Um partido comunista, como organização de apoio na maior parte do tempo, desempenha um papel defensivo para o regime. De fato, uma vez que a liderança comunista chega ao poder (se essa é sua grande primeira realização, como na URSS e na China), ela se torna um instrumento para uma variedade de ações positivas ou de liderança. Talvez neste ponto, mais do que em qualquer outro, os comunistas devam levar o crédito por uma grande invenção social: a de uma instituição especializada em garantir inovação a todas as camadas da sociedade. Os líderes comunistas são empenhados na transformação social - pelo menos em seus primeiros anos no poder. Eles entendem as dificuldades de se usar uma máquina tão pesada e esfarrapada como um governo para garantir mudanças sociais fundamentais. Ao transformar o partido em um instrumento de controle, estímulo e condução da burocracia governamental, os comunistas inventaram uma instituição especializada que não se encontra em governos de outros tipos. A fraqueza dessa grande invenção social é que os partidos comunistas normalmente perdem seu zelo inovador” (LINDBLOM, 1977, p. 244, em tradução livre).

O texto data de 1977, um ano antes da política de portas abertas. A URSS colapsaria em 1991, mas a trajetória chinesa indica outra direção, marcada por constantes inovações e mudanças estruturais que até hoje dão a tônica à economia local e são expressas i) na política econômica, como é evidente neste capítulo, ii) nas instituições chinesas, objeto do capítulo seguinte, e iii) em espaços da microeconomia, marcadamente as empresas, referidas ao longo deste trabalho.

Em 1978, quando Deng anunciava as quatro modernizações que, a partir dali, a China perseguiria, os comunistas estavam prestes a celebrar os 30 anos da República Popular da China, fundada em 1º de outubro de 1949. Em três décadas,

não havia sinal da acomodação prevista por Lindblom (1977, p. 244). Foram apontados quatro setores a serem modernizados: agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional, diretiva que ficou conhecida como as “Quatro Modernizações” (YAN, 2001). No início, o sistema carregado de distorções previa uma reforma que começaria pela introdução de incentivos simples, alinhando preços à demanda e oferta e se abrindo ao exterior (QIAN, 1999b). Mas um ponto é fundamental destacar nesse processo: as reformas das “Quatro Modernizações” aconteceram em um período em que o capitalismo vivia o início de sua fase globalizada. Essa globalização, principalmente da esfera produtiva, atuou como um importante condicionante desse processo (LEÃO, 2010).

Autores divergem sobre o papel do setor agrícola neste início. Qian (1999a) sustenta que houve uma revolução em curto espaço de tempo. Naughton (2007) e Lin (2012) argumentam que este setor foi fundamental na reforma chinesa, mas cujo processo foi gradual. Fato é que veio do campo um arranjo que, com a flexibilização da propriedade - que diminuiu as barreiras de entrada - imprimiria produtividade ao setor rural: ainda antes das modificações previstas para flexibilizar a propriedade, agricultores da vila de Xiaogang, no município de Fengyang, província de Anhui, organizaram a produção então coletivizada em sistemas de responsabilidade por unidades familiares, com metas alinhadas com o governo local (LIN, 2012, p. 156). Ainda sem anuência - e mesmo ciência por parte da liderança central -, o modelo se espalhou pela província e, em 1980, foi adotado nacionalmente, mas apenas permitido em regiões mais pobres do país. A promoção do sistema por parte do Governo em Beijing só viria em 1982 (QIAN, 1999a).

Basicamente, contratos junto aos governos locais, distritos e vilas, promoviam novas divisões de trabalho e propriedade entre as famílias e os dirigentes. Na China, há cinco níveis de administração política, a saber, província, município, distrito, subdistrito e vila, em que tanto a estrutura de Governo quanto a do PCCh são replicadas, a exemplo do que ocorre no poder central, e que abordaremos no próximo capítulo. Dentre estes níveis, distritos são especialmente importantes, não apenas por fornecer, ainda hoje, metade da produção bruta doméstica, mas por promover serviços básicos, como educação, saúde e infraestrutura urbana (ANG, 2016, p. 29).

A organização, que não foi pensada por qualquer líder do Partido ou do Governo, garantia o controle sobre todos os direitos de produção, à exceção de direitos sobre a terra. Em 1984, 99% das organizações rurais seguiam o modelo, que ficou conhecido como Empresas Distritais e de Vilas, ou TVEs (Township and Village Enterprises). De 1978 a 1984, a taxa anual de crescimento da agricultura pulou de 2,9% para 7,7%. Tal fato somado à política de controle familiar, ou política do filho único e que entrara em vigor em 1978 (BERGSTEN et al., 2008, p. xv), fazendo com que a taxa de crescimento populacional caísse de 2% para 1,3% no mesmo período, resultou num rápido incremento de alimento disponível per capita (LIN, 2012. p. 156). Para além da inserção da competição no mercado, por se tratarem de empresas com participação estatal (por meio dos governos locais), as TVEs tinham políticas preferenciais de acesso ao crédito e, conseqüentemente, a insumos (NAUGHTON, 2007, p. 277).

As TVEs também tiveram o papel de fixar trabalhadores em atividades industriais relacionadas ao campo, pois é importante frisar que tais empresas não eram apenas agropecuárias, mas se destinavam a fabricar produtos relacionados à produção rural, como cimento e fertilizante (NABUCO, 2014). Segundo Nabuco (2014), entre 1980 e 1996, foram criados 130 milhões de postos de trabalho no campo.

Neste processo, é preciso ter em conta o índice de poupança. Só nos distritos da área rural, onde apenas cooperativas de créditos podiam receber depósitos nos distritos e subdistritos, estas instituições viram o total de depósitos subir 26 vezes entre 1978 e 1993 (LIN, YAO, 2001), como mostra a tabela 4.

TABELA 4 - Depósitos nas cooperativas rurais de crédito da China, 1978-1993 (100 milhões de yuans)

		COE	Empresas	Famílias	Outros
Ano	Total	Valor	Valor	Valor	
1978	166,0	93,8	-	55,7	16,5
1979	215,9	98,3	21,9	78,4	17,3
1980	272,3	105,5	29,5	117,0	20,3
1981	319,6	113,2	29,7	169,6	7,1

1982	389,9	121,1	33,7	228,1	7,0
1983	487,4	91,8	62,3	319,9	13,4
1984	624,9	89,9	81,1	438,1	15,8
1985	724,9	71,9	72,1	564,8	16,1
1986	962,3	83,9	91,7	766,1	20,6
1987	1.225,2	89,9	104,7	1.005,7	24,9
1988	1.399,8	98,4	128,3	1.142,1	30,8
1989	1.669,5	92,3	126,2	1.412,1	38,9
1990	2.144,5	106,5	149,9	1.814,6	47,0
1991	2.709,5	135,9	191,7	2.316,3	65,2
1992	3.477,7	215,2	301,8	2.867,3	93,4
1993	4.297,3	245,8	362,1	3.576,2	113,2

Fonte: Financial Press, Beijing, Anuário Financeiro da China, 1990–93.
Em: LIN e YAO (2001), p. 153.

Interessante notar que a produtividade das TVEs junto a uma política governamental de compra de toda a produção provocou excesso de reserva, e até salas de aula foram usadas para armazenagem. Segundo Naughton, tal quadro forçou o governo central a substituir em 1985 a prática de compra monopolizada de grãos (outras categorias de alimento, como ovos e carnes, obedeciam a preços de mercado) para um sistema dual de preço: 30% seria comercializado pelo preço estabelecido pelo Governo e os 70% restantes pelo valor de mercado, num processo de liberação de parte dos preços característico desta fase de transição. Mesmo com a liberalização, os produtores preferiam outros cultivos além de grão, provocando pressões na segurança alimentar (NAUGHTON, 2003, p. 135).

Embora fundamentais, as TVEs são uma faceta da flexibilização da propriedade na China, mas não a mais citada ou lembrada no exterior. Era preciso integrar os trabalhadores à economia também nas cidades. Assim, o setor industrial urbano foi transformado com novos produtos e serviços criando competição às estatais existentes (NAUGHTON, 2003, p. 137). Segundo o autor, os investimentos chineses aumentaram em indústria leve, ainda que tenham sido preservados os investimentos em setores de transporte e energia. Alimentos e têxteis receberam 7%

do investimento em construção de ativos fixos em 1978, índice que subiu para 13,5% em 1981 e 1982. A gênese deste movimento industrial para as empresas para além do setor estatal está nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que também se tornaram pólos exportadores. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) é fundamental, mas só chegaria com força a partir de 1993.

Em 1979, o governo chinês havia permitido a existência de joint ventures - em que empresas estrangeiras necessariamente teriam de se associar a companhias locais. Em 1980, entrariam em cena as ZEEs, que marcaram o início da mudança estrutural industrial chinesa, implantadas em quatro cidades de duas províncias costeiras: Guangdong e Fujian (BERGSTEN et al., 2008, p. xv.). A primeira província está ao lado de Hong Kong e Macau, a segunda, de frente para Taiwan. As cidades eram Shantou, Shenzhen - esta última hoje um hub de inovação de software e hardware chinês (GUO, HERRMANN-PILLATH, 2017) - e Zhuhai - que faz fronteira terrestre com Macau -, em Guangdong, e Xiamen, em Fujian.

Tanto Guangdong quanto Xiamen puderam reter a renda cambial após remessas de 30% sobre as exportações, que só cresciam. Além disso, tais províncias tinham mais autoridade sobre o próprio desenvolvimento. Um exemplo é que os governos locais podiam aprovar investimentos estrangeiros de até US\$ 30 milhões, o que não ocorria em outras províncias, ainda dependentes de decisões centrais e de indústria estatal (QIAN, 1999b), mostrando que a inovação institucional também seguia o modelo de experimentação.

Posteriormente esse modelo se estendeu para outras 14 cidades costeiras em 1984, entre as quais Shanghai, até ser adotado nacionalmente, segundo Lardy (1992, p. 43). O objetivo era atrair investimento estrangeiro, o que também significava garantir transferência de tecnologia. Neste último ponto, argumenta Lin (2012, p. 14), os países em desenvolvimento podem inovar mais rápido e com menos custos ao introduzir tecnologias já existentes, aumentando, a partir daí, eficiência, retornos sobre capital, velocidade de acumulação de capital, além de proporcionar incremento tecnológico à indústria e, assim, trazer crescimento econômico. Logo, as parcerias com multinacionais foram fundamentais no processo de *catching up* tecnológico do país asiático, quando estas aceitaram transferir tecnologia em troca do acesso à mão de obra abundante e a baixo custo da China e ao vasto - ainda que então incipiente - mercado consumidor chinês.

Como destaca Leão (2010), as ZEEs não se abriram indiscriminadamente, mas procuraram atrair atores das cadeias industriais mais dinâmicas da economia internacional, tendo como foco a Terceira Revolução Industrial com seus produtos voltados à tecnologia da informação e microeletrônica. Além de levar tecnologia para dentro da China, os IDEs aumentaram a participação do país nas exportações mundiais e trouxeram novas técnicas administrativas para as empresas.

Mesmo já estabelecido, o projeto das ZEEs demorou a trazer resultados e parceiros. Um dos primeiros entraves era a insegurança em relação à contratação de mão de obra. Para funcionar, o modelo de atração de empresas precisaria também garantir trabalhadores, até então, majoritariamente pertencentes ao setor estatal ou às comunas. Em 1983, a China passou a permitir a contratação temporária, flexibilizando as regulações de trabalho (ATHUKORALA, FUKAO, YUAN, 2009, p. 282). Mas havia outro obstáculo, o *hukou*, sistema de registro de residência adotado em 1958 e que impedia a mobilidade dos chineses dentro do país. Foi neste mesmo ano de 1983 que o Governo aprovou a diretiva "Regulamentos Relacionados com a Cooperação entre Cidades e Vilas", que autorizava a migração às cidades, desde que os migrantes levassem consigo suas cotas de alimentos - ao longo das décadas, as restrições sobre a migração interna foram sendo relaxadas, mas o sistema de hukou ainda existe e divide o país, via de regra, em população urbana e rural porque garante ao cidadão o acesso à rede de proteção e serviços sociais, tais como educação básica e saúde, apenas em sua vila de origem (CHANG, 2010, p. 12).

É deste ponto em diante que tais trabalhadores passaram a cumprir um papel fundamental na transferência de renda para o campo com o processo de reforma e abertura. Em muitas regiões do interior do país eles são chamados de "fábricas sem fumaça" (NABUCO, 2012). Hoje, o contingente de trabalhadores migrantes é de 245 milhões, segundo dados do governo chinês¹⁶.

Ainda em 1983, o país mudava o sistema bancário, criando bancos comerciais e o Banco Popular da China (PBoC), o banco central chinês, e que

¹⁶ O Governo chama os trabalhadores migrantes de população flutuante. Os dados mais recentes são relativos a 2016 e estão disponíveis no Anuário Estatístico de 2017, disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2017/indexeh.htm>>. Acesso: 21 mai. 2018.

efetivamente só entraram em operação dois anos depois. Até então, empréstimos eram concedidos por meio de cotas de créditos estabelecidas por Beijing para cada unidade local. Com a mudança, foram criados limites de reserva para depósitos de 10%. Pela primeira vez, as agências tinham de ter ativos e obrigações junto ao PBoC, que, em tese, passaria a poder conduzir a política monetária a partir de ferramentas iguais às de seus pares nas economias de mercado (NAUGHTON, 2003, p. 255).

Importante salientar que no começo da abertura, a política de comércio internacional da China era estritamente voltada à substituição de importações, como visto na seção anterior, quando as taxas de câmbio eram um instrumento passivo da economia nacional (LARDY, 1992, p. 24). Em 1981, segundo Lardy, o Governo chegou a cortar o valor do yuan pela metade para transações de comércio. A desvalorização foi um marco para o governo, que até então fixava as taxas de câmbio a partir de uma cesta de preços de produtos de consumo na China, subapreciados devido a subsídios estatais, o que contribuía para a sobrevalorização da moeda. A partir de então, a política passou a ser baseada no custo para acessar um dólar nos mercados interno e externo, acrescentando-se 10% de margem (1992. p. 67).

Desde as ZEEs, o comportamento da moeda chinesa é acompanhado com atenção, e o Governo usa a política cambial a fim de ganhar participação em mercados. Tal estratégia, segundo D'Atri (2016) é ampliada com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, quando o RMB é mantido em patamares depreciados, como um dos elementos de competitividade. Para a autora, a crise de 2008 impactou a política cambial chinesa, provocando ajustes que situam o câmbio perto do equilíbrio, o que fica explícito se comparadas as taxas de câmbio para 2007 e 2008 apresentadas na tabela 5. A série tem início em 1985, já depois da política de reforma e abertura. Atualmente, o PBoC fixa diariamente a taxa a partir de uma cesta com 13 moedas de parceiros comerciais, com pesos variados, e permite uma oscilação intradia de 2%, para cima e para baixo (D'ATRI, 2016).

TABELA 5 - Taxa de referência de câmbio do RMB

Ano	US\$ 100	Ano	US\$ 100	Ano	US\$ 100
1985	293,67	1996	831,42	2007	760,40
1986	345,28	1997	828,98	2008	694,51
1987	372,21	1998	827,91	2009	683,10
1988	372,21	1999	827,83	2010	676,95
1989	376,51	2000	827,84	2011	645,88
1990	478,32	2001	827,70	2012	631,25
1991	532,33	2002	827,70	2013	619,32
1992	551,46	2003	827,70	2014	614,28
1993	576,20	2004	827,68	2015	622,84
1994	861,87	2005	819,17	2016	664,23
1995	835,10	2006	797,18		

Fonte: Anuário Estatístico da China 2017

Para além disso, em 1979, apenas algumas empresas podiam fazer negócios de compra e venda com o exterior. Até os meados dos anos 1980, o Ministério de Comércio e Relações Econômicas Exteriores da China já havia autorizado a abertura de 800 empresas de importação e exportação, número que ultrapassou os 5 mil ainda naquela década (LARDY, 1992, p. 39). Outras políticas de apoio a exportações foram lançadas no estágio inicial, como créditos preferenciais e subsídios, extintos à medida em que a China se movia rumo ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (LARDY, 1992, p. 80). Como referência, a tabela 6 caracteriza dados do governo chinês sobre a evolução da balança comercial.

TABELA 6 - Balança Comercial da China - Intervalos selecionados, 1978 a 2015

	Balança Comercial	Exportação	Importação	Saldo
1978	206,4	97,5	108,9	-11,4
1980	381,4	181,2	200,2	-19
1985	696,0	273,5	422,5	-149
1990	1.154,4	620,9	533,5	87,5

1995	2.808,6	1.487,8	1.320,8	167,0
2000	4.743,0	2.492,0	2.250,9	241,1
2005	14.219,1	7.619,5	6.599,5	1.020,0
2010	29.740,0	15.777,5	13.962,5	1.815,1
2015	39.530,3	22.734,7	16.795,6	5.939,0

Fonte: Anuário Estatístico da China 2017

Como mostra a tabela 6, a China passa a contar com superávits nos anos 1990, a década em que a China completa a transição da economia. A partir de 2004, já depois do ingresso na OMC (que ocorreu em 2001) tal superávit tem um incremento robusto e atinge 10% do PIB em 2008, taxa que cai pouco depois (ALESSANDRIA, CHOI, LU, 2017). Porém não só o saldo positivo se mantém, como, de acordo com os autores, há um fator marginal importante neste comércio e que não é mostrado apenas nestes dados: a China expande suas exportações em diversas dimensões, exportando uma variedade muito mais ampla para cada vez mais destinos. Tais ganhos marginais também são destacados por Blanchard e Giavazzi (2005), ao afirmarem que para além de as importações terem a presença de muitos componentes intermediários, é justamente esta característica que impulsionou a aquisição de tecnologias, processos e produtividade por meio da aprendizagem ao fazer, característica das fábricas que atuam com bens intermediários (BLANCHARD, GIAVAZZI, 2005).

Porém, o cenário foi adverso na China no final da década de 1980. Segundo Naughton (2003, p. 245), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) urbano de 1989 era 83% mais alto do que em 1984, e os preços dos alimentos não básicos haviam subido 128% no mesmo período. Em 1988-89, os índices que cresceram a menor velocidade tiveram incremento entre 13% e 14%, como detalhado na tabela 7.

TABELA 7 - Inflação e mudanças nos preços relativos (percentual de mudança anual)

	Varição do IPC urbano	Menor variação de componentes do IPC	Varição de preços dos alimentos não-básicos

1978	0,7	0,0	2,2
1979	1,9	-0,6	3,5
1980	7,5	-4,5	14,1
1981	2,5	-2,0	3,2
1982	2,0	-2,9	-0,2
1983	2,0	-2,2	4,6
1984	2,7	-0,1	6,0
1985	11,9	1,2	23,0
1986	7,0	0,7	8,3
1987	8,8	3,2	14,9
1988	20,7	12,9	31,1
1989	16,3	13,8	13,8
1990	1,3	-4,8	-0,3
1991	5,1	-4,5	2,9
1992	8,6	-4,5	7,0

Fonte: Estatísticas de 1999 (p. 691) e de 1993 (p. 243-45, p. 258). In: Naughton (2003). p. 247

O Governo prometeu reagir com uma reforma no sistema de precificação, mas o anúncio só causou desordem - especulação e ajustes para cima nos preços (NAUGHTON, 2003, p. 249). Junto à crise política provocada pela morte de Hu Yaobang, considerado reformista e apoiado pela população chinesa, a inflação foi um dos fatores que levaram às manifestações na Praça da Paz Celestial na primavera de 1989 e que terminaram em tragédia em 4 de junho daquele ano. O Governo pouco fala sobre o incidente, e até hoje não há dados concretos sobre os mortos provocados pelo enfrentamento do Exército, que invadiu o local de acampamentos (FAIRBANK, GOLDMAN, 2007, p. 391). Estima-se que as vítimas sejam algo em torno de 200 ou 2 mil pessoas.

Segundo Jabbour e Paula (2018), o final da década de 1980 apresenta a primeira fase crítica do processo de reformas. Para os autores, além da inflação, há exposição à restrição externa, com acúmulo de déficits comerciais contínuos, como se observa na Tabela 6, e também debates internos e externos na política. O

incidente de 4 de junho de 1989 provocou cisões no PCCh e, no mundo, este mesmo ano viu rupturas no Leste Europeu e um processo que culminaria, dois anos mais tarde, na dissolução da URSS.

Em 10 anos, de 1977 a 1987, a China havia dobrado o seu PIB per capita, a taxa mais rápida para um país desde a Revolução Industrial. Tal indicador duplicou depois de 58 anos no Reino Unido (1780–1838), depois de 47 anos nos EUA (1839–86), de 34 anos no Japão (1885–1919), de 20 anos na Turquia (1957–77), de 18 anos no Brasil (1961–79) e de 11 anos na Coreia do Sul (1966–77) (LIN, 2012, p. 14).

Como reforça Medeiros (2006), ao longo dos anos 1980, a China exportava produtos intensivos em mão de obra e de baixo valor unitário, mas importava maquinário, num processo de substituição de importações e que trazia o temor da restrição externa. Assim, os motores de crescimento continuavam ainda a ser investimentos públicos, exportações das estatais (commodities como grãos, petróleo e carvão) e expansão do consumo.

O mercado consumidor, aliás, já dava sinais de expansão, mesmo fora da capital. A rede norte-americana McDonalds, por exemplo, abriu a primeira loja na China em 1990, em Shenzhen, justamente uma das sedes das ZEEs pioneiras. Um big mac custava US\$ 1,14, em média, enquanto o salário de um trabalhador de fábrica variava entre US\$ 60 e US\$ 100 por mês¹⁷. Hoje o mesmo hambúrguer sai por US\$ 3,6¹⁸, e a média dos salários mais baixos na cidade costeira gira em torno de US\$ 427¹⁹. Interessante notar que uma das marcas símbolo do capitalismo norte-americano vendeu, em 2017, 52% das operações na China e em Hong Kong para o conglomerado estatal financeiro chinês CITIC, fundado apenas um ano antes da

¹⁷ COMPANY NEWS; McDonalds Has First China Outlet. NYTimes. 10 Out. 1990. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1990/10/09/business/company-news-mcdonald-s-has-first-china-outlet.html>>. Acesso: 22 Mai. 2018.

¹⁸ Preço conferido em 22 de maio de 2018 no menu online da rede McDonald's na China <<https://www.4008-517-517.cn/>>, com conversão do dólar segundo o Banco da China <<http://www.boc.cn/sourcedb/whpj/enindex.html>>.

¹⁹ Salaries in China's Shenzhen rise, but highest earners still make 10 times the money of the lowest. South China Morning Post. 19 Set. 2017. Disponível em: <<http://www.scmp.com/business/china-business/article/2111891/salaries-chinas-shenzhen-rise-highest-earners-still-make-10>>. Acesso: 22 Mai. 2018.

abertura da primeira filial chinesa²⁰. Hoje há mais de 2,5 mil unidades desta rede de fast food na China.

Em 1992, neste cenário pós-crise e com risco de restrição externa, além de dependência do investimento público e sem qualquer reforma no sistema industrial estatal, Deng realiza a sua turnê ao Sul, em janeiro, um gesto simbólico de visita às principais ZEEs costeiras que tinha como fim expressar o apoio do Governo à política de abertura de 1978 (BECKER, 2000, p. 188). Em outubro, no 14º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, os líderes oficialmente declaram que os objetivos da reforma eram formar uma “economia de mercado socialista”²¹, a primeira vez que um documento oficial não deixa dúvidas a respeito da transição que ocorria.

2.3 A China do Socialismo com Características Chinesas (1993 até hoje)

A China entrou oficialmente na era da economia de mercado em 1993, quando deu início a uma série de reestruturações que a elevou à posição de segunda maior economia do mundo (medida em US\$ estadunidense). Como visto no início do presente capítulo, o PIB de US\$ 12,8 trilhões em 2017 (LI, 2018) está atrás apenas daquele registrado nos EUA. O PIB per capita para este mesmo ano é de US\$ 8.123,00, o 60º no ranking mundial: um incremento substantivo comparado ao 120º lugar em 1978. Tais avanços são ainda mais relevantes se consideradas as metas que o Governo havia proposto em 2000 tendo 2020 no horizonte, momento para o qual planejava o PIB na casa dos US\$ 4 trilhões e renda per capita de US\$ 3 mil (TREVISAN, 2006, p. 87). Segundo Zheng (2013), já em 2010, com um PIB per capita de US\$ 4,2 mil, a China dava o segundo salto histórico daquela década ao ingressar na faixa de país de renda média superior, pela classificação do Banco Mundial (p. 19). O primeiro havia sido em 2002, quando migrou da baixa renda para renda média inferior (PIB per capita entre US\$ 1 mil e US\$ 4,2 mil).

²⁰ McDonald's bumps up estimate for stores in China by 2022. Reuters. 8 Ago. 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-mcdonalds-china-idUSKBN1AO0DD>>. Acesso: 22 Mai. 2018.

²¹ The 14th National Congress. Disponível em: <<http://english.cpc.people.com.cn/206972/206981/8188380.html>>. Acesso: 1 Jun. 2018.

Neste período, o país ingressou na OMC, em 2001, manteve o crescimento depois da crise global de 2008 e, se promovia a evolução do setor agrícola para o industrial e urbano em 1993, em 2018 o país já experimenta a transição para uma economia de serviços, com um foco muito presente em pesquisa, desenvolvimento, inovação, com impulso em tecnologia e economia digital.

A fim de exemplificar este processo, na tabela 8 especifica-se a taxa de emprego nos setores Primário, Secundário e Terciário desde a reforma e abertura, em 1978. Trata-se de um indicador das transformações estruturais por que passou a China, em que é perceptível a migração dos empregos do campo para a indústria e os serviços, o setor com maior incremento em pontos percentuais nesse processo.

TABELA 8 - Emprego por setor da economia (%) - Intervalos selecionados, 1978 a 2016

Setor	1978	1990	2000	2016
Primário	70,5	60,1	50,0	27,7
Secundário	17,3	21,4	22,5	28,8
Terciário	12,2	18,5	27,5	43,5

Fonte: Anuário Estatístico da China 2017

Em 1993, ao entrar na era da economia socialista de mercado e retomar o crescimento abalado ao final dos anos 1980, como visto na seção 2.2, foram necessários ajustes, que, segundo Naughton (2007), se traduziram nos seguintes termos: i) reunificação do mercado, com o fim do sistema de preços dual; ii) rescentralização do controle de recursos, incluindo o sistema fiscal; iii) austeridade macroeconômica, com medidas contracionistas para conter inflação; iv) reestruturação administrativa; v) reforma fiscal, ampliando a base de recolhimento; vi) reforma do sistema bancário, garantindo ao PBoC mais autonomia na política monetária; vii) governança corporativa e viii) a entrada na OMC (p. 101).

Tal processo foi liderado por Jiang Zemin, presidente de 1993 a 2003, primeiro sucessor de um líder comunista chinês vivo (TREVISAN, 2006, p. 88). Deng morreu quatro anos depois da ascensão de Jiang, em 19 de fevereiro de 1997 (VOGEL, 2011, p. 690). Importante destacar que desde então a China teve outros

dois presidentes: Hu Jintao (2003-2013) e Xi Jinping (2013 até 2023, com possibilidade de recondução ao cargo).

Como registro da manutenção da política sucessória chinesa, cabe anotar que Hu seguiu a regra constitucional adotada na década de 1980, que permitia ao presidente e ao vice ficarem no cargo por, no máximo, dois mandatos de cinco anos. O arranjo institucional, ainda que garantido por meio de votação indireta na Assembleia Popular Nacional, cujo número de delegados gira em torno de 3 mil e que, via de regra, apenas referendam as resoluções dos principais líderes do PCCh, provoca interpretações diversas. Uma das visões é de que a China não deveria ser chamada de ditatorial e sim de burocracia autoritária, posto que há diferentes correntes dentro do Partido e um intenso debate entre os principais expoentes antes da escolha do futuro líder (KROEBER, 2016, p. 2).

O processo institucional chinês e o envolvimento do Estado nas decisões econômicas e de mercado são objetos do próximo capítulo. Mas é imprescindível ressaltar que a transmissão de poder na China voltou ao centro do debate em fevereiro de 2018, quando a ANP revogou o limite constitucional para os mandatos de presidente e vice, ao mesmo tempo em que referendou o segundo termo de Xi, transformando-o no nome mais poderoso da China em décadas (CARIELLO, FRAGOSO, SILVEIRA, 2018). Apesar de controverso, o movimento é observado por uma gama de analistas como busca por estabilidade e segurança tendo em vista planejamento de longo prazo (CARVALHO, 2018b).

No início dos anos 1990, a China começou a privatizar empresas, deixando milhões de desempregados, especialmente na região nordeste do país, reconhecida até então por concentrar a indústria pesada, processo que por outra parte deu impulso à criação da classe média. Isso porque dirigentes fabris puderam comprar por valores baixos equipamentos ou ações das empresas e, assim, começaram negócios, desta vez como proprietários (WANG, 2010, p. 14). Segundo Wang (2010), o processo, que se estendeu na década seguinte, transferiu mais capital das mãos do Estado para indivíduos - o que incluiu imóveis residenciais, a ser tratado no próximo capítulo. Na estrutura político-econômica chinesa, cabe ressaltar que tal transferência se deu para cidadãos que tinham boas relações com o PCCh, ou, principalmente, eram membros do partido, explicitando redes de poder locais. A

autora afirma que entre 2001 a 2006, por exemplo, 5 mil empresas, entre pequenas e médias, foram privatizadas a cada ano (p. 20).

Àqueles que garantiram ocupação no chão de fábrica restava o trabalho assalariado, com valores que variavam de acordo com a cidade ou província, modelo que perdura até hoje na China. Ocorre que mesmo os trabalhadores da base, cujos salários eram mais baixos, não tinham despesas com alimentação e moradia, pois eram - e muitos ainda o são - alojados em complexos mantidos pelas empresas (PINHEIRO-MACHADO, 2013, p. 149). Assim, havia poupança, como anotado por Nabuco (2014), ao se referir aos trabalhadores migrantes como *fábricas sem fumaça*. Segundo Pinheiro-Machado (2013), a China, buscando ingressar na OMC, gradativamente procurava maior adequação a regras internacionais de trabalho (p. 151) e passou a adotar limite de horas trabalhadas por dia, folgas e regulações em caso de acidentes ou doenças ainda, que, como ressalta a autora, muitas das regras ficassem apenas no papel.

Se os baixos salários atraíam empresas estrangeiras à China, que também detinham políticas fiscais preferenciais nas ZEEs (cujas regras se estenderam a outras cidades e províncias ao longo da década de 1990, como visto na seção 2.2), a cópia e a quase inexistente proteção de direitos autorais era um problema a ser enfrentado. Mesmo ante este quadro, os investimentos estrangeiros aumentaram, especialmente depois de 1992, quando Deng reafirmou o compromisso com a política de reforma e abertura e as ZEEs. Já em 1995, segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), o estoque de investimento direto estrangeiro na China contribuiu com 13,7% do PIB. Em 2016, o estoque de IDE somou US\$ 1,35 trilhão, ou 12,1% do PIB²². O IDE teve três características predominantes no período inicial, segundo Naughton (2007): foi a principal via de acesso ao capital global, teve a manufatura como destino majoritário e foi oriundo, na maior parte, do Sudeste Asiático, com destaque para Hong Kong, Taiwan e Macau (p. 402).

²² Country Fact Sheets 2017. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/DIAE/World%20Investment%20Report/Country-Fact-Sheets.aspx>>. Acesso: 2 Jun. 2018.

Para Trevisan (2006), entre os atrativos para o IDE na China estavam a estabilidade econômica chinesa dos anos 1990 e de grande parte da década de 2000, percebida aí como taxa de câmbio estável e juros baixos, além da competitividade subjacente e a possibilidade de acesso a um crescente mercado consumidor, como mencionado na seção 2.2. A autora ressalta que empresas estrangeiras necessariamente teriam de formar joint ventures com sócios locais para produzirem na China e, além disso, garantirem aos parceiros a transferência de tecnologia. Trevisan assinala que tais regras foram eliminadas em diversos setores ao longo das décadas de 1990 e a seguinte. Para aqueles setores considerados não estratégicos, o IDE pode, pouco a pouco, ocorrer já sem um sócio local (p. 96). Apesar de polêmica, a transferência de tecnologia, mandatória logo que a China se abriu, não era uma novidade, segundo Rosemberg (1981).

“Francis Bacon observou, quase quatrocentos anos atrás, que três grandes invenções mecânicas - a imprensa, a pólvora e a bússola - haviam ‘mudado toda a face e o estado das coisas no mundo todo; a primeira, na literatura; a segunda, na arte da guerra; e a terceira, na navegação’. O que Bacon não observou foi que nenhuma dessas invenções, que tanto mudaram o curso da história da humanidade, se havia originado na Europa, embora fosse a partir desse continente que seus efeitos começaram a espalhar-se pelo mundo. Pelo contrário, essas invenções constituíam instâncias bem-sucedidas de transferências de tecnologia - em todos os três casos, possivelmente da China” (ROSEMBERG, 2006, p. 364).

Mas não foram apenas os sócios das empresas a se beneficiarem das novidades que chegavam à manufatura chinesa, que saía da era da indústria pesada para a leve, intensiva em mão de obra. Muitos funcionários, ao dominarem a técnica de determinado produto, acabavam abrindo uma pequena oficina para reproduzir o que haviam aprendido na fábrica, como relata Pinheiro-Machado (2013). É o caso de Zhou Qunfei, de 48 anos, cujo patrimônio é avaliado em US\$ 7,1 bilhões e é a pessoa mais rica do mundo sem ter recebido herança, segundo a revista norte-americana Forbes. Aos 16 anos, ela deixou a China rural para ganhar US\$ 1 ao dia em uma fábrica de Shenzhen. Aos 22, decidiu fabricar em seu apartamento os vidros finos com que trabalhava dia-a-dia, inicialmente para relógios. Ao ganhar uma

concorrência da Motorola para produzir vidros para telas de celulares, teve o primeiro grande contrato e hoje atende também a Apple²³.

Rosemberg (2006) nota que para ocorrer transferência de tecnologia é preciso que haja habilidade e competência técnica nos países recebedores, entre as quais “habilidades administrativas, de estruturas organizacionais e da operação de sistemas de incentivos” (p. 367). A China desenvolveu tais processos ao longo do crescimento econômico. O Governo agiu com força também em quatro pilares que ajudam a explicar como a China pode construir tais habilidades e sistemas de incentivos num espaço curto de tempo, apropriando-se da tecnologia transferida e, assim, forjando seu processo de *catching up*. Tais pilares são educação, infraestrutura e políticas voltadas à ciência e tecnologia, formando um arcabouço para a inovação.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), 99,64% da população entre 15 e 24 anos era alfabetizada em 2015, taxa que caía para 73,91% se considerados aqueles com mais de 65 anos. A permanência média do aluno na escola é de 13,5 anos e 97,93% dos que terminam o Ensino Fundamental passam ao Médio²⁴. Dados do governo central indicam que a China tinha cerca de 37 milhões de alunos em 2.880 universidades em 2016, taxa de matrícula de 42,7%. Em 1949, eram apenas 0,26% de matriculados e em 1978, 1,55%²⁵. Embora o sistema universitário seja majoritariamente público, há anuidade para todos os estudantes, implantada no país em 1998 para universalizar o acesso à educação. O Governo, as próprias instituições e outros organismos concedem bolsa para alunos de baixa renda. Desde 1993 também foi permitida a instalação de universidades privadas no país (GAO, 2016, p. 46).

Em relação à infraestrutura, ao dar início à abertura, em 1978, a estrutura produtiva chinesa incorporou a indústria leve intensiva em mão de obra, mas com baixas intensidade tecnológica e demanda em investimentos em bens de capital,

²³ Zhou Qunfei, a chinesa que saiu da pobreza e se tornou a não-herdeira mais rica do mundo. BBC Brasil, 6 Mai. 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-43971455>>. Acesso: 2 Jun 2018.

²⁴ China. Education and Literacy, Unesco. Disponível em: <<http://uis.unesco.org/country/CN>>. Acesso: 3 Jun. 2018.

²⁵ China's higher education enrollment rate reaches 42.7% in 2016. People's Daily Online, 11 Jul. 2017. Disponível em: <<http://en.people.cn/n3/2017/0711/c90000-9240278.html>>. Acesso: 3 Jun. 2018.

assim como em energia - num contraponto à indústria pesada energeticamente intensiva que caracterizou o período maoísta, em que a China buscou um *catching up* à moda soviética.

Segundo Naughton (2007), tal processo resultou em menos consumo de energia até 1995 na comparação ao consumo da China socialista. Somente quando a indústria começa a diversificar-se, com a entrada de fábricas de eletrônicos e mais incremento em investimentos do Governo em infraestrutura, é que o consumo de energia volta a aumentar. É deste período em diante também que o Governo, mesmo quando não investe, passa a adotar estruturas de financiamento e a guiar investidores privados, resolvendo desde conflitos envolvendo o uso da terra até a indicar alocação de recursos em áreas estratégicas. Naughton revela que em 1993 o gasto do Governo com infraestrutura era da ordem de 6% do PIB, número que chegou a 8% em 1998 (p. 343).

Em 2004, a China já tinha 34,3 mil quilômetros de rodovias de alta velocidade, superando os EUA, à época (NAUGHTON, 2007, p. 346). Hoje, segundo o governo central, são 130 mil quilômetros de rodovias do tipo, o maior sistema do mundo²⁶. Ferrovias somam 127 mil quilômetros, dos quais 25 mil quilômetros são para trens de alta velocidade, que viajam a pelo menos 300km/h, respondendo por dois terços do complexo mundial deste segmento, segundo a Corporação de Ferrovias da China. A primeira linha expressa foi inaugurada em 2008, num trecho de 70 quilômetros ligando Beijing a Tianjin²⁷. Segundo Li (2017), apenas o número de hidrovias não cresceu na China desde a reforma e abertura.

Se nos anos maoístas, como visto na seção 2.1, a transferência tecnológica se deu por meio da relação com a antiga URSS, a partir da criação das ZEE tal processo tinha como canal as joint ventures que se estabeleciam nestas regiões. Não por acaso, como ressalta Silva (2018), as sedes das primeiras ZEEs, como Shenzhen e Shanghai, são hoje centros de inovação tecnológica. Quando Deng apontou as quatro modernizações da China, ciência e tecnologia estavam inclusas.

²⁶ China has 130,000 km of highways, the most in the world. Conselho de Estado, 27 Ago. 2017. Disponível em: <http://english.gov.cn/news/top_news/2017/08/27/content_281475818432406.htm>. Acesso: 3 Jun. 2018.

²⁷ China's high-speed rail tracks to hit 38,000 km by 2025. Xinhua, 2 Jan. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-01/02/c_136867206.htm>. Acesso: 3 Jun. 2018.

Mas, segundo Silva, só em 2006 um planejamento para o setor foi elaborado, entrando assim para a pauta de prioridades governamentais. Batizado de Plano de Médio e Longo Prazo 2006-2020, traz quatro pilares: fomento à inovação nativa, utilização de pesquisa básica para criar novas demandas e transformar-se em uma potência tecnológica, promoção do desenvolvimento sustentável e a garantia de saltos tecnológicos em áreas consideradas chave, incluindo defesa (2018, p. 97).

É fundamental neste ponto olhar para a estratégia Made in China 2025, anunciada pelo governo central em 2015, e que refere-se a uma política de incentivo às indústrias chinesas para conquistar excelência em 10 setores de manufatura avançada, apostando (e investindo) em produção nacional. Os eleitos são tecnologia de informação e inteligência artificial, robótica, aeroespço e equipamentos, tecnologia naval e equipamentos, trens de alta velocidade, veículos e equipamentos movidos a novas energias, geração de energia, biofármacos e produtos médicos e implementos agrícolas. Neste guarda-chuva de manufatura tecnológica está também uma política ambiciosa de conteúdo nacional - e de campeões nacionais - a fim de que a China produza até 2025 70% do conteúdo²⁸.

No comércio de mercadorias e serviços, a China tem hoje o volume mundial mais vigoroso. Em 2017, foram US\$ 3,66 trilhões. O comércio internacional é uma das medidas da abertura da China, quando se compara seu peso no PIB nacional. Segundo Jacques (2009), desde 1978, o país é um dos mais abertos do mundo. Enquanto naquele ano a dependência do comércio foi de menos de 10%, em 2004 esta taxa já havia chegado a 70% (p. 187). Segundo o Banco Mundial, em 2006 ela começou a cair e em 2016 foi de 37%²⁹.

A crise de 2008 é um ponto a ser considerado na desaceleração das exportações chinesas, momento de inflexão em que a China passa a olhar para o mercado interno ao mesmo tempo em que cria um pacote de estímulo governamental da ordem de US\$ 685 bilhões (LIN, 2012, p. 7), tendo em vista majoritariamente a infraestrutura, fomentada em diversas regiões do país. O boom

²⁸ Made in China 2020. Conselho de Estado. Disponível em: <<http://english.gov.cn/2016special/madeinchina2025/>>. Acesso: 3. Jun. 2018.

²⁹ Trade (%) of GDP. Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NE.TRD.GNFS.ZS?end=2016&locations=CN&start=1960>>. Acesso: 4 Jun. 2018.

creditício fez com que o total de débitos chineses tivesse um incremento de 141% do PIB em 2008 para 256% em 2017³⁰. O crescimento do PIB também arrefeceu, e a meta governamental, ou “novo normal”, para usar o termo adotado pelo PPCh, é de 6,5% ao ano desde que Xi chegou ao poder, em 2013. Tal objetivo visa um crescimento sustentável, segundo o Governo. A tabela 9 traz a evolução do PIB desde 1978. Interessante notar que desde que a meta de 6,5% foi adotada, ela sempre foi superada.

TABELA 9 - Evolução do PIB, 1978 a 2017

Ano	PIB Bilhões de US\$	Variação %	Ano	PIB Trilhões de US\$	Variação %
1978	149,54	11,6	1998	1,29	7,8
1979	178,28	7,6	1999	1,09	7,6
1980	191,14	7,8	2000	1,21	8,4
1981	195,86	5,1	2001	1,33	8,3
1982	205,09	8,9	2002	1,47	9,1
1983	230,68	10,8	2003	1,66	10,03
1984	259,94	15,1	2004	1,95	10,1
1985	309,48	13,4	2005	2,28	11,3
1986	300,75	8,9	2006	2,75	12,7
1987	272,93	11,6	2007	3,55	14,2
1988	312,35	11,2	2008	4,59	9,6
1989	347,76	4,1	2009	5,11	9,4
1990	360,85	3,9	2010	6,10	10,6
1991	383,37	9,2	2011	7,53	9,5
1992	426,91	14,2	2012	8,51	7,8
1993	444,73	13,8	2013	9,60	7,7
1994	564,32	13,05	2014	10,48	7,2

³⁰ Sizing Up China's Debt Bubble: Bloomberg Economics. 8 Fev. 2018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-02-08/sizing-up-china-s-debt-bubble-bloomberg-economics>>. Acesso: 4 Jun. 2008.

1995	734,54	10,9	2015	11,06	6,9
1996	863,74	9,9	2016	11,19	6,6
1997	961,60	9,2	2017*	12,8	

Fonte: Banco Mundial, dado de 2017 é do governo chinês
Elaboração da autora

Naughton (2017) afirma que o governo chinês vê no crescimento econômico o pilar de sustentação de sua legitimidade, daí a importância dos resultados positivos da tabela 9. No entanto, externalidades como a crescente desigualdade, inclusive regional, se comparadas as regiões costeiras às do interior do país, os níveis de poluição e o envelhecimento da população, somados a mudanças no comportamento do comércio global fizeram com o país ajustasse a condução da política econômica a um modelo que a Beijing classifica como mais sustentável. Este processo envolve escolher a inovação como um dos motores do desenvolvimento, ao lado do impulso ao consumo doméstico. Tais mudanças e as ferramentas utilizadas para alterações estruturais da economia chinesa são objeto do próximo capítulo.

3 A MÃO VISÍVEL DO ESTADO

O presente capítulo busca situar a atuação do Estado na economia chinesa com a chegada do PCCh ao poder, em 1º de outubro de 1949. Desde então, o Partido mantém a liderança no país a partir de instrumentos, como os Planos Quinquenais, a crescente estrutura dos quadros do PCCh e a posse da terra. Consolida a permanência ao acomodar relações cada vez mais complexas com o mundo exterior, com as forças internas e com os anseios da população de 1,38 bilhão de pessoas³¹, segundo o dado oficial mais recente (ano de 2016).

A fim de dar a conhecer os processos e mecanismos por meio dos quais o Estado atua na economia, a primeira seção deste capítulo trata da estruturação do PCCh, do Governo e, por consequência, da condução das políticas, incluídas aí as econômicas. A seção seguinte trata de discutir os instrumentos por meios dos quais se dá a atuação do Estado na economia chinesa. Em seguida, a fim de debater como as instituições estão presentes no Estado chinês e estão relacionadas ao mercado e a setores econômicos, a seção 3.3 discute a coevolução destas instituições no processo de reforma e abertura, iniciado no ano de 1978. Para dar conta de um aspecto central no mecanismo chinês de experimentação e gradualismo a partir da apropriação de experiências exitosas, a seção 3.4 trata de um exemplo de projeto-piloto, as ZEEs, de um projeto nascido na experiência local, as TVEs, e da criatividade do setor privado, dando origem ao sucesso das FinTechs do país. A inovação como motor de crescimento é tema da seção subsequente. O presente capítulo se encerra com a discussão sobre como o Partido mantém a legitimidade mesmo com crescente conflito distributivo e disparidades regionais, a partir dos casos da luta contra a corrupção e do combate à poluição.

3.1 Partido Comunista da China, Governo e Estado

O PCCh e o Estado chineses estão presentes em todas as esferas de decisão do país, o que engloba a economia e o mercado, a ponto de nem mesmo a nomenclatura em relação ao regime ser unanimidade. Embora poucos teóricos

³¹ Anuário Estatístico da China 2017. População total em 2016. Disponível em <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2017/indexeh.htm>>.

dedicados à sinologia classifiquem o sistema como ditatorial, dada a complexidade dos processos e dinâmicas chineses, há variações entre i) Capitalismo de Estado, sistema no qual o Estado funciona como o principal ator econômico (BREMNER, 2009); ii) Socialismo de Mercado, em que se preserva eficiência e se ampliam liberdades individuais com comando estatal (MILLER, 1991); iii) burocracia autoritária (KROEBER, 2016), entre outros, apenas para adotar a nomenclatura e algumas definições recorrentes. Não obstante, a China prefere chamar o sistema que adota como Socialismo com Características Chinesas, expressão que apareceu pela primeira vez no discurso de abertura de Deng para o 12º Congresso Nacional do PCCh, em 1982³².

Como visto no capítulo anterior, o atual presidente ressalta a condução econômica como uma das principais atribuições não só do Estado, mas do Partido, no poder desde 1º de outubro de 1949, com a fundação da República Popular da China. São quase 89,5 milhões de membros, de acordo com dados de 2016³³. Desde 2001, quando o PCCh comemorou 80 anos, proprietários são aceitos como membros³⁴, incorporando formalmente o setor privado a esferas decisórias.

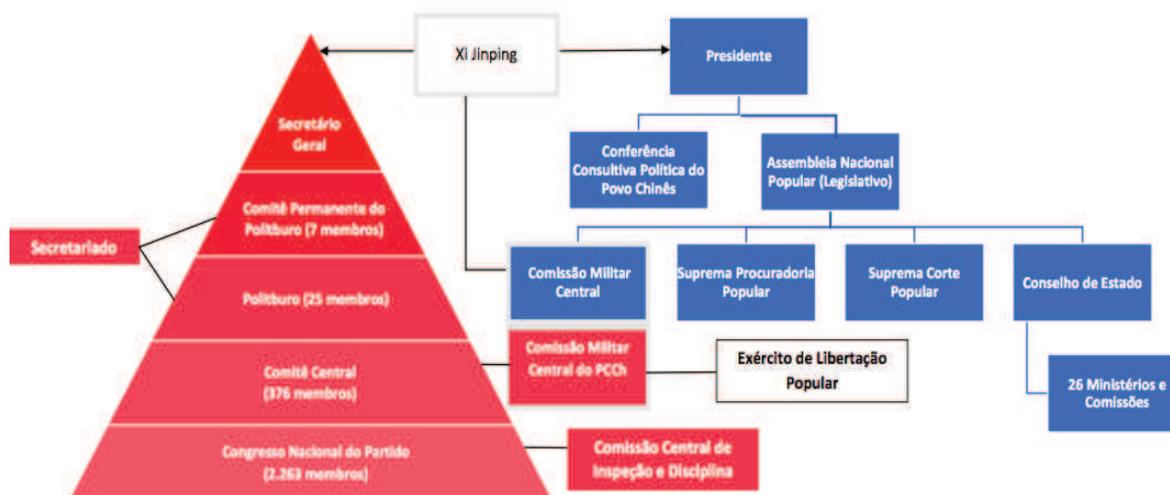
É importante notar, no entanto, que mesmo havendo pontos claros de interseção entre Estado, Governo e Partido, há uma hierarquia de poder, conforme mostra a Figura 1. O presidente Xi Jinping, a exemplo de Hu Jintao e de Jiang Zemin, acumula os cargos de presidente, de secretário-geral do PCCh e também de presidente da Comissão Militar Central (CARIELLO, FRAGOSO, SILVEIRA, 2018). Ressalta-se que esta última comissão é um órgão do Partido, como explicita a Figura 1, e não do Estado.

³² A íntegra do discurso, em inglês, está no People's Daily, ou Diário do Povo, o jornal oficial do PCCh. Disponível em <<http://en.people.cn/dengxp/vol3/text/c1010.html>>. Acesso em 5 Jun. 2018.

³³ CPC has nearly 89.5m members. China Daily, 30 Jun 2017. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2017-06/30/content_29952238.htm>. Acesso: 5 Jun. 2018.

³⁴ Who joins the Communist Party of China? CGTN, 19 Out. 2017. Disponível em <<https://america.cgtn.com/2017/10/19/who-joins-the-communist-party-of-china>>. Acesso: 6 Jun. 2018.

FIGURA 1 - Organização da Liderança do PCCh e a Relação com o Governo



Fonte: Conselho de Estado do Governo Chinês, Partido Comunista da China. Elaboração da autora.

O organograma acima retrata a estrutura do poder chinês. Xi aparece como o líder de três esferas: o Partido, como secretário-geral, o Executivo, como presidente, e as Forças Armadas, como presidente da Comissão Militar Central. A parte vermelha refere-se aos mecanismos sob comando do PCCh. Da base para o topo, as separações não são excludentes, mas indicam faixas de poder e relevância dos cargos. Há outras subdivisões, caso da Conferência Central de Trabalho Econômico, ligada ao Comitê Central e que se reúne uma vez ao ano para ajustar os rumos da economia. Já a parte azul mostra as instituições de Governo e Estado, incluindo aí o Parlamento, ou Assembleia Nacional Popular (ANP), as Forças Armadas e o Judiciário. Não é apenas Xi que acumula cargos no Partido e no Governo. O premiê, por exemplo, chefia o Conselho de Estado e é membro do Comitê Permanente do Politburo.

Como nota Bustelo (2018), até março de 2018, a constituição chinesa não mencionava o papel institucional do PCCh como característica fundamental do sistema político do país. Agora, segundo esse autor, o PCCh como principal força executora das políticas de Estado é “um elemento visível, primordial e institucional do sistema político graças à emenda constitucional que consagra a liderança do Partido como ‘a característica fundamental e a maior vantagem do socialismo com características chinesas’”.

Apenas para referência, na estrutura partidária, o Comitê Permanente do Politburo é o coração do poder chinês. O número, hoje de sete membros, é variável. No governo de Hu, eram nove representantes. Todos os mandatos são de cinco anos, incluindo os dos delegados do Congresso Nacional do Partido, evento que também é quinquenal (MORETZ-SOHN, 2014). Em 2017, ocorreu a 19ª edição do Congresso do PCCh, sendo o cargo de secretário-geral o mais poderoso da organização. Na estrutura de governo, o presidente é o líder, embora o premiê desempenhe funções de chefiar e supervisionar os órgãos executivos a partir da liderança do Conselho de Estado, que coordena os atuais 26 ministérios e comissões que compõem a institucionalidade do executivo chinês (CARIELLO, FRAGOSO, SILVEIRA, 2018).

Importante salientar que o legislativo chinês tem uma assembleia anual, da qual participam pouco menos de 3 mil deputados. Em geral, são referendadas as decisões do Partido e aquelas tomadas em esferas mais restritas do próprio Parlamento, entre os deputados que integram o Comitê Permanente da ANP e que se reúnem a cada dois meses. Junto à Assembleia, todos os anos, ocorre o encontro da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), organismo com representantes da sociedade civil que serve como instituição de aconselhamento e vigilância tanto das decisões quanto das realizações de Executivo e Legislativo. Devido às datas semelhantes, os encontros anuais da ANP e da CCPPC são chamados de as Duas Sessões (CARVALHO, 2018a).

No entanto, é importante salientar que representantes do Partido estão, também, em outras esferas do Governo, e, o PBoC é um exemplo. O banco tem um presidente e um secretário-geral do Partido. Até março de 2018, durante 15 anos, Zhou Xiaochuan ocupou as duas posições. Desde então, Guo Shuqing é o secretário-geral do PCCh no banco, e Yi Gang, o presidente. Guo tem um cargo superior ao de Yi (NAUGHTON, 2018). Vale ressaltar que a estrutura de partido único promove seus quadros a partir de um processo que alguns teóricos chineses e sinólogos chamam de meritocrático (LEE, 2012; BELL, 2015; ANG, 2016).

Segundo Lee (2012), qualquer membro tem de ter ao menos 35 anos e passar em um exame escrito. A autora destaca que ao assumirem cargos em esferas locais ou provinciais, por até cinco anos e renováveis por outros cinco, os dirigentes vão ascendendo na estrutura partidária a partir do cumprimento de metas.

Os quadros do partido e das esferas subnacionais de governo recebem uma lista de tarefas do governo central que devem ser cumpridas, o que abarca dados econômicas e questões como proteção ao ambiente, ao emprego e à captação de investimento (ANG, 2016, p. 66). Como são indicados, há mobilidade regional (LEE, 2012). O presidente Xi foi, entre outros cargos, governador da província de Fujian (2000-2002), secretário-geral do partido na província de Zhejiang (2002-2007) e secretário-geral do PCCh em Shanghai (2007-2008)³⁵.

Bell (2015, p. xiii) dá ao sistema o nome de meritocracia democrática vertical, em que as escolhas nos níveis inferiores se dão por meios democráticos (segundo a lei eleitoral chinesa, qualquer cidadão chinês pode votar e ser eleito a partir dos 18 anos, e há votação direta em distritos e vilas de todo o país³⁶) e, a cada degrau, o sistema vai se tornando progressivamente mais meritocrático, até atingir o topo. O autor reconhece, no entanto, que há falta de transparência política nesse processo - o que pode sugerir favorecimento em alguns casos e não apenas gratificações ao se cumprirem metas -, além de identificar na China a existência da censura e da restrição a liberdades civis (BELL, 2015, p. xiv). Reforce-se que a votação direta ocorre apenas no primeiro nível.

Mas se muitos sinólogos apontam características próprias ao regime que garantem eficiência e disputas de poder - o que não garante aos líderes do PCCh um mandato sem ameaças, um dos motivos pelos quais pesquisadores refutam o rótulo de ditadura - há uma gama de analistas críticos ao sistema chinês. Para Nathan (2015), a China não apenas é autoritária dentro dos limites nacionais, mas usa de seu poder econômico para assegurar interesses no exterior, afetando a democracia sob seis pontos: i) ao encorajar regimes autoritários a partir do próprio exemplo, ii) ao usar o prestígio no exterior para promover valores autoritários, iii) intercambiando experiências autoritárias com outros pares, iv) procurando sufocar mudanças democráticas onde exerce influência, v) ajudando a sobrevivência de regimes autoritários quando tem vantagem econômica e vi) trabalhando para moldar

³⁵ Xi Jinping -- General Secretary of CPC Central Committee. Xinhua: 25 Out. 2017. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2017-10/25/c_136705528.htm>. Acesso: 7 Jun 2018.

³⁶ A votação direta para o nível básico da hierarquia governamental chinesa está prevista na Lei Eleitoral, cujo texto na íntegra, em inglês, está online na página da APN, disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/13/content_1384080.htm>. Acesso: 25 Jun. 2018.

instituições internacionais a fim de que estas sejam neutras ou acríticas em relação ao regime chinês.

Fato é que, dentro de casa, como nota Bell (2015, p. xvii), os feitos via crescimento econômico mantêm o PCCh no poder, como também observa Naughton (2017), e o partido segue no comando com apoio popular.

3.2 Instrumentos para Ação do Estado

O PCCh mantém pelo menos dois instrumentos de controle econômico desde a China maoísta: os Planos Quinquenais, ferramentas de planejamento importadas da antiga URSS, e a posse da terra - sejam estas utilizadas por empresas ou indivíduos, tanto nas áreas urbanas quanto rurais.

Nesta seção, ambos serão discutidos, assim como elementos que surgiram ao longo do processo de reforma e abertura, como a questão fiscal e sua descentralização e escopo, além do pacote de estímulos do ano de 2008, as reservas internacionais da China, os mecanismos de financiamento multilaterais e o aumento do IDE chinês como elemento estratégico econômico. Políticas de ajuste e regulação setoriais serão exemplificadas a partir do programa de reestruturação pelo lado da oferta, lançado pelo governo no ano de 2016 e que neste trabalho será observado para o setor de ferro e aço. Instituições e exemplos que partiram de experiências privadas e locais, que também compõem a política econômica de Estado, serão discutidas em seções subsequentes.

O Primeiro Plano Quinquenal foi implantado para o período 1953-57 e gestado “metade em Moscou, metade em Pequim”, como ressalta Naughton (2007, p. 66), ao fazer referência aos 166 projetos industriais de larga escala cuja gênese estava na URSS e na Europa Oriental e já referidos na seção 2.1. Atualmente, está em vigor o 13º Plano Quinquenal, válido de 2016 a 2020 (THE 13TH FIVE-YEAR PLAN, 2016). Hoje o documento funciona como um guia macroeconômico e delimita setores prioritários, que recebem incentivos estatais, seja por meio de facilitação à entrada no mercado, subsídios, linhas de crédito ou compra por parte dos diferentes níveis do governo, e metas para o período, tais quais o PIB, embora não delimite objetivos específicos, como nas primeiras versões.

Para explicitar o caráter do documento, o próprio nome mudou no 11º Plano Quinquenal (2006 a 2010), e passou, em mandarim, de 中国五年计划 (Plano Quinquenal da China, ou Zhōngguó wǔ nián jìhuà) para 中国五年规划 (Guia Quinquenal da China, ou Zhōngguó wǔ nián guīhuà). Segundo o Governo, a mudança de “Plano” para “Guia” reafirma a aderência da China à economia de mercado, em contraponto àquela planificada³⁷.

Seja como for, plano ou guia, o modelo quinquenal é adotado em outras esferas, por diferentes setores - ambiente, combate à pobreza, segurança, apenas para citar alguns - e níveis de governo regionais, provinciais ou municipais (NAUGHTON, 2017), o que faz com que os governos trabalhem sob estas diretrizes, cujo espaço de tempo não segue, necessariamente, o das aprovadas nacionalmente. O autor afirma que hoje o documento é menos dogmático e mais uma ferramenta por meio da qual o Governo passa suas mensagens. O autor exemplifica com o PIB nos 12º e 13º planos: o Governo faz previsões que, em geral, são ultrapassadas, mas as metas de um dígito de crescimento passam mensagens de um crescimento mais sustentável, entre outros ajustes. Para Naughton (2017), é a partir destes planos quinquenais que o governo Xi sinalizou que desde o ano de 2010 a era do milagre do crescimento chinês vigoroso é “artigo do passado” devido a mudanças nas condições de trabalho, salários e mercados externos. Nesse sentido, segundo o autor, o Governo tem deslocado o foco do crescimento econômico para dar lugar a políticas para diminuição de débitos dos governos provinciais e municipais, redução da pobreza e combate à poluição. Todos estes temas estão contemplados no 12º e no 13º planos.

Apenas para citar o caso da redução da pobreza, o Banco Mundial calcula que a China tenha retirado 700 milhões de pessoas desta faixa desde 1978 e outras 55 milhões devem deixar a extrema pobreza até 2020³⁸. Segundo Medeiros e Morais (2011), utilizando-se a medida oficial para as zonas rurais, foram retiradas 125

³⁷Backgrounder: What are China's five-year plans? Beijing: Xinhua. 28 Out. 2015. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2015-10/28/c_134759501.htm>. Acesso: 7 Jun. 2018.

³⁸ Understanding China's Poverty Reduction Success to Benefit the Global South. 17 Mai. 2016 Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/news/feature/2016/05/17/understanding-chinas-poverty-reduction-success-to-benefit-the-global-south>>. Acesso: 8 Jun. 2018.

milhões de pessoas da pobreza entre 1978 e 1985. Entre 1986 e 2016, foram investidos US\$ 70 bilhões nesta área, de acordo com o Banco Mundial³⁹. Segundo Naughton (2017), a China também adota políticas de transferência de renda, com valores que variam por região, além de medidas como promoção de economia local.

A posse da terra é outro instrumento central para o Governo: toda a terra é do Estado. A propriedade privada de terrenos, casas, prédios e unidades comerciais e residenciais existe na China, segundo Naughton (2017), apenas no sentido de que as famílias ou empresas têm o direito de uso por longo prazo, algo que gira entre 50 e 70 anos, a depender da região e desde que em perímetros urbanos (KROEBER, 2016, P. 35). Os incorporadores pagam aos governos locais pelo arrendamento (NAUGHTON, 2017).

Na zona urbana, segundo Kroeber (2016, p. 76), até a década de 1990 os empregados de estatais moravam em condomínios das empresas e pagavam um aluguel simbólico aos empregadores. Junto às privatizações é que o Governo decidiu vender também o direito de uso dos apartamentos, provocando o que o autor chama de a maior transferência de capital do Estado para os moradores na China - e superando a venda de ativos das empresas, referida na seção 2.3 deste trabalho. Em um mercado ainda não existente, os preços de venda foram modestos e financiamentos facilitados. A venda aqueceu o setor e famílias assalariadas passaram, em poucos anos, a ter bens milionários, relata Kroeber (2016, p.77). Para Huang (2017, p. 40), o boom imobiliário que se seguiu e o início deste mercado foi decisivo para prevenir desestabilizações em uma China que via cerca de 30 milhões de pessoas perderem os empregos nas estatais. Medeiros e Morais (2011) estimam em 50 milhões o número de desempregados nas privatizações da década de 1990.

O novo mercado imobiliário fez com que os preços apenas entre 2003 e 2013 subissem, em média, 167%, alimentando o temor de uma bolha imobiliária, o que o autor refuta, especialmente por duas características: os compradores não estão excessivamente comprometidos com o crédito imobiliário e há uma rápida

³⁹ Ending poverty in China: What explains great poverty reduction and a simultaneous increase in inequality in rural areas? 19 Out. 2016. Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/eastasiapacific/ending-poverty-in-china-what-explains-great-poverty-reduction-and-a-simultaneous-increase-in-inequality-in-rural-areas>> Acesso: 8 Jun. 2018.

urbanização, que deve trazer mais 200 milhões de pessoas às cidades nos próximos anos, garantindo demanda às unidades imobiliárias (KROEBER, 2016, p. 79). Interessante notar que, segundo interpretação de Miller (2012, p. 95), o próprio Governo auxiliou no aumento de preços, ao limitar a região para construções residenciais em algumas cidades, a fim de atrair investimentos industriais e, assim, mais arrecadação e geração de empregos. Desde 2010, o Governo atua para conter especulação neste mercado e também prover o que chama de residências sociais, que ou são novas construções ou a compra daquelas já prontas para serem alugadas por valores subsidiados (KROEBER, 2016, p. 81).

Mas é na zona rural que as terras representam uma questão particularmente desafiadora. Primeiro, é importante destacar que o Governo delimitou em 120 milhões de hectares a quantidade mínima de terra a ser cultivada, a fim de garantir a segurança alimentar do país, número que está próximo de ser atingido (KROEBER, 2016, p. 39). Ou seja, há uma parcela cujo fim não pode ser alterado. Tal limite é importante devido a outra regulação do Estado chinês, a de que a terra na zona rural pertence à coletividade, podendo ser arrendada para os agricultores por 35 anos, sendo dividida em dois tipos: para cultivo e para infraestrutura, tais quais prédios públicos ou estradas (MILLER, 2012, p. 65).

Apenas os governos locais podem alterar a classificação de uma determinada região em sua jurisdição, mudando o estatuto de terreno rural para urbano ou industrial. Como a arrecadação sobre a terra é local e os arrendamentos para projetos residenciais ou industriais geram mais retornos, a China acabou registrando nas últimas décadas diversas alterações desta natureza para alimentar os cofres públicos locais, provocando insegurança entre os produtores, que preferiam não investir na melhoria das terras cultiváveis com medo de que estas fossem realocadas para outros fins (MILLER, 2012, p. 73).

Encontrar meios locais para arrecadação é um desafio para os governos subnacionais, haja vista as obrigações que têm, segundo o sistema chinês. Na questão fiscal é interessante perceber uma característica no modelo do PCCh: a descentralização. Segundo Landry (2008), a China é um dos países mais descentralizados quando se tratam de arrecadação e gastos fiscais. “A descentralização pode beneficiar a economia, ainda que poucos regimes autoritários estejam dispostos. A média democrática descentraliza um quarto dos gastos, e a

média chinesa de 1958 a 2002 foi de 54,9%”, sustenta Landry (2008, p. 7). O autor afirma que tal arranjo indica que a China age como uma democracia federalizada, sob o ponto de vista fiscal (LANDRY, 2008, p. 9).

A reforma no sistema fiscal chinês de 1994, referida brevemente na seção 2.3, definiu impostos centrais, locais e mistos. Segundo o Banco de Desenvolvimento Asiático (2014), o BAD, ao reforçar a concepção sobre descentralização fiscal, os governos locais são responsáveis por 85% do gasto público, atuando em entrega de serviços e desenvolvimento econômico local, tarefa que não é trivial, dada também a velocidade da urbanização chinesa.

A tabela 10 apresenta o incremento da população urbana entre 1978 e 2016 e dá a dimensão de tais esforços, visto que numa economia que prevê impulsionar o consumo como um dos motores de crescimento econômico (THE 13TH FIVE-YEAR PLAN, 2016, p. 16) é importante prover uma “rede de proteção social potente e aumentar o retorno financeiro para as famílias poupadoras, pois assim estas terão mais dinheiro disponível para o consumo” (MILLER, 2012, p. 158).

TABELA 10 - População rural e urbana (%) - Intervalos selecionados, 1978 a 2016

	1978	1990	2000	2016
Total (10.000)	962,59	1.267,43	1.374,62	1.382,71
Rural (%)	82,1	73,6	63,8	42,7
Urbano (%)	17,9	26,4	36,2	57,4

Fonte: Anuário Estatístico da China 2017; Elaboração da autora

A tabela 10 explicita a rapidez das mudanças na China relativas às populações rural e urbana. O ano de 2011, embora não aparente na tabela, marca a virada histórica para o país asiático, em que pela primeira vez a cidade teve mais moradores que o campo⁴⁰. Naquele ano, segundo o governo, as áreas urbanas tinham 690,79 milhões de residentes, ou 51,27% da população total, ante 656,56

⁴⁰ China's urban population outnumbers rural for first time. Beijing: Xinhua, 17 Jan. 2012. Disponível em: <http://www.china.org.cn/china/2012-01/17/content_24427969.htm>. Acesso: 25 Jun. 2018.

milhões de pessoas nas áreas rurais. Desde o ano de 1980, a área construída nas cidades chinesas quadruplicou (MILLER, 2012, p. 88). Segundo o autor, quando o governo garantiu a venda dos direitos de uso das residências, as cidades passaram não apenas a crescerem com rapidez, mas aprimorar o padrão das construções (2012, p. 90).

Para o BAD (2014), a conjunção entre a descentralização fiscal e o rápido incremento da população urbana revela que o sucesso do desenvolvimento chinês está criticamente ligado a capacidades, incentivos e contas dos governos locais. O que ocorre é que mesmo com a descentralização, o sistema que liga alguns tributos à arrecadação central faz com que haja déficits nas esferas subnacionais.

O pacote de estímulo de US\$ 685 bilhões pós-crise 2008 (LIN, 2012, p. 7) impôs novos desafios, pois houve pressão para que governos locais gastassem mais, especialmente em infraestrutura - ainda que desde a abertura, o gasto em infraestrutura em relação ao PIB mantenha uma média de 5% (HUANG, 2017, p. 37). Muitas vezes, os canais para garantir obras foram empréstimos de bancos estatais, e, conforme o BAD, o tempo de maturação e os prazos para pagamento das dívidas apresentavam descompassos.

O governo central passou a se preocupar com débitos locais, embora o relatório do BAD em 2014 considere a situação gerenciável. Huang (2017, p. 9) compartilha desta visão e acrescenta que “a maior parte do débito na China é público, não privado, com fontes domésticas e não externas”. Além do débito, como assinala Huang (2017, p. 5), na esteira da resposta à crise de 2008 houve construções excessivas, estimulando a alta do preço de energia e de matérias-primas, especialmente minerais - commodities cujos preços caíram alguns anos depois.

A China acabou tendo de lidar com setores com sobrecapacidade, caso do ferro e aço, explicitando a forma como funciona o seu ambiente regulatório, outra ferramenta fundamental na condução das políticas econômicas do Estado. Afinal, segundo Naughton (2017), apesar de relaxar o planejamento econômico e de garantir o arrendamento imobiliário e da terra, o que reflete a flexibilização da posse estatal, o Governo se mantém poderoso e intrusivo. O autor argumenta que o poder central controla partes substanciais de ativos estratégicos e de larga escala, especialmente em setores capital-intensivo da economia.

Segundo Moretz (2018), desde 2001 o Governo central atua para regular o mercado de aço rumo a mais eficiência, mas é no ano de 2016 que tais diretrizes são mais restritivas: como parte da Reforma Estrutural pelo Lado da Oferta, para usar a nomenclatura oficial do programa lançado por Beijing, o Governo ordenou o fechamento de plantas num total de produção de 45 milhões de toneladas métricas (mmt) de aço naquele ano, totalizando 150 mmt até o ano de 2020. Duas evidências na análise da autora são interessantes no que diz respeito ao poder central: i) ainda que as estatais sejam sete das 10 maiores produtoras de aço da China, elas respondem por apenas 20% da produção nacional; ii) governos locais descumprem metas especialmente porque o fechamento de algumas plantas pode acarretar desemprego. Tal comportamento das esferas locais se dá, segundo Moretz (2018), devido às metas que províncias e outros níveis regionais têm para a manutenção do desenvolvimento econômico. A fim de garantir índices de crescimento, emprego e, ainda assim, eliminar a sobrecapacidade no setor - que também pressiona o meio ambiente - o governo central acaba por subsidiar incentivos locais (MORETZ, 2018).

Para além dos mecanismos de controle e ação internos, a China também tem ferramentas para acomodar seu papel na economia global. Segundo Huang (2017, p. 5), com a chegada da China à OMC no ano de 2001, o padrão do mercado global foi alterado.

“Os superávits chineses chegaram a quase 10% do PIB em 2007, algo sem precedentes para uma economia tão grande. Tais superávits foram vistos como desestabilizadores globais, contribuindo para grandes déficits no Ocidente, especialmente para os EUA. Depois de sofrer por décadas com escassez de moeda estrangeira, as reservas externas da China se expandiram 20 vezes, saindo de menos de US\$ 0,2 trilhão em 2000 para perto de US\$ 4 trilhões em 2014, número que caiu um pouco a partir do ano seguinte (HUANG, 2017, p. 5)”.

Segundo Hu (2018), as reservas internacionais, que fecharam o ano de 2017 em US\$ 3,10 trilhões, são as mais altas do mundo. Jaguaribe (2018) nota que tais reservas, ainda que mais robustas do que o IDE chinês, trazem pouco retorno. Segundo a pesquisadora, com a crise global de 2008 e a necessidade de a China buscar novos motores de crescimento, entra em cena o IDE chinês como parte da estratégia econômica que busca não apenas garantir o suprimento ordenado de energia e alimento, mas alastra as redes de fornecimento e distribuição e o mercado

das empresas chinesas, ampliando suas capacidades tecnológicas (JAGUARIBE, 2018, p. 20).

De acordo com Jaguaribe (2018, p. 21), em 2010, 54% do IDE chinês tinha investimentos em energia e mineração como destinos, e apenas 1% era voltado à tecnologia. Em 2016, este último setor recebeu 16% do IDE chinês (JAGUARIBE, 2018, p. 21). Jaguaribe ressalta que mesmo que nem todas as empresas com ativos no exterior sejam estatais, majoritariamente elas atendem a interesses estratégicos de planos delineados pelo governo central ou estão em projetos aliadas a estatais, revelando uma coordenação. O papel do estado chinês na economia e governança globais também se expande por meio da criação de mecanismos multilaterais de investimento, tais quais o Novo Banco de Desenvolvimento, comumente chamado de banco dos BRICS e que tem entre os fundadores além da própria China, Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, criado nesta década e que somava 64 países membros em março de 2018⁴¹.

Neste contexto, é importante destacar a Iniciativa do Cinturão e Rota, lançada pelo presidente Xi Jinping em 2013 e que prevê o financiamento principalmente de infraestrutura - inclusive de comunicação, o que conta com tecnologia digital - em diversos países do mundo. Como definem Abdenur e Muggah (2017), é um jeito chinês de fazer a globalização, ancorado em diversos mecanismos de financiamento, inclusive com os bancos multilaterais citados no último parágrafo, e que tem como inspiração a antiga Rota da Seda, que contribuiu para o desenvolvimento de civilizações da Eurásia. Segundo os autores, longe de ser "uma simples plataforma de cooperação econômica transregional, é um ambicioso projeto geopolítico" que gira em torno de dois eixos, uma via terrestre, o cinturão, e um corredor marítimo, a rota.

3.3 Instituições: Coevolução no Processo de Reforma e Abertura

As instituições que moldam atualmente a governança e a política econômica chinesas evoluíram ao longo do processo de reforma e abertura. Ainda que uma

⁴¹ Members and Prospective Members of the Bank. AIIB, 21 Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html>>. Acesso: 25 Jun. 2018.

gama de instituições estejam presentes hoje na complexa economia chinesa, nesta seção o foco recairá sobre a criação da comissão que regula as estatais centrais chinesas e sobre a institucionalização do sistema financeiro da China. Segundo Ang, as instituições eram praticamente inexistentes no ano de 1978, antes da chegada de Deng Xiaoping ao poder, ainda que o governo central contasse com ministérios, sistema judiciário e agências reguladoras também no período maoísta. Mas, como ressalta Ang (2016, p. 239), o sistema planejado de então não provia qualquer garantia ao mercado:

“O ponto de partida foi uma economia autárquica e planejada, uma burocracia devastada pela anarquia da revolução cultural e uma sociedade amedrontada por mais de um século de invasões estrangeiras e de guerras civis, seguidas de três tumultuosas décadas sob Mao. Assim, construir, ou melhor, reconstruir o mercado era a primeira tarefa (2016, p. 239)”.

Instituições que garantissem o direito à propriedade, regulações governamentais, um sistema financeiro transparente, um Judiciário independente, Estado de Direito ou o combate à corrupção não eram realidade na China da década de 1970 (QIAN, 2002). Para o autor, ainda que tais instituições signifiquem exemplos de melhores práticas em economias desenvolvidas, o que não era o caso chinês, foi preciso atentar para o fato de que o essencial eram instituições que se adaptassem às condições do período. Qian (2002) defende que tal esquema vale para qualquer país em desenvolvimento, e não basta projetar apenas o que se considera melhores práticas, mas a variedade de instituições que podem ser úteis em uma economia em transição. Estas próprias, segundo o autor, muitas vezes são transitórias. Assim, cita como exemplos de instituições transitórias na China o sistema de preços dual e as TVEs. Segundo ele, na reforma chinesa dois objetivos foram alcançados ao mesmo tempo: as instituições asseguraram incremento de eficiência e foram compatíveis aos interesses do momento.

Quando se completam quatro décadas de reforma, o arcabouço institucional, para alguns teóricos, já é considerado estável (NAUGHTON, TSAI, 2015, p. 20), ainda que recente. Segundo Huang (2017, p. 28), o responsável pela maior parte das reformas nas instituições foi Zhu Rongji, entre os anos 1990 e 2003, primeiro como vice-premiê sob o regime de Deng Xiaoping e depois como premiê de Jiang Zemin.

O autor também destaca o aspecto de mudança que, segundo sua interpretação, é peculiar à China: o que diferencia a transição do país de uma economia socialista à de mercado é mais o processo do que as políticas, especialmente por conceder incentivos aos governos locais para que estes pudessem adotar instituições que fossem úteis durante a transição (2017, p. 30). Nesse sentido, Ang (2016, p. 17) tem opinião semelhante quando afirma que países pobres e com instituições fracas ou nascentes podem escapar da baixa renda ao construir seu mercado em um ambiente que facilite a improvisação. Segundo a autora, a China experimentou nos primeiros anos da abertura um momento em que o governo central dirigia os rumos da reforma e os agentes em diversos níveis estatais improvisavam para ajustar o prumo (ANG, 2016, p. 17).

Tais aspectos gradualísticos e experimentais - ainda hoje percebidos em modelos como o das Zonas de Livre Comércio, cuja pioneira foi Shanghai, aberta no ano de 2013, e que somavam 11 no ano de 2017⁴² - foram bases para instituições atualmente consolidadas e estáveis. Uma das mudanças mais relevantes é a redução no número de estatais - e o conseqüente incremento na entrada de empresas privadas ou de propriedade mista no mercado chinês. Neste processo, foi criada em 2003 a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais, a Sasac, na sigla em inglês para *State Assets Supervision and Administrative Commission*, que mantém o controle sobre áreas estratégicas, tais quais defesa, energia, finanças e telecomunicações, cuidando de um total de 97 empresas. Dado o escopo de atuação e o fato de ser criada já na década de 2000, a Sasac é tomada como exemplo dos processos de institucionalização chineses.

Segundo Naughton (2015, p. 46), a Sasac é, provavelmente “a mais importante organização do mundo da qual ninguém ouviu falar”. Em 2012, de acordo com o autor, a comissão gerenciava ativos cujos valores de mercado combinados somavam US\$ 4,5 trilhões. O autor deixa claro que as estatais operam no mercado, mas, no entanto, recebem tratamentos que classifica como especiais do governo

⁴² A Zona de Livre Comércio de Shanghai foi aberta em novembro de 2013. A região tem uma lista de setores e negócios permitidos a empresas estrangeiras mais ampla do que aquela válida para todo o território, além de políticas fiscais e de financiamento preferenciais. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2016-11/10/c_135820285.htm>. Acesso: 26 Jun. 2018.

central. Mas uma característica importante da Sasac, bem como de outras agências do arcabouço institucional chinês é que, com as reformas da década de 1990, o Governo deixou de ser o “dono” dos ativos e tais agências passaram a atuar como investidores institucionais, trabalhando em temas como eficiência operacional e retorno de investimentos (GUTHRIE, XIAO, WANG, 2015, p. 75). Importante notar que há estatais chinesas listadas em bolsa e que, por meio da Sasac, muitas adotaram o caminho da internacionalização (GUTHRIE, XIAO, WANG, 2015, p. 83), garantindo acesso a tecnologias e recursos por meio de fusões e aquisições (NAUGHTON, 2015, p. 69) e, neste contexto, expostas à concorrência.

O sistema financeiro é outro ponto de atenção na institucionalidade chinesa. Os principais bancos são estatais, mas mantêm o foco e a prioridade nos serviços para as grandes corporações, especialmente também estatais, deixando pequenas e médias empresas e indivíduos ou com pouco ou totalmente sem acesso a serviços financeiros (TSAI, 2015). A estrutura atual tem início no ano de 1994, quando foram lançadas as bases para a instalação de um banco central independente, o PBoC, e criados os quatro grandes bancos estatais comerciais, que a literatura acadêmica em inglês chama de *Big Four*: Banco da China (BOC), Banco Chinês da Construção (CCB), Banco Chinês Industrial e Comercial (ICBC) e Banco Chinês da Agricultura (ABC)⁴³ (WALTER e HOWIE, 2011).

A China permite bancos privados, sendo o Banco Minsheng o maior deles (PEARSON, 2015, p. 38). Importante ressaltar, segundo esta autora, que o setor financeiro é um dos mais regulados na China e cujas propriedades são majoritariamente estatais. Entre os bancos, o Governo escolheu um para ser o seu campeão nacional do setor, o ICBC (2015, p. 39). Walter e Howei (2011, p. 25) ressaltam a estrita regulação para bancos estrangeiros e classificam os bancos estatais como o próprio sistema financeiro chinês, tamanha a sua influência. Segundo Zhou, Arner e Buckley (2016), os bancos são orientados prioritariamente ao mercado e contemplam a condução de políticas governamentais.

⁴³ As siglas são apresentadas para os nomes em inglês e estão nas logomarcas internacionais dos bancos. Até 2017, BOC, CCB e ICBC já tinham operação no Brasil e o ABC, aprovação do BCB.

Nesta estrutura, em que há um vácuo no oferecimento de serviços a indivíduos, pequenas e médias empresas e em que os bancos acabam por priorizar políticas governamentais, outra particularidade emerge: a repressão financeira, que acaba por canalizar fundos para o governo ao se praticarem taxas de juros artificialmente baixas que desencorajam investimentos e ou poupanças por pessoas físicas e pequenos negócios, dado que tais transações podem até apresentar rentabilidade abaixo da inflação (KROEBER, 2016, p. 133). Segundo este autor, tal manobra acaba por preservar fundos para projetos governamentais, como empréstimos para construção de infraestrutura. Kroeber (2016, p. 218) ressalta que, entre as consequências desta política está a sobrecapacidade de alguns setores, a construção de infraestruturas subutilizadas e, principalmente, incremento da poluição. Esse movimento de priorizar investimentos estatais em infraestrutura com financiamento a partir dos bancos também estatais foi a tônica do programa pós-crise de 2008 (ZHOU, ARNER, BUCKLEY, 2016).

Segundo TSAI (2015), tal arranjo institucional voltado a grandes corporações estatais acabou por provocar a emergência de i) agentes financeiros, especialmente de intermediação de crédito à margem das regulações do PBoC, na rede que se conhece como bancos sombra, e ii) com o advento de tecnologias, fomentou serviços para o varejo, pequenas e médias empresas ao digitalizar transações principalmente a partir das FinTechs, empresas dedicadas à tecnologia financeira e seus serviços, mas que necessariamente não são do setor financeiro e podem emergir dos setores já existentes de internet e tecnologia ou serem startups.

Estas últimas são reconhecidas pelo governo e o PBoC delineia, desde o ano de 2015, um arcabouço regulatório sobre FinTech (TSAI, 2015). Em maio de 2017, o banco também anunciou a criação de um comitê apenas sobre o tema⁴⁴ e, em novembro do mesmo ano, o PBoC decidiu incluir FinTech em sua avaliação macroprudencial, o que indica o peso destas empresas para o sistema financeiro⁴⁵. Para Zhou, Arner e Buckley (2016), se o sistema bancário tradicional já garantiu

⁴⁴ Chinese central bank sets up fintech committee. Beijing: China Daily, 15 Mai. 2017. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/business/2017-05/15/content_29355154.htm>. Acesso: 29 Jun. 2018.

⁴⁵ Central bank to regulate rapidly growing fintech. Beijing: China Daily, 8 Ago. 2017. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/business/2017-08/08/content_30365455.htm>. Acesso: 29 Jun. 2018.

melhorias em estabilidade e lucratividade, e as novas tecnologias promovem inclusão financeira, problemas como ineficiência, falta de competitividade e vulnerabilidades do setor financeiro ainda precisam ser resolvidos, fazendo com que este seja o elo mais fraco da economia chinesa.

Os bancos sombra, as transações digitais, os débitos dos governos locais e a necessidade de desalavancagem do sistema somados à pressão por mais abertura da China no setor financeiro fizeram com que o presidente chinês elege-se o combate a riscos financeiros como uma das prioridades do atual mandato (que vai até 2023), ao lado dos combates à pobreza e à poluição⁴⁶.

3.4 Do Micro ao Macro: Casos das TVEs, ZEEs e FinTechs

O gradualismo e o experimentalismo já discutidos no capítulo anterior e também no presente foram fundamentais no processo de desenvolvimento chinês. Neste sentido, o Estado foi importante ou porque i) definiu projetos que seriam postos em prática, muitas vezes como pilotos, ou porque ii) garantiu por meio de regulações pouco estritas e instituições em construção ou transição que houvesse criatividade para novas soluções. Experiências que tiveram escopo local acabaram por emergir como exemplos para a condução da política econômica nacional, forçando a adoção de novas regulações e criando novos mecanismos.

Nesta seção, destacam-se três exemplos de experimentalismo, as TVEs, as ZEEs e as FinTechs. As últimas emergiram na presente década graças às novas tecnologias, mas têm origem na fraca regulamentação do setor financeiro chinês e na confiança construída entre os chineses e as soluções digitais - em um processo atribuído à gigante de internet Alibaba, que no início dos anos 2000, ao buscar promover e-commerce em um país com poucos usuários de cartões de débito ou crédito precisou lançar uma plataforma não apenas de venda, mas de meio de pagamento, criando o Taobao para compra e venda e o Alipay para pagamentos, todos integrados a uma ferramenta de bate-papo que garantia a comunicação entre comprador e vendedor e, assim, permitia a construção de confiança entre as partes

⁴⁶ China to fight major risks, poverty, pollution in next 3 years. Xinhua: 20 Dez. 2017. Disponível em <http://www.xinhuanet.com/english/2017-12/20/c_136840941.htm>. Acesso: 10 Jun. 2018.

(SHIM, SHIN, 2015). As FinTechs são exemplos de empresas gestadas no âmbito privado e, nesta seção, são representadas pelas empresas de microcrédito, embora o escopo de atuação de uma empresa classificada como FinTech seja mais amplo, englobando iniciativas voltadas a meios de pagamento, financiamento coletivo, entre outros serviços financeiros (XIE, ZOE, LIU, 2016).

Convém atentar para uma característica do processo de reforma e abertura da China sob a ótica das políticas e regulações emitidas pelo governo central. Ang (2016, p. 89) demonstra em sua análise que tais diretrizes poderiam ser divididas em três categorias, que ela define como sinais vermelhos (que não permitem qualquer variação), pretos (claramente consentindo e incentivando determinada iniciativa) e cinzas (em que há ambiguidade entre o que é permitido ou não). Tal divisão e classificação, reforça-se, é da autora. Segundo essa autora, no processo de experimentação por parte de governos locais e de entidades privadas ou de propriedade mista, o que valiam eram as diretrizes da área cinza, pois estas é que deixavam espaço para adaptações. As pretas, afirma Ang (2016), evoluíram dali.

Tanto as TVEs quanto as ZEEs foram discutidas em seções anteriores. A primeira teve origem em um grupo de famílias que decidiu organizar-se em torno de responsabilidades de produção, com anuência do governo local, que integrava a iniciativa e, assim, acabou forjando um modelo de propriedade mista que garantiu produtividade ao setor rural quando as comunas se desfizeram. A segunda foi um modelo concebido pelo poder central e que no início teve lugar em quatro cidades costeiras para garantir a atração de IDE - e assim, tecnologia e divisas estrangeiras -, criando empregos urbanos e mais produtivos ao conceder atrativos fiscais. Ambas têm o setor estatal no âmago - embora as TVEs sejam um exemplo de iniciativa 'de baixo para cima', enquanto as ZEEs tenham feito o caminho inverso, 'de cima para baixo', mesmo tendo sido iniciadas a partir de zonas-piloto.

Neste sentido, convém assinalar que o conceito ocidental de que a competição ocorre somente entre as empresas leva, segundo Huang (2017, p. 12), a uma interpretação errada sobre o papel do Estado na China, onde os governos locais são parte do ambiente competitivo, estejam estes atuando por meio de estatais ou de suas políticas e diretrizes para o crescimento e o desenvolvimento. Segundo Huang (2017, p. 12), Beijing indica parâmetros econômicos e as políticas para alcançá-los são adaptadas localmente - numa perspectiva que corrobora as

regulações que Ang (2017, p. 226) classifica como “cinzas”. Além do mais, sustenta Huang, tais pressões por competitividade provocavam um fenômeno interessante: as ineficiências vindas a partir do planejamento central eram calibradas pelos governos locais e mantidas em limites toleráveis (2017, p. 28). Mais do que isso, sustenta o autor, os burocratas locais acabavam optando por políticas cada vez mais formatadas pelas forças de mercado (p. 39).

Com as empresas privadas, o quadro não é muito diferente, visto que o ambiente institucional também co-evoluía com a experiência de desenvolvimento chinês, como discutido na seção 3.4. Os bancos sombra são um exemplo neste processo: não só foram possíveis graças a um ambiente regulatório em formação como geraram novas empresas na economia chinesa, caso dos mecanismos de microcrédito (TSAI, 2015). Já existentes antes da popularização da internet na China, estas companhias ganharam impulso com a tecnologia móvel, alavancado o setor de FinTech, ao mesmo tempo em que provocavam o PBoC a regular o setor. Como referido na seção 3.3, havia agentes financeiros à margem das regulações financeiras, na rede que se conhece como bancos sombra, ainda que estes não sejam ilegais e sim intermediários de crédito ou operadores de outros serviços financeiros (TSAI, 2015). Segundo Tsai, em parte, estes atores não regulados pelo PBoC surgiram devido a “características do capitalismo de estado chinês, cujo sistema estrutural prioriza a alocação de capital em estatais, empresas coletivas ou de propriedade mista”. Neste sentido, ficam descobertas, por exemplo, empresas pequenas e médias e indivíduos. Para a autora, tal cenário permite a existência de uma economia política paralela que está interligada ao próprio interesse estatal.

O setor financeiro hoje atua rumo a mais sofisticação, deixando de ser apenas um intermediário de crédito para atuar na gestão de poupanças (EHLERS, KONG, ZHU, 2018) e está no foco do governo central, que definiu, no primeiro semestre de 2018, tetos de alavancagem para os produtos de gestão de patrimônio⁴⁷. Ao mesmo tempo, o Governo reconhece que o sistema de bancos sombra é um dos elementos que podem desestabilizar o sistema financeiro, e o PBoC anunciou que reduzirá a

⁴⁷ Economic Watch: New rules to improve China's financial regulation. Xinhua: 29 Mar. 2018. Disponível em <http://www.xinhuanet.com/english/2018-03/29/c_137074965.htm>. Acesso: 12 Jun. 2018.

taxa de reserva dos bancos comerciais limite para concessão de crédito, a fim de aumentar os serviços para pequenos negócios, setor agrícola e outros com menor liquidez ou patrimônio⁴⁸.

Com tal sistema existente, auxiliado pela repressão financeira que desestimula aplicações e com uma parcela preponderante da economia sem acesso a serviços financeiros, a internet potencializou este mercado, abrindo espaço para a financeirização da população sem acesso ao sistema bancário. Segundo Tsai (2015), no ano de 2014, 60% da população online chinesa já havia experimentado algum serviço de internet financeira. No total, eram 648,75 milhões de chineses conectados, ou 47,9% da população⁴⁹. Em 2017, estes números fecharam em 772 milhões de chineses conectados, ou 55,8% do total⁵⁰. Interessante notar que 97,5% do contingente online acessava internet via celular, componente fundamental na popularização das FinTech.

O fenômeno fez com que o PBoC junto a outros nove ministérios lançasse no ano de 2015 o Guia para Promoção do Desenvolvimento Saudável da Internet Financeira, documento que recebeu aprovação do Comitê Central do PCCh e do Conselho de Estado. A intenção era definir o escopo de atuação destas novas empresas, surgidas dado o espaço regulatório existente e um sistema de intermediação de crédito pré-existente (XIE, ZOU, LIU, 2016). Os autores salientam algumas características do sistema financeiro digital: “a internet pode reduzir significativamente os custos de transação e reduzir assimetrias informacionais, aumentando a eficiência na precificação e gestão do risco, expandido as transações realizáveis” (XIE, ZOE, LIU, 2016).

Segundo Zhou, Arner e Buckley (2016), o próprio PBoC lançou um relatório no ano de 2014 destacando as cinco principais contribuições das finanças digitais na China, a saber: i) promoção de inclusão financeira, ii) impulso ao desenvolvimento

⁴⁸ China makes progress against shadow banking: report. Xinhua: 11 Out. 2017. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2017-10/11/c_136672653.htm>. Acesso: 12 Jun. 2018.

⁴⁹ Statistical Report on Internet Development in China. Centro de Informações para Internet da China: Jan. 2017. Disponível em: <<https://cnnic.com.cn/IDR/ReportDownloads/201706/P020170608523740585924.pdf>>. Acesso: 12 Jun. 2018.

⁵⁰ China's online population hits 772 mln: report. Xinhua: 31 Jan. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-01/31/c_136939347.htm>. Acesso: 13 Jun. 2018.

de capital privado, iii) satisfação de demandas do comércio eletrônico, iv) redução de custos de transação e melhor alocação de recursos e v) encorajamento da inovação em produtos financeiros. No entanto, há riscos, alertam os autores - e para tanto surgem as regulações -, tais quais instabilidade financeira, lavagem de dinheiro e falta de proteção aos consumidores (ZHOU, ARNER, BUCKLEY, 2016).

As plataformas de empréstimo digital, ao lado das empresas de meios de pagamentos, foram as mais exitosas no ambiente FinTech chinês. Com regulações mais estritas adotadas no primeiro semestre de 2018, o que inclui registro oficial na agência governamental reguladora de crédito, o valor total de transações destas companhias caiu 23% em março de 2018 na comparação ao mesmo mês de 2017, ficando em US\$ 30 bilhões⁵¹. Ao final de 2017, também foi estabelecida a Associação Nacional de Internet Financeira a fim de criar uma plataforma para promover informações pessoais de crédito para as empresas de crédito, o que, segundo o governo chinês, suplementaria os registros estatais⁵².

3.5 Inovação como Motor de Crescimento

A China mantém disparidades tanto em produtividade quanto em tecnologia nos seus setores industriais, mantendo-se como um fornecedor de produtos de baixo valor agregado nas cadeias globais de valor (JAGUARIBE, 2018, p. 29). Segundo a base de comércio das Nações Unidas, UN Comtrade, ainda que os produtos pouco intensivos em tecnologia mantenham quase um quarto das exportações chinesas é evidente que i) esse número se reduziu, se comparado a 1992, ano em que Deng realizou sua turnê ao Sul e reafirmou o apoio às ZEEs, como visto na seção 2.3, e que ii) os produtos intensivos em tecnologia têm ampliado a participação nas exportações.

⁵¹ China's P2P online lending remains tepid in March. Beijing: Xinhua, 7 Abr. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-04/07/c_137093729.htm>. Acesso: 2 Jul. 2018.

⁵² China to strengthen regulation over Internet finance businesses. Beijing, Xinhua, 12 Fev. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-02/12/c_136969915.htm>. Acesso: 2 Jul. 2018.

TABELA 11 - Exportações por intensidade tecnológica - Intervalos selecionados, 1992-2016

	1992	2001	2002	2012	2016
Produtos não industriais (%)	11,5	4,5	4,0	1,5	1,7
Baixa Tecnologia (%)	54,2	39,4	36,8	27,3	26,9
Média-Baixa Tecnologia (%)	11,2	12,9	12,3	16,1	15,4
Média-alta Tecnologia (%)	12,6	19,9	19,7	24,2	25,9
Alta Tecnologia (%)	10,4	23,4	27,2	30,8	30,2

Fonte: elaboração da autora a partir de UN Comtrade (2018)

A tabela 11 evidencia esforços rumo à inovação, o que é “especialmente vital hoje”, segundo Cheng e Ding (2017), que sustentam que o gargalo que ainda restringe o desenvolvimento social e econômico chinês é a deficiência em manter o vigor da inovação em alguns setores. Segundo os autores, entre os anos de 1998 a 2003, a produção de alta tecnologia chinesa não só dependia de materiais importados, mas as companhias estrangeiras eram responsáveis pelas exportações de cerca de 90% dos computadores, seus componentes e periféricos. Desde as quatro modernizações aprovadas por Deng, já referenciadas na seção 2.2, a China formalmente decidiu incrementar o apoio à ciência e tecnologia e, daí, advém a aposta em inovação. Segundo Tsai (2015), em contraste ao Japão, à Coreia do Sul e a Taiwan, que forjaram suas estratégias de desenvolvimento sem incremento de IDE para isolar o setor manufatureiro local de competidores globais, a China apostou nesta como uma das principais ferramentas para a transferência de tecnologia, ponto discutido na seção 2.3.

Interessante notar que desde o ano de 2000, metade das exportações chinesas têm como origem empresas com investimento estrangeiro (TSAI, 2015). A China definiu a inovação - ao lado do empreendedorismo - como motores de crescimento para o atual mandato, que vai de 2018 a 2023⁵³. Na primeira vez em que um presidente chinês discursou durante o Fórum Econômico Mundial, realizado todos os anos em Davos, Xi Jinping, no ano de 2017, já havia destacado a inovação

⁵³China pede esforços para garantir realização das metas estabelecidas no relatório de trabalho do governo. Xinhua: 22 Mar. 2018. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2018-03/22/c_137057184.htm>. Acesso: 13 Jun. 2018.

como chave, especialmente em um momento em que a China envelhece e enfrenta problemas ambientais. O presidente chinês chegou a situar a inovação como o guia possível para o desenvolvimento global:

“O problema fundamental que assola a economia global é a falta de uma força que dirija o crescimento. A inovação deveria ser este guia para o desenvolvimento. Diferentemente das revoluções industriais anteriores, cujas velocidades foram lineares, a quarta revolução industrial é exponencial. Neste sentido, precisamos perseguir a inovação implacavelmente. Apenas com coragem de inovar e transformar é que poderemos remover os gargalos do crescimento e do desenvolvimento global” (XI, 2017).

Em 2016, a China investiu o equivalente a 2,11% do PIB em ciência e tecnologia. Os fundos estatais foram cerca de um quarto do total investido, como se pode ver na tabela abaixo, que compila a evolução do investimento do setor desde o ano de 2012 tanto em relação a gastos estatais ou por meio de fundos levantados pelas empresas (embora não especifique a propriedade das empresas, nem a origem dos fundos) e divide o investimento por campo de pesquisa (básica, aplicada ou fase experimental).

TABELA 12 - Investimento em ciência e tecnologia na China - 2012 a 2016

	2012	2013	2014	2015	2016
% PIB	1,91	1,99	2,02	2,06	2,11
Investimento (¥ 100 milhões)	10.298,4	11.846,6	13.015,6	14.169,9	15.676,7
Fundos Estatais (¥ 100 milhões)	2.221,4	2.500,6	2.636,1	3.013,2	3.140,8
Fundos via empresas (¥ 100 milhões)	7.625,0	8.837,7	9.816,5	10.588,6	11.923,5
Pesquisa Básica (¥ 100 milhões)	498,8	555,0	613,5	716,1	822,9
Pesquisa Aplicada (¥ 100 milhões)	1.162,0	1.269,1	1.398,5	1.528,6	1.610,5
Desenvolvimento Experimental (¥ 100 milhões)	8.637,6	10.022,5	11.003,6	11.925,1	13.243,4

Fonte: Anuário Estatístico da China 2017; Elaboração da autora

A tabela 12 explicita o crescimento do investimento em inovação em relação ao PIB, ainda que o dado para 2016, último disponível, indique que a China está atrás dos EUA. Os estadunidenses investiram 2,74% do PIB no setor em 2016, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁵⁴. É parte da intencionalidade do Estado também na promoção das inovações nativas, que, segundo Silva (2018) são “ pilar estratégico para consolidação da China como potência econômica global e para a manutenção do crescimento sustentável da renda”.

Um exemplo que reúne políticas estatais aliadas à inovação a ser analisado é o dos veículos movidos a novas energias - eletricidade, hidrogênio e outras formas não fósseis. A indústria é considerada estratégica pelo governo central, que pretende cortar as emissões de poluentes e incrementar o nível tecnológico de sua indústria. Zhang e Bai (2017) analisaram 175 regulamentações divulgadas em diferentes níveis de governo de 2006 a 2016 para mostrar a inter-relação entre políticas nacionais e subnacionais e que resultaram num incremento de vendas de 103% para o setor entre 2006 e 2015, o que representa mais de 580 mil deste tipo de veículo nas ruas. Até o ano de 2016, segundo Zhang e Bai (2017), 88 cidades haviam adotado políticas locais de promoção de veículos movidos a novas energias, no que eles classificam como um exemplo de *path dependency*, um processo que Tigre (2005) define como um ambiente institucional que “determina as oportunidades de lucro, direcionando as decisões e o processo de acumulação de conhecimentos das organizações, gerando trajetórias virtuosas ou viciosas”.

O setor é particularmente interessante porque a adoção de tais veículos movidos a energia renovável enfrenta barreiras tais quais i) altos custos iniciais de produção, ii) alto custo das baterias, que também apresentam falhas e pouca autonomia, iii) falta de estrutura de recarga, entre outras. Sob o ponto de vista da inovação industrial, foco desta seção, a cadeia sustenta-se sob três níveis, de acordo com Zhang e Bai (2017): com mecanismos orientados ao fornecimento, provendo infraestrutura para pesquisa e desenvolvimento e financiamento, além de

⁵⁴ Dado disponível em: <<https://data.oecd.org/rd/gross-domestic-spending-on-r-d.htm>>. Acesso: 3 Jul. 2018.

recursos humanos e assistência técnica, atores orientados à demanda, garantindo o suprimento dos produtos, toda a rede de fornecedores e promovendo as regulações de comércio, além de organizações e atores orientadas ao ambiente, que criam políticas preferenciais para o desenvolvimento desta indústria, com regulamentações financeiras e legais.

Embora os próprios autores afirmem que apenas o estabelecimento da cadeia setorial não daria conta do desenvolvimento - e enfatizem o ambiente institucional e das políticas estatais como peça fundamental desta indústria emergente -, é a partir do estabelecimento destas conexões em rede que Ang (2016) desenha o desenvolvimento intraprovincial chinês. Segundo a autora, embora a China na relação com o comércio global tenha adotado ferramentas e mecanismos próprios, sem precedentes tanto na Ásia quanto em outros países, quando se analisam as trajetórias de desenvolvimento setorial no interior da economia chinesa, estas seguem o modelo dos gansos voadores, uma interpretação do teórico japonês Kaname Akamatsu (1962) para o desenvolvimento local.

De acordo com Medeiros (1997), a hipótese básica do paradigma dos gansos voadores é a de que as manufaturas com menor densidade tecnológica são reproduzidas sequencialmente em países com menor grau de industrialização, aproveitando espaços antes ocupados pelos mais desenvolvidos. Uma vez exauridos os efeitos decorrentes da introdução num país de setores/tecnologias, o deslocamento tecnológico do ganso líder estimula a introdução de novos setores/técnicas abrindo espaço para o ganso subsequente internalizar as atividades de menor densidade tecnológica e repetir a mesma dinâmica (MEDEIROS, 1997).

Segundo Ang (2016), embora a política adotada por Deng não tenha sido intencionalmente pensada como o paradigma dos gansos voadores, o fato de as ZEEs terem sido alavancadas primeiro - o que provocou desigualdades regionais no país, com as áreas costeiras mais desenvolvidas - remete ao modelo de Akamatsu (p. 216).

3.6 A Legitimidade: Corrupção e Ambiente como Foco

O PCCh está desde o ano de 1949 no poder e, ainda que mantenha um controle estrito sobre as informações que circulam no país (REPNIKOVA, 2013, p.

113), não são apenas as restrições de liberdade de expressão ou suposta falta de contato com o mundo exterior que explicam a legitimidade do Governo, especialmente em uma China aberta à globalização e a trocas culturais. Somente no ano de 2017, os chineses fizeram 130,5 milhões de viagens para fora do país⁵⁵ e, de acordo com o Ministério da Educação chinês, 608,4 mil estudantes estavam estudando no Exterior, transformando a China na principal fonte de estudantes internacionais⁵⁶. Ainda segundo o ministério, desde o ano de 1978, 5.194.900 estudantes chineses foram ao Exterior, dos quais 1.454.100 para programas de Educação Superior. Deste total, 83,73% retornaram à China depois da formatura.

Segundo Naughton (2017), o que Beijing vê como central na legitimidade política é a performance econômica. No bojo do processo de crescimento e desenvolvimento chinês, no entanto, há desafios que ameaçam a estabilidade do Governo e, por extensão, do PCCh. Nesta seção, serão retratadas as medidas para conter dois problemas considerados prioritários pelo governo de Xi Jinping: poluição e corrupção, ainda que a desigualdade também seja tema recorrente. A corrupção é um problema especialmente importante para a opinião pública chinesa, segundo o Centro de Pesquisas Pew, *think tank* estadunidense que se dedica a medir atitudes e tendências no mundo. Segundo dados do ano de 2016, 64% dos chineses queriam progressos no combate à corrupção, enquanto 50% acreditavam que era preciso melhorar a qualidade do ar, mesmo que isso significasse um crescimento econômico mais lento (WIKE, STOKES, 2016). Ainda segundo o mesmo estudo do Centro de Pesquisas Pew, os dois principais problemas da sociedade chinesa no ano de 2016 eram os funcionários corruptos e a diferença entre pobres e ricos.

Ang (2016, p. 150) percebe que no caso chinês o desenvolvimento não se refere apenas a estatísticas tais quais incremento de riqueza, mas a “mudanças por toda a parte, em um processo que pode ser classificado como doloroso, especialmente quando se atenta para o quão apressado e atribulado este ocorreu na

⁵⁵ China Outbound Tourism Hits Record High in 2017. Beijing: Caixin. 5 Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.caixinglobal.com/2018-03-05/china-outbound-tourism-hits-record-high-in-2017-101217260.html>>. Acesso: 3 Jul. 2018.

⁵⁶ 2017 sees increase in number of Chinese students studying abroad and returning after overseas studies. Beijing: Ministério da Educação da China. 4 Abr. 2018. Disponível em: <http://en.moe.gov.cn/News/Top_News/201804/t20180404_332354.html>. Acesso: 3 Jul. 2018.

China”. Chi (2010, p. 51) argumenta que há preocupação por parte do estado chinês em apresentar outros elementos que não apenas o incremento na renda dos cidadãos, estabelecendo os marcos em que a China atingiu parâmetros de desenvolvimento para além do PIB e explicitados na Tabela 13.

TABELA 13 - Sinais básicos da transição da fase de subsistência para desenvolvimento

	Indicador	Referência	Quando China atingiu referência
Desenvolvimento Econômico	PIB per Capita	> US\$ 1.000,00	US\$ 1.100,00 (2002)
Consumo	Coefficiente de Engel	Abaixo de 50%	39,4% (urbano, 2000) 49,1% (rural, 2000)
Estrutura Industrial	Setor Primário, Secundário e Terceirário	Primário: até 15%, Terciário: > 40%	14,1% (primário, 2001) 40,7% (terciário, 2001)
Estrutura de emprego	Emprego no setor primário	< 50%	50% (2000)
Urbanização	Taxa de urbanização	> 40%	40,53% (2003)

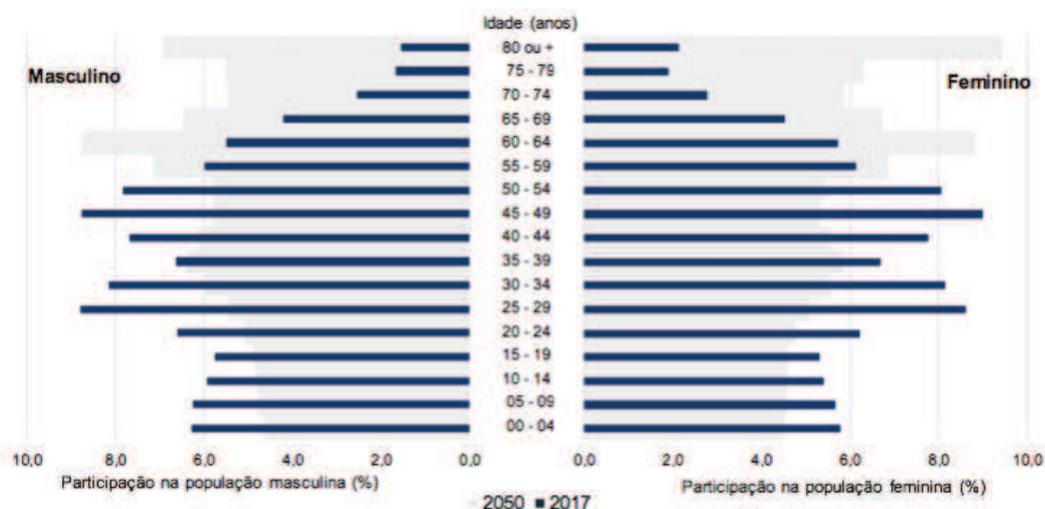
Fonte: Chi, 2010, p. 51.

A tabela 13 é relevante para situar temporalmente os marcos de mudanças sócio-econômicas chinesas, mas ela não capta elementos que revelam a desigualdade. Segundo Medeiros e Morais (2011), nos primeiros 30 anos, as reformas estruturais da China ao passo que reduziram a pobreza com “rapidez e dimensões históricas, também produziram um dos níveis de desigualdades mais altos do mundo em desenvolvimento”. Para os autores, o Governo acredita que a distância de renda e serviços públicos entre urbano e rural é o principal elemento da desigualdade. A fim de minimizar tais diferenças foram extintas taxas escolares nos primeiros nove anos de educação compulsória desde o ano de 2007 nas zonas rurais e criado um seguro de saúde coletivo no ano de 2003. Três anos depois, foi extinto o imposto agrícola, um dos pilares da construção do “interior socialista”.

Nas cidades, o emprego informal, segundo os autores, um subproduto do movimento de trabalhadores migrantes e da política de privatização de estatais nos

anos 1990, é outro fator de desigualdade. De acordo com Naughton (2017), somente 15,7% da população migrante tinha planos de pensão e 17,6% tinham plano de saúde no ano de 2013. Os impostos sobre renda pessoal perfazem 1,3% do PIB e incidem sobre salários e alguns outros tipos de renda, mas deixam a atividade empreendedora e empresarial de fora (NAUGHTON, 2017). Para o autor, este cenário resulta em pouco espaço para implementação de uma taxa de imposto progressivo sobre a renda na China. Para ampliar o problema em relação a pensões e ao sistema de proteção à saúde, o rápido processo de envelhecimento da sociedade chinesa é outra questão (NAUGHTON, 2017), evidenciada na figura 2.

FIGURA 2 - Pirâmide Etária da China, 2017 e 2050 (Projeção)



Fonte: Banco Mundial, Elaboração da autora

A figura 2 retrata o contingente de população acima dos 60 anos, estrato que deve atingir o pico na China em 2050, segundo projeção do Banco Mundial, quando o total nesta camada será de 487 milhões de pessoas, ou 34,9% dos chineses. No final do ano de 2017, a China já tinha 241 milhões de pessoas com mais de 60 anos, ou 17,3% da população, segundo dados da Comissão Nacional de Trabalho sobre Envelhecimento⁵⁷, escritório de coordenação ligado ao Conselho de Estado chinês, o principal órgão Executivo do país, e que adota o corte de 10% de maiores 60 anos

⁵⁷China home to 241 million people aged 60 or above. Beijing: Xinhua. 26 Feb. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-02/26/c_137001436.htm>. Acesso: 4 Jul. 2018.

como definidor de uma sociedade em envelhecimento. De acordo com tal parâmetro, a China integra este grupo desde o ano de 1999. Neste contexto, alguns sistemas urbanos chineses já enfrentam pressão devido à baixa idade de aposentadoria e a generosos benefícios, segundo Naughton (2017), ainda que tais benefícios não sejam universais na China. No meio rural, segundo o autor, o desafio é manter os trabalhadores jovens no campo.

O Governo reconhece a dificuldade em lidar com tais questões, tanto que o combate à pobreza está entre as três prioridades do atual mandato de Xi, de 2018 a 2023, como já discutido anteriormente neste trabalho, somado ao controle de riscos financeiros e da poluição. Mas a primeira batalha e que acabou se transformando em uma bandeira do atual Governo é o combate à corrupção, que começou com uma campanha vigorosa 19 dias após Xi Jinping ser confirmado presidente, em 8 de novembro de 2012 (GIANNETTI et al., 2017). Desde então e até o final de 2017, segundo dados do PCCh, 1,5 milhão de funcionários e dirigentes corruptos haviam sido punidos, 440 dos quais ligados à administração central⁵⁸. É importante ressaltar que o sistema chinês garante poder a estruturas de governo locais, centralizadas no comitê local do PCCh, além do vice e do governador provinciais, responsáveis pelas políticas econômicas, pela disciplina e cumprimento da lei, além de temas como aquisição e transações sobre a terra (indicando o que é perímetro urbano ou rural), taxas, desenvolvimento urbano e promoção de quadros do Partido ou do Governo (ZHU, ZHANG, 2017).

Para Giannetti et al. (2017), a complexidade e o alcance da campanha anticorrupção mostram que esta é real e persistente. Tal percepção é corroborada por significativas revisões na própria estrutura do Estado aprovadas em março de 2018, na 13ª ANP, que criou a Comissão Nacional de Supervisão para absorver funções anteriormente atribuídas aos extintos Ministério da Supervisão e Escritório Nacional de Prevenção à Corrupção (CARIELLO, FRAGOSO, SILVEIRA, 2018). Segundo os autores, o novo órgão chama a atenção pelo escopo mais abrangente, “uma vez que sua atuação se dará não apenas sobre os membros do Partido

⁵⁸ Spotlight: China's effective campaign sets model for global anti-corruption cause. Beijing: Xinhua, 11 Mar. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-03/11/c_137031213.htm>. Acesso: 4 Jul. 2018.

Comunista, mas também em relação a todos os quadros do setor público chinês, sejam filiados ao Partido ou não”. A complexidade da campanha é também defendida por Leão (2018), ao afirmar que um “elemento diferenciador é o fato, inédito, de a campanha atingir altos escalões do governo, civis e militares”. Para o autor, a campanha amplamente divulgada na mídia é também responsável pelo crescimento da popularidade de Xi, já que o “alastramento do enriquecimento ilícito vinha tornando cada vez mais vulnerável, perante a nação, a autoridade do PCCh como partido único”.

A reação governamental de combate à corrupção inclusive em esferas locais e voltadas também a integrantes da burocracia chinesa não pertencentes ao Partido revela que o governo não está disposto a tolerar por mais tempo o que e se podem considerar externalidades no rápido processo de crescimento da China: a corrupção, dada a sua rede inclusive local, esta sustentada por decisões descentralizadas permitidas pelo sistema, e a poluição, resultado de um crescimento industrial e de infraestrutura vigoroso e dependente de uma matriz energética majoritariamente de carvão.

Desde o início das reformas econômicas, no ano de 1978, as cidades chinesas são afetadas pela poluição do ar devido à manufatura dependente de consumo energético intensivo e ao vigoroso movimento da construção civil, o que foi agravado ao longo das décadas pelas emissões de veículos e sistemas de aquecimento no inverno adotados especialmente nas cidades (SUN, KAHN, ZHENG, 2017). De acordo com os autores, são estes os principais responsáveis pelas partículas inaláveis PM10 e PM2.5 (que penetram nos pulmões), que poluem a atmosfera e são prejudiciais à saúde, fazendo com que pouco mais de 1% entre 500 cidades chinesas estivessem dentro dos padrões de emissão da Organização Mundial da Saúde (OMS) no início da década de 2010.

Foi justamente no ano de 2010 que as grandes cidades começaram a ser afetadas com frequência por dias de neblina carregada de partículas. Até então, a China não divulgava dados sobre a poluição do ar, mas a Embaixada dos EUA em

Beijing mantinha via Twitter⁵⁹ um serviço de informação sobre a situação na capital chinesa de hora em hora que captava dados de um equipamento instalado em frente ao prédio do serviço diplomático estadunidense. Em novembro de 2010, um tuíte provocou desconforto e levou à interrupção da conta poucos dias depois, a pedido do governo chinês. Quando a medição superou o limite de 500 microgramas de PM2.5 por metro cúbico, 20 vezes mais de o que a OMS considera saudável, a conta oficial informou que o ar na cidade estava “enlouquecidamente péssimo”⁶⁰. A falta de informação oficial sobre um problema literalmente visível - nos piores dias do que ficou conhecido como *airpocalypse*⁶¹ não era possível enxergar de um lado a outro da rua ou três carros adiante e aeroportos eram fechados - não era apenas caso de censura. O governo chinês só media a emissão de partículas PM2.5 de forma esparsa até o ano de 2011, e foi apenas no ano de 2012 que adotou um padrão nacional e instalou em todo o país laboratórios para monitorar o problema. (LIN et al., 2018). No ano seguinte, a sociedade civil pediu a divulgação de dados oficiais sobre a poluição do ar, o que o governo passou a fornecer no ano de 2014⁶². Atualmente, qualquer celular conectado à internet na China recebe dados sobre a quantidade de partículas PM2.5 suspensas no ar diariamente, inclusive com indicação sobre perigos à saúde, segundo os padrões da OMS.

Se no ano de 2013 houve mobilização da sociedade para conhecer melhor o tamanho do problema, foi também neste ano que o Governo foi pragmático em relação ao combate da poluição do ar, talvez por também entender que debelar o problema seria crucial para a manutenção da legitimidade e apoio popular. O Governo lançou um plano de cinco anos para limpar o céu em 28 grandes cidades

⁵⁹ Plataforma de microblog criada em 2006 nos EUA e popular em todo o mundo ocidental, além de em alguns outros países em demais regiões, é bloqueada na China desde junho de 2009, mas acessada especialmente pela comunidade estrangeira que vive no país graças a softwares que burlam o sistema eletrônico de censura conhecidos como VPN e que podem ser contratados via serviços de assinatura, com pacotes que variam de mensais a anuais.

⁶⁰ Twitter gaffe: US embassy announces 'crazy bad' Beijing air pollution. Londres: The Guardian. 19 Nov. 2010. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/blog/2010/nov/19/crazy-bad-beijing-air-pollution>>. Acesso: 4 Jul. 2018.

⁶¹ Jogo de palavras em inglês para o que se pode chamar de um “ar apocalíptico”, que mistura *air* (ar) e *apocalypse* (apocalipse).

⁶² In China's war on bad air, government decision to release data gives fresh hope. Washington: Washington Post, 2 Fev. 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/in-chinas-war-on-bad-air-government-decision-to-release-data-gives-fresh-hope/2014/02/02/5e50c872-8745-11e3-a5bd-844629433ba3_story.html?noredirect=on&utm_term=.c6a8881f1da3>. Acesso: 4 Jul. 2018.

mais afetadas. Beijing foi apenas uma das que cumpriu as metas: em 2017, a média anual de concentração de partículas PM2.5 foi de 58 microgramas por metro cúbico, reduzindo em 35,6% o índice médio de 2013, segundo o Centro de Monitoramento Ambiental Municipal⁶³. Entre as medidas para diminuir a poluição, estão o fechamento ou o deslocamento de fábricas, a restrição da circulação de veículos e subsídios à adoção daqueles movidos a energias limpas e o investimento em energias alternativas, a fim de diminuir a dependência do carvão na matriz energética.

A Conferência Central de Trabalho Econômico, mecanismo ligado ao Comitê Central do PCCh e mencionado na seção 3.1, definiu que a poluição do ar tem de ser debelada até 2020, revelando a simbiose das decisões e diretivas tomadas no sistema chinês de Partido-Estado. Neste sentido, a taxação é outro instrumento utilizado por Beijing. Em 2017, apenas em taxas para descarte de resíduos significaram o recolhimento de US\$ 3,38 bilhões aos cofres públicos, oriundos de 330 mil empresas, valor 12,3% superior ao coletado em 2016, segundo dados da Administração Estatal de Tributação⁶⁴.

Os esforços governamentais para garantir apoio parecem surtir efeito. O Barômetro de Confiança no ano de 2018, medido globalmente em 28 países pelo grupo estadunidense de relações públicas Edelman e com versões anuais desde o ano 2000, revela que o índice de confiança para o governo chinês é de 84 pontos, oito a mais do que valor captado no relatório de 2017⁶⁵. Quando perguntados entre quatro instituições qual é a que pode liderar o caminho para um futuro melhor na China, 68% dos entrevistados dizem que é o governo, 9% dizem que são os negócios, 8% afirma que são as organizações não-governamentais e 7% apostam na mídia. O estudo abrange anualmente 500 pessoas entre 25 e 64 anos na China,

⁶³ Beijing makes big gains in air quality. Beijing: China Daily, 4 Jan. 2018. Disponível em: <<http://www.chinadaily.com.cn/a/201801/04/WS5a4d53dba31008cf16da4f05.html>>. Acesso: 4 Jul. 2018.

⁶⁴ Environmental tax to help China fight pollution. Beijing: China Daily, 11 Jan. 2018. Disponível em: <<http://www.chinadaily.com.cn/a/201801/11/WS5a5699b7a3102e5b173740b4.html>>. Acesso: 4 Jul. 2018.

⁶⁵2018 Edelman Trust Barometer - China. Chicago: Edelman. 21 Mar. 2018. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/EdelmanAPAC/2018-edelman-trust-barometer-china?from_action=save>. Acesso: 4 Jul. 2018.

500 nos EUA e 200 em cada um dos outros 26 países. Por fim, é interessante salientar que mesmo com controle da mídia estatal na China, o Governo não realiza pesquisas de opinião sobre satisfação ou aprovação no país.

Fora de casa, a China amplia esforços para que o mundo conheça melhor o que se pensa, produz, decide e almeja dentro do país a partir de uma tríade que, se não é inédita, é recente para os próprios chineses como vetores de disseminação de suas mensagens: produtos culturais, academia e imprensa, em idiomas que não só o mandarim. Tal processo tem um nome no jargão acadêmico, cunhado pelo economista Nye (1990), o *soft power*. Em linhas gerais, é um contraponto ao *hard power* das conquistas de poder internacional por vias mais duras, tais quais conflitos armados, para usar um exemplo extremo. O *soft power* entrou no radar chinês ainda no governo do presidente Hu Jintao (2003-2013), mas ganhou fôlego mesmo com o atual mandatário, Xi Jinping (SILVEIRA, 2018a). A China não quer só ser a segunda economia do mundo, mas quer dar a conhecer ao mundo seus processos e, na esteira disso, promover laços mais cordiais ou sobre bases menos resistentes.

4 O DEBATE ACERCA DO PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO CHINÊS

O presente capítulo, estruturado em cinco seções, busca interpretar o desenvolvimento chinês desde a política de reforma e abertura, datada do ano de 1978, enfatizando, principalmente, o papel do Estado neste processo. Com isso, acredita-se que é possível estabelecer as conexões necessárias entre os capítulos abordados nessa dissertação. Para tanto, serão discutidas as principais interpretações acerca da relação entre o desenvolvimento econômico chinês e o Estado, culminando em uma visão particular cujo objetivo é destacar os elementos determinantes para a ascensão da economia chinesa ao posto de segunda maior do mundo em apenas 40 anos (se medida em US\$ estadunidense).

Assim a primeira seção, intitulada Centralidade da Economia Política e do Papel do Estado, oferece um panorama geral sobre a discussão da economia política na era capitalista com ênfase no papel do Estado, embora não procure exaurir o tema - complexo e objeto de dissertações e teses inteiras. A intenção desta seção é, para além do panorama, delimitar o entendimento de economia política neste trabalho e de como o papel do Estado perpassa diversas correntes do pensamento econômico. É uma seção introdutória para a discussão de diferentes interpretações para o desenvolvimento chinês contemporâneo e como pode ocorrer a atuação estatal, objeto das demais seções.

A seção seguinte, Capitalismo de Estado, Globalização e Integração ao Mercado, tem início com a definição para o modelo chinês adotado por Naughton (2017), registro essencial dado que este é o autor que delimita os períodos da historiografia acolhidos no presente trabalho e é um sinólogo cujas interpretações sobre a economia chinesa já tinham relevância acadêmica na década de 1990, influência que só fez crescer, pois até hoje Naughton é um pesquisador atento à China. Os temas Globalização e Integração ao Mercado completam esta discussão, a fim de apresentar interpretações que atribuem às mudanças globais e a integração da China ao mundo.

Na seção 4.3 são apresentados os autores que vêem no Estado o principal motor do desenvolvimento chinês a partir do investimento e da inovação. Tal debate tem raízes em interpretações do capitalismo centradas nas obras de Keynes e de

Schumpeter. Importante salientar que o presente trabalho busca priorizar interpretações de sinólogos chineses, brasileiros e, claro, apoiar-se nas principais leituras e interpretações da academia norte-americana sobre a China, dada a i) capilaridade que esta escola tem no Ocidente e ii) liberdades tanto de pesquisas e fontes quanto de conclusões, o que não encontra paralelo na academia chinesa, em que os limites do discurso seguem padrões ora mais largos ora mais estreitos por conta de controles oficiais.

Já a escolha por discutir interpretações de acadêmicos brasileiros ocorre por se tratarem de estudiosos de um país em desenvolvimento e por apresentar visões que reflitam um olhar analítico a partir do Brasil sobre a China. Tal fenômeno ainda é novo, como destaca Stuenkel (2018), ao afirmar que no Brasil não há conhecimento acadêmico estruturado sobre a China, o que, segundo ele, precisa ser revertido, uma vez que a China conhece “muito” sobre o Brasil, ao se “investir fortemente para superar essa assimetria de conhecimento. Isso envolve programas de intercâmbio em larga escala para estimular a formação de sinólogos, investimento público para pesquisas independentes sobre a China”.

A opção por também destacar cientistas sociais chineses encontra uma explicação em Lin, economista chinês que aposta na inovação como o principal ingrediente para o crescimento da economia do país:

Ciência social é, por natureza, um sistema simples e lógico de causas e efeitos. Uma teoria é aplicável ou não a um país a depender se seus pressupostos básicos estão alinhados a condições sócio-econômicas daquele país. Geralmente, apenas os acadêmicos nativos têm um bom entendimento de sua história, cultura e realidades - e então podem encontrar as variáveis-chave entre complexas condições sócio-econômicas, e, assim, construir um sistema simples e lógico capaz de explicar as causas dos problemas e prever os efeitos de determinadas ações nos seus países. Os intelectuais chineses e de outras nações em desenvolvimento devem, então, aprofundar o entendimento de seus próprios países em todos os aspectos (LIN, 2012, p. xvii).

A seção 4.4 trata dos olhares sobre o processo como agente protagonista das mudanças chinesas, com interpretações que se apóiam nas instituições. Serão apresentadas interpretações que discutem desde o arranjo das instituições chinesas a como estas evoluíram ao longo o processo. Por fim, o presente capítulo se encerra com a análise da autora sobre o papel do Estado na seção 4.5, que recebe o título de China Estratégica: Considerações Sobre os 40 Anos de Reforma e Abertura.

4.1 Centralidade da Economia Política e do Papel do Estado

A economia política busca compreender as dinâmicas de acumulação de poder e dinheiro no mundo capitalista, atribuindo, segundo a interpretação, diferentes papéis ao Estado. Uma vez que na China o papel estatal confunde-se com o próprio Governo, tanto a economia política quanto o papel do Estado são essenciais na discussão a que este trabalho se propõe. A simbiose entre economia, Estado e política, claro, não é condição específica do estado chinês, mas um fenômeno que existe em todo o mundo. Segundo Nogueira (2018), “a acumulação capitalista não teria tido lugar sem o poder político de Estados centralizados, uma vez que a dinâmica de acumulação do capital é vitalmente emaranhada com a dinâmica de acumulação do poder político”.

Furtado (1975/2015), afirma ainda que as decisões significativas são sempre condicionadas por ingredientes políticos e, assim, é importante conhecer as motivações dos grupos de poder em um ambiente institucional cada vez mais complexo (p. 41). O tema causa controvérsias desde os clássicos, tais quais Adam Smith. Karl Marx, cuja abordagem crítica à economia política é centrada no materialismo histórico e prega uma nova organização que perpassa a propriedade dos bens de produção (MARX, 1859/2008), é a manifestação contrária mais contundente aos clássicos, entre eles o próprio Smith e sua *A Riqueza das Nações*⁶⁶, obra que dá início à tradição liberal, em que a defesa do Estado mínimo é a tônica para alguns intérpretes, embora haja controvérsias, caso da leitura do próprio List, citado nesta seção. Marx, em contrapartida, propõe um novo sistema que geraria o socialismo e, por fim, o comunismo, com forte apelo estatal.

A China do PCCh segue oficialmente a doutrina marxista, tanto que nos 200 anos do nascimento de Marx, celebrados em maio de 2018, o presidente chinês, Xi Jinping, disse que o filósofo alemão é o grande pensador da modernidade, cuja teoria ainda refletiria a “verdade”⁶⁷. No discurso, Xi afirma que a partir dos conceitos de materialismo histórico e mais-valia Marx fornece as bases para que a

⁶⁶ Smith publicou sua obra clássica em 9 de março de 1776 e refere-se à Inglaterra.

⁶⁷ Marx's theory still shines with truth: Xi. Beijing: Xinhua, 4 Mai. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-05/04/c_137156127_2.htm>. Acesso: 10 Jul. 2018.

humanidade possa atuar de forma a trabalhar pela liberdade. O líder chinês determinou ainda que os quadros do Partido estudem o *Manifesto Comunista*⁶⁸, pedido que estendeu à comunidade universitária chinesa (SILVEIRA, 2018b). Xi ainda afirmou que na China o desenvolvimento do socialismo é resultado da mescla da teoria à realidade do país. “Desde a fundação do PCCh, o partido combina os princípios fundamentais do marxismo à realidade da revolução e da construção da China, transformando a ação chinesa da 'parte enferma do Leste Asiático' àquela que se levantou ao unir e guiar o povo numa luta de longo prazo”, disse⁶⁹. Segundo Silveira (2018b), é o próprio sentimento de evolução do país que atua como uma das determinantes da legitimidade do Partido.

Ainda que Xi ressalte que o marxismo é o guia chinês graças a ajustes à realidade local, o que causa controvérsias e diferentes leituras, no entanto, é o próprio modelo de desenvolvimento do país asiático. Não há dúvidas em relação ao fato de o estado chinês atuar com força e de que o caso da China é único, dados o vigor e a velocidade das mudanças em 40 anos (TREVISAN, 2006; NAUGHTON, 2017; JAGUARIBE, 2018). Ocorre que o próprio papel do Estado tem um leque de interpretações muito diversas ao longo do tempo e do espaço para além das doutrinas smithianas ou marxistas ou daquelas decorrentes destas interpretações. Neste arcabouço, há muitas interpretações sobre o fenômeno chinês que se descolam do marxismo para explicar o processo de desenvolvimento da maior nação asiática nos últimos 40 anos.

Nogueira (2018) sustenta que o Estado é para teóricos tais quais Marx e sua abordagem crítica da economia política e Karl Polanyi e seu institucionalismo crítico “uma forma social encrustada no seu movimento histórico”. Gerschenkron (2015, p. 68) ultrapassa tais questões de um certo determinismo histórico ao afirmar que a compreensão dos problemas depende também da abrangência do quadro de referência do tomador de decisão e, assim, segundo o autor, “em política econômica, as decisões dizem respeito a combinações de diversos fatores relevantes”. Esse

⁶⁸ A primeira publicação do Manifesto data de 21 de fevereiro de 1848, escrito por Marx e Friedrich Engels.

⁶⁹ Xinhua Headlines: China marks 200 years of Karl Marx's birth as Xi leads in new era. Beijing: Xinhua. 5 Mai. 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-05/05/c_137156646.htm>. Acesso: 10 Jul. 2018.

último autor é também um crítico à abordagem marxista de que “o país com a indústria mais desenvolvida apresenta ao menos desenvolvido a imagem do futuro desse último”. Para o autor, há diversos casos de industrialização que exibem diferenças consideráveis, inclusive em relação à velocidade com que ocorreram, e que isso seria resultado de instrumentos institucionais com pouco ou nenhum equivalente nos países industriais avançados (2015, p. 69). Gerschenkron atribui também um papel central à criação de bancos de crédito para impulsionar desenvolvimento (2015, p. 75).

Tal processo de criação das instituições, que no seu bojo implica também a concepção de todo um ambiente regulatório, é observado por Brunhoff (1979):

numa perspectiva estruturalista ou funcionalista, não apenas o Estado capitalista oferece o arcabouço regulatório, jurídico e repressor para que a propriedade privada, os contratos, o controle sobre a força de trabalho e a competição possam ocorrer; como tenta conter crises, oferecer alguma previsibilidade sobre o retorno do capital e guiar diretamente a acumulação de capital nas mais variadas formas (apud NOGUEIRA, 2018).

É ainda Nogueira (2018) que ressalta que o funcionamento e a legitimidade do Estado capitalista precisam de acumulação de capital, “seja de maneira mecânica, por meio da arrecadação de impostos, ou da relação mais abstrata entre acúmulo de riqueza e aumento da capacidade de poder da nação”. Neste sentido, Furtado (2015) chama a atenção para o excedente decorrente do desenvolvimento: “na sociedade capitalista o excedente alimenta a acumulação, a qual dá origem a novo excedente” (p. 45). Vale neste ponto ressaltar a ligação estreita entre Estado e economia com que muitos teóricos trabalham, ao “conceber Estado e economia não como entidades separadas e autônomas, mas ligadas por laços internos, implica uma determinada concepção de economia e, conseqüentemente, uma determinada concepção de Estado” (CORAZZA, 1986, p. 12).

Para além das críticas marxistas a Smith e seu Estado mínimo, Corazza (1986, p. 60) ressalta ainda a reação não socialista, que “prega o intervencionismo estatal para suprir as falhas do sistema capitalista”, em que cita teóricos como List e Keynes. List é o primeiro defensor da política de proteção a indústrias nascentes (1889/1841), num processo que envolve arranjos institucionais para nutrir setores considerados estratégicos para a economia nacional e que refuta o trabalho individual como fonte da riqueza. Em sua obra seminal, *Sistema Nacional de*

Economia Política, lançada em 1841, List também posiciona os países sob uma perspectiva de engrenagem, ao perceber que são agentes em um sistema econômico global. Segundo Furtado, tal percepção está no bojo da crítica listiana a Smith e Ricardo e implica entender os processos de dependência dos Estados menos desenvolvidos em relação aos mais desenvolvidos (2015, p. 51).

Keynes, que defende intervenção estatal como ferramenta para ajustar falhas do capitalismo corresponde, segundo Furtado (2015, p. 128), “à fase de ascensão do Estado nacional como principal centro coordenador das atividades econômicas”, num momento em que o socialismo aparece como um contraponto e a economia política tem de ser repensada. Corazza (1986, p. 89) ressalta que na teoria keynesiana, quando o Estado não consegue manter o fluxo de investimento privado de modo a manter o pleno emprego este busca injetar investimentos públicos no sistema. Keynes tem a demanda efetiva como caráter central de sua teoria e, segundo Corazza (1986, p. 89), esta é composta por dois fatores, o consumo e o investimento: o consumo depende da renda, enquanto produção e emprego dependem de investimento; quando aumenta a acumulação de capital, a diferença entre renda e consumo cresce, exigindo mais investimento que, por sua vez, depende, fundamentalmente, da expectativa da produção monetária, sendo, a eficiência marginal do capital, resultado dessas expectativas - com aumento da acumulação do capital, as expectativas de crescimento da produção monetária tendem a ser menores, a partir do princípio da escassez. Assim, é improvável que o investimento privado se efetue num montante que assegure o pleno emprego.

Vale indicar ainda a Teoria da Regulação, uma leitura neomarxista com caráter keynesiano do processo capitalista e que trata de regulações e mediações a partir de mecanismos sociais como condutores do capitalismo, mas que segundo Possas (1988), peca ao discutir a dinâmica capitalista. Segundo o autor, tal teoria trata os processos de transformação da economia sob a ótica da acumulação de capital, “empregando categorias e conceitos que transcendem o aparato habitual da análise econômica, em direção aos elementos que conferem coesão social, em particular ao papel do Estado”. Possas (1988) ressalta que os autores desta escola, tais quais Michel Aglietta e Alain Lipietz, elegem a soberania como instância primordial de regulação, que na época moderna assume a forma de Estado, cujo

papel como regulador das relações capitalistas atuais consiste em instituir o mercado e o dinheiro, bem como codificar e arbitrar a relação salarial.

O panorama aqui exposto não dá conta do leque de interpretações da economia política, nem é essa a pretensão no presente texto, mas procura pontuar linhas de análise sobre o funcionamento do capitalismo que pautam as principais leituras sobre o processo de desenvolvimento chinês desde o ano de 1978 e que serão objeto das seções subsequentes. Apenas para adicionar outro componente crítico nesta análise entre Estado e condução econômica, vale citar interpretações sobre o caráter democrático de algumas nações, especialmente as ocidentais, e a existência de corporações - entidades que, segundo Furtado (2015, p. 97), são a principal criação institucional capitalista estadunidense e que no processo de desenvolvimento global se transformariam, ao menos parte delas, em empresas transnacionais que modificaram a estrutura capitalista ao deslocar parte do poder dos Estados para tais unidades privadas (FURTADO, 2015, p. 119).

Segundo Lindblom (1977, p. 5), é gerada uma falsa percepção em relação ao funcionamento das economias democráticas liberais quando a teoria democrática não abarca o papel das corporações que, segundo o autor, têm um impacto político considerável, garantindo espaços privilegiados ao barganharem o que consideram seus direitos nas diferentes esferas de Estado e Governo, dado o seu tamanho e relevância econômicos. As grandes empresas são percebidas sob outro viés por Schumpeter (1961/1942) que, quando definiu o conceito de destruição criadora, fundamentou a importância da grande firma - as monopolistas ou oligopolistas - para o processo de inovação, explicitado no poder de capital ou de garantia de crédito. Para este teórico, a inovação tem papel central no mundo capitalista, sendo até mesmo responsáveis pelos ciclos do sistema.

4.2 Capitalismo de Estado, Globalização e Integração ao Mercado

As interpretações sobre o desenvolvimento chinês nos últimos 40 anos são tão diversas que não há consenso sequer no nome para definir o sistema político e econômico adotado. Encontrar os mecanismos que levaram o país ao crescimento, então, é outro exercício teórico e de economia política que divide sinólogos e observadores dentro e fora da China. A presente seção discute duas das principais

contribuições ocidentais para interpretar o papel do Estado no modelo de desenvolvimento chinês tendo o capitalismo e a integração ao mercado capitalista como nortes, ou um modelo de capitalismo de Estado. Para dar início, apresenta-se a recente interpretação de Barry Naughton (2015, 2017), cuja extensa obra é um dos guias desta dissertação. Reforça-se o recente, pois a interpretação do autor para as primeiras duas décadas de reforma e abertura está presente no capítulo 2. É interessante notar que esse autor destaca a mudança estrutural da China desde os anos de 1990 e do modelo de participação do Estado e de seus instrumentos na economia ao comparar a fase inicial de abertura à atual. Já McNally (2017) desenvolve uma interpretação que dá espaço para a criação do sinocapitalismo, um modelo de desenvolvimento tão único que, segundo este autor, merece uma nomenclatura específica. Ambos olham para a China também como um elemento ativo nos processos de globalização. Há autores que inclusive atribuem principalmente ao processo de globalização, às vantagens comparativas chinesas, tais quais o excedente de mão de obra barata, e à abertura de mercado o sucesso do crescimento da China, relegando aos processos internos menor relevância. Para muitos, o papel do Estado é visto como um elemento de repressão, especialmente no que tange a direitos civis. Tais interpretações não são objeto da presente dissertação, visto que o objetivo deste trabalho é destacar os autores que tratam do Estado como protagonista das mudanças econômicas, tal qual o entendimento reforçado por Corazza (1986, p. 12) e já expresso na seção 4.1: “conceber Estado e economia não como entidades separadas e autônomas, mas ligadas por laços internos, implica uma determinada concepção de economia e, conseqüentemente, uma determinada concepção de Estado”.

No texto que divide com Tsai, Naughton e a autora classificam o modelo chinês como capitalismo de Estado (NAUGHTON, TSAI, 2015, p. 2), pois, embora reconheçam que nenhum rótulo seja perfeito, tal termo capturaria a combinação de “uma economia predominantemente de mercado com um mercado de capital emergente e grandes estatais. Além disso, tem uma conotação nacionalista”, o que, acreditam, é apropriado para o ambiente político chinês atual. Pode-se dizer que se trata de um capitalismo de Estado contemporâneo, dado que o sistema emerge em um mundo globalizado, integrado às redes de produção globais, adotando instrumentos do capitalismo contemporâneo, tais quais o mercado de ações, além

de utilizar técnicas de reestruturação corporativas comuns aos EUA, como investimentos bancários e aquisições (NAUGHTON, TSAI, 2015, p. 3). Ainda que lembrem que o termo tenha sido largamente utilizado por Lênin⁷⁰ para definir a participação estatal no mercado, Naughton e Tsai (2015, p. 2) afirmam que a opção por utilizar tal nomenclatura é desprovida de raízes ideológicas.

O que os autores procuram delimitar é o traço teórico ligado a Gerschenkron e List, além de a Karl de Schweinitz (1964) e Andrew Shonfield (1965) - estes dois últimos não referenciados na presente dissertação. A forma altamente intervencionista adotada na China tem um espírito que se encontra na interpretação gerschenkroniana, em que massivos investimentos em infraestrutura, mobilizados a partir de um sistema bancário estatal, serviram e servem para catapultar um antigo país pobre ao posto de nação em desenvolvimento (NAUGHTON, TSAI, 2015, p. 14).

Para Naughton (2017), o governo chinês exerce muito mais influência na economia do que outros governos de países de renda média ou desenvolvidos, controlando, por exemplo, direta ou indiretamente 38% do PIB do país em 2015. Naughton (2017) argumenta tratar-se de um governo robusto, provido de recursos e altamente intrusivo, o que diferencia a economia chinesa atual daquela que existiu há 20 anos. Ao mesmo tempo em que, desde a década de 1990, o Governo promove privatizações e diversifica bens de produção, ele aumenta o controle sobre os propulsores de renda e racionaliza o sistema fiscal e a política monetária, ampliando a fatia da renda sob seu controle (NAUGHTON, 2017). Para o autor, o Governo hoje tem saúde financeira, o que amplifica sua capacidade de intervir na economia.

Neste sentido, lembram Naughton e Tsai (2015, p. 3), não se pode tomar a inserção das empresas privadas como um sinal inequívoco da opção pela economia de mercado. Os autores argumentam que há um caráter pragmático do Governo rumo à competição, uma vez que os negócios privados podem entrar em áreas em

⁷⁰ Líder da revolução bolchevique na Rússia, em 1917 e que se transformaria no primeiro líder comunista russo. Morreu em janeiro de 1924 (Fonte: Por que os comunistas conseguiram tomar o poder em 1917 tão de repente? Moscou: Sputnik, 9 Nov. 2017. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/sputnik_explica/201711099794951-revolucao-outubro-sovietes-bolcheviques-comunista/> Acesso em 19 Jul. 2018).

que tenham vantagens comparativas, além de serem vetores da introdução de novos modelos de gerenciamento e de terem impacto global, mas que o papel das estatais continua central, pois por meio delas o Estado controla setores estratégicos, atua na política industrial e domina os sistemas bancário e acionário. Mais de dois terços das estatais sob controle do governo central atuam nos setores de petróleo e petroquímica, eletricidade, telecomunicações e indústria militar (NAUGHTON, TSAI, 2015, p. 4). A China apoia as estatais, mas aceita, “a dominância do setor privado, incluindo o estrangeiro, quando os benefícios forem maiores e os custos de apoio às estatais são altos” (NAUGHTON, TSAI, 2015, p. 5). Interessante notar um ponto destacado pelos autores: “a propriedade pública hoje tem como pilar a segurança - tanto a defesa, quanto a das finanças e do fornecimento de energia e de outros insumos” (NAUGHTON, TSAI, 2015, p. 9). Outra questão essencial, segundo eles: a China quer que as estatais sejam fonte da inovação nativa.

Quando comparam o desenvolvimento chinês ao dos Estados desenvolvimentistas asiáticos, os autores afirmam haver uma similaridade e duas diferenças: a semelhança é que no período de maior potencial de crescimento aumentou o investimento e as mudanças estruturais se aceleraram. Já as diferenças entre China e o grupo composto por Japão, Coreia do Sul e Taiwan são i) o tamanho destes Estados, o que implica também maior dificuldade de coordenação entre decisores, e ii) o fato de a China ser mais aberta ao IDE em relação aos vizinhos quando comparados os mesmos estágios de desenvolvimento (NAUGHTON, TSAI, 2015, p. 17).

Naughton (2017) percebe no estágio atual da economia chinesa o poder de grupos de interesse internos dentro do PCCh como atuantes na política econômica, dado o caráter que classifica como elitista adotado pelo partido, uma vez que, segundo o autor, os quadros são admitidos a partir das melhores universidades da China e de grupos de poder estabelecidos. Tal característica, afirma Naughton (2017), nem sempre é ligada ao interesse público, embora, sustente o autor, o objetivo da intervenção estatal na economia chinesa tenha claramente mudado do crescimento a qualquer custo para uma rede complexa de metas que inclui redistribuição e segurança social e econômica. Para o autor, o atual Governo tem se movido rumo a objetivos socialistas, entre os quais um explicitado no último plano quinquenal e que prevê eliminar a miséria absoluta até 2020. “A China está se

movendo rumo a uma versão de ‘socialismo’, ainda que bem particular, em que tal socialismo é autoritário e de baixo para cima, com uma economia de mercado baseada especialmente na propriedade privada” (NAUGHTON, 2017).

Já McNally (2017) aposta tanto na especificidade do modelo de desenvolvimento chinês que cunhou um termo único para designá-lo, o sinocapitalismo. O autor afirma que a complexidade do quebra-cabeças da economia política chinesa é tal que ela reflete um modelo único, difícil de ser inserido tanto na literatura comparativa quanto teórica acerca do capitalismo. Segundo o autor, sua interpretação parte de uma abordagem indutiva qualitativa e aberta que se utiliza de diferentes variações do capitalismo global, a partir de concepções da Teoria da Regulação. McNally (2017) propõe um modelo de reprodução sobre dinâmicas macro-estruturais que moldam a evolução da política econômica chinesa.

“São 35 anos de mudanças institucionais extremamente rápidas e transformadoras, que, no entanto, exibem uma constante: a dialética central de acumulação de capital guiada pelo Estado de cima para baixo coexistindo com uma rede de empreendedores que vieram de baixo, com competição e com integração econômica global” (McNALLY, 2017).

O autor sustenta que as forças privadas e estatais condicionam-se mutuamente, ainda que, por mais mudanças institucionais a que a China se permita, sempre haverá controle estatal efetivo, talvez em diferentes níveis, da economia doméstica. McNally (2017) acredita que o desenvolvimento chinês é fruto também da rápida integração à economia internacional e à participação nas cadeias globais de valor, fazendo do sinocapitalismo um dependente do sistema capitalista neoliberal. O autor afirma que o Governo evita mudanças institucionais bruscas, efetivando um modelo gradualista de desenvolvimento, assegurando controle estatal abrangente sobre a reforma e a interação do planejamento de desenvolvimento centrado no Estado combinado aos estudos das iniciativas locais de baixo para cima, eventualmente incorporadas nacionalmente (McNALLY, 2017). Com isso, argumenta o autor, a China contemporânea gerou um espaço político que abarca a experimentação econômica e a inovação institucional, ressaltando as formas de experimentação e adaptação que encontram lugar em experiências tais quais as TVEs e as ZEEs, mencionadas nos capítulos anteriores da presente dissertação e que, segundo McNally (2017), permitem controlar os impactos de mudanças

institucionais em espaços geográficos menores antes de serem adotadas ou descartadas pelo poder central. Apesar dos avanços rápidos e graduais registrados em 40 anos de reforma e abertura, a China, segundo o autor, precisa repensar o modelo de crescimento:

Por mais de três décadas, o desenvolvimento econômico chinês contou com a exploração de fatores de produção relativamente abundantes no país, a saber, baixos salários, terra barata e recursos minerais. À medida que se acumulava capital, grande parte da poupança recolhida aos bancos estatais foram direcionadas ao crescimento puxado pelo investimento dos anos 2000, com ênfase para infraestrutura urbana, geração de energia e produção de setores como os de alumínio, aço e cimento, além das indústrias exportadoras. Tal ênfase em investimento e exportação catapultou a China a uma economia de renda média, que agora dá sinais de tensionamento. Retornos de investimento caem enquanto o endividamento provoca o declínio da produtividade e da lucratividade corporativas. Reequilibrar a política econômica da China hoje implica adotar um novo modelo de crescimento guiado pelo consumo, pela inovação e pelas forças de mercado, objetivando melhorar o padrão de vida dos chineses” (McNALLY, 2017).

McNally (2017), assim como Naughton (2015, 2017), enfatiza o papel das estatais, sendo crítico ao fato de o Governo, segundo sua interpretação, sobrevalorizar o setor, especialmente em relação à indústria pesada, criando quase monopólios ou oligopólios com apoio massivo de agências governamentais e do sistema financeiro. Para o autor, mega fusões realizadas nas estatais para criar campeões nacionais com melhores condições no exterior acabam por reduzir a competição doméstica, reproduzindo ineficiências corporativas. Tal comportamento cristaliza o sinocapitalismo como um sistema em que o Estado age em diferentes níveis, segundo Szelenyi (2010), e que se reflete no fato de o Estado se manter como “a principal força de estruturação nacional, local e das políticas industriais” (apud McNALLY, 2017). Apesar desta onipresença, o sinocapitalismo exemplifica “a importância da adaptação do Estado e da estabilização social, fazendo com que haja diferentes regimes de produção na política econômica chinesa”, como notado por Luthje (2013, apud McNALLY, 2017).

McNally (2017) conclui dizendo que o sinocapitalismo é co-determinado por uma lógica institucional própria que oferece diferentes opções e caminhos para favorecer trocas, criando aprendizado, ajustes, experimentações e transformações institucionais. Segundo ele, ao invés de fragilizar o sistema, tal lógica contribui para

a competitividade e a sustentabilidade da política econômica chinesa, fazendo com que esse hibridismo e essa aparente desordem tragam vantagens distintas.

Em um ambiente global, convém atentar para o caráter pacífico da China no processo de crescimento econômico posterior à implantação da política de reforma e abertura, destacado por Cunha e Acyolli (2009), ao citarem a restauração ou o estabelecimento de relações diplomáticas com países vizinhos. Neste processo de acomodação como agente geopolítico, o país ampliou também a participação em organismos multilaterais regionais e globais e ajustou a estratégia de modernização à incorporação de tecnologias e capitais estrangeiros (CUNHA, ACCYOLLI, 2009).

4.3 Estado como Motor: Investimento e Inovação

A presente seção traz interpretações sobre o crescimento chinês e o papel do Estado a partir do foco em investimento e inovação, embora acabe por contemplar também aspectos estruturais, políticos e institucionais. Tal complexidade se refere a peculiaridades chinesas: “A velocidade das transformações estruturais e a magnitude das grandezas tendem a ofuscar os analistas. Tudo parece importante” (MEDEIROS, 2012).

Ante este quadro, dar corpo a uma interpretação sobre a economia política chinesa a partir do ano de 1978 requer não apenas captar a essência das mudanças, mas estar ancorado em uma ampla base teórica. É esta proposta de Jabbour e Paula (2018), ao reunirem em um texto uma abordagem a partir de Keynes, Gerschenkron, Rangel e Hirschman. Para além de gradualismo e experimentalismo, Jabbour e Paula (2018) destacam o papel executor e mediador do Estado que também planeja, visto que, segundo sustentam, há um caráter cíclico de instituições, que delimitam a contínua reorganização de atividades estatais e privadas. A contribuição keynesiana residiria em definir entre os papéis do Estado o de delimitador de variáveis que estimulariam os gastos privados, tais quais as taxas de juros e de câmbio e a política fiscal, além de promover o investimento público, o que também estimularia a contraparte.

Segundo Jabbour e Paula (2018), o Estado investidor também empresta, graças a arranjos institucionais do setor financeiro já referenciados no capítulo 3 desta dissertação, o que alude à importância que Gerschenkron dá ao financiamento

nas economias em desenvolvimento. Para estes autores, “colocar ênfase no fator custos de produção em detrimento do papel de proa do sistema de crédito de longo prazo poderá redundar em grande lacuna explicativa”. O Banco Mundial mostra que a máquina estatal chinesa tinha uma relação crédito/PIB em 1980 de 52,8%, chegando a 88,4% em 1990, número que saltou para 118,4% em 2000 e para 194,4% em 2013 (apud JABBOUR, PAULA, 2018⁷¹). Eles resgatam Rangel⁷² ao citarem a defesa deste autor da necessidade de mudanças institucionais a cada breve ciclo da economia para promover a transferência intersetorial de recursos e reorganizar as atividades entre Estado e iniciativa privada, movimento que identificam no sistema chinês contemporâneo e que tem como exemplos as ZEEs e a reforma do sistema financeiro iniciada nos anos de 1990. Segundo Jabbour e Paula (2018) o Estado foi além, ampliando o seu papel qualitativo, ao promover a concentração do setor produtivo estatal em indústrias-chave, gerando encadeamentos para frente e para trás e estimulando a oferta em pontos de estrangulamento para garantir insumos à indústria também privada, num processo de alta produtividade e ganhos de escala que possibilitou ganhos também a partir do efeito de “desenvolvimento desequilibrado”, ou sequencial, todos conceitos encontrados em Hirschman⁷³. É neste arcabouço, sustentam os autores, que o governo chinês promoveu seus projetos nacionais e processos de *catching up*.

Jabbour e Paula (2018) acreditam que o sistema chinês contemple um Estado socialista “baseado em imensos conglomerados empresariais estatais e um bem capilarizado sistema público de financiamento de longo prazo” que, afirmam, controla o fluxo de capitais e isola a política monetária de movimentos externos,

⁷¹ WORLD BANK GROUP. *World Bank Open Data*. [On-line] The World Bank Group, 2017. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 15 fev. 2017

⁷² O economista brasileiro Ignácio Rangel (1914-1994) reuniu ideias de Adam Smith, Karl Marx, John M. Keynes e de Joseph Schumpeter, aliadas à hipótese de Nicolai Kondratiev de que o desenvolvimento capitalista obedece a ciclos longos gerados pelas economias centrais e geradoras de novas tecnologias, para reinterpretar a história econômica do Brasil a partir de suas dinâmicas internas e da relação com economias centrais (RANGEL, 2012).

⁷³ O conceito mais influente do economista alemão Albert Hirschman (1915-2012) foi o dos encadeamentos para frente e para trás que, segundo Ocampo (2013) resultam da capacidade de um processo de desenvolvimento de induzir novas inversões. A originalidade da obra de Hirschman foi ressaltar que pressupostos implícitos no “desenvolvimento equilibrado” não eram realistas a países em desenvolvimento, incapazes de adotar certas políticas e que portanto trilhavam um processo de desenvolvimento como uma sequência de desequilíbrios, fazendo com que as soluções para os problemas do desenvolvimento sejam sequenciais mais do que simultâneas (OCAMPO, 2013).

umentando o espaço para políticas econômicas autônomas. Para eles, a China atual passa por uma transição interna de dinâmica de acumulação que demanda maior peso do consumo em detrimento do investimento num período em que há contradições de ordem social, regional e ambiental, quadro que deverá indicar mais liberalização e novos meios de atuação estatal.

Burlamaqui (2015) também busca em um conjunto de interpretações da dinâmica capitalista explicações para o fenômeno chinês que, segundo ele, elevou a China à categoria de superpotência não apenas garantindo um processo de *catch up* em relação a outras nações ocidentais em desenvolvimento, mas superando-as tecnologicamente. Um dos pontos centrais no que o autor descreve como sucesso é a adoção de um Estado empreendedor, na acepção de Mazzucato (2014)⁷⁴, baseando sua análise em conexões que constrói a partir dos legados de Schumpeter, Keynes e Minsky⁷⁵ e da abordagem do “Estado Desenvolvimentista”. Neste arcabouço, Burlamaqui (2015) destaca a centralidade do crédito em inovação e desenvolvimento (em detrimento de poupança), os papéis do Estado na condução do desenvolvimento (contrapondo-se ao “livre mercado”) e de bancos estatais no financiamento, além do uso de mecanismos de contenção financeira.

Burlamaqui (2015) afirma que a China é “Minsky com esteróides” ao adotar um modelo que combina bancos estatais comerciais a de investimentos que emprestam a curto e longo prazos, além de emitirem obrigações, incluindo depósitos

⁷⁴ Mazzucato defende que o Estado é empreendedor ao assumir riscos da inovação - e seu financiamento - dinamizando também o setor privado. Defende um modelo baseado em atuação fiscal keynesiana junto a investimento em inovação schumpeterianos, a fim de também apoiar a presença e o tamanho do Estado eficiente, que, segundo a autora, atuaria também na formação de mercados e na propagação de um crescimento puxado pela inovação, inclusivo e sustentável.

⁷⁵ Hyman P. Minsky (1919-1996) defende que a instabilidade econômica é resultado de um sistema financeiro frágil que emerge com mudanças nas relações financeiras e das instituições, especialmente após a Segunda Guerra, e que invalidam as regras de políticas monetária e fiscal (MINSKY, 2013). Ele nota ainda que é possível ao sistema capitalista colapsar e defende a integração do pensamento de Schumpeter sobre as dinâmicas capitalistas e o papel do empreendedorismo inovador às análises de Keynes relativas a fragilidades e rupturas das estruturas financeiras capitalistas, afirmando que, assim, a principal lição ao pensar Keynes e Schumpeter é perceber que uma economia mista, que tenha setores socialistas ao lado de agressivas firmas privadas, funciona melhor em termos de estabilidade e crescimento do que um socialismo abrangente ou o *laissez-faire* capitalista (MINSKY, 1986).

à vista para as famílias e compra de ações e títulos de empresas, e fornecerem serviços como empréstimos hipotecários, corretagem de varejo e seguros. Seria a socialização do investimento e uma das características do Estado empreendedor, segundo o autor, que também destaca o papel do Estado a partir da abordagem teórica de Schumpeter. Tal Estado combina as funções de macro-estrategista (gerenciando juros, câmbio, fluxo de capitais, preços e estabilidade financeira); capitalista de risco (criando políticas industriais, de inovação e tecnologia e financiando-as) e um gerente da criatividade destrutiva (estimulando a criatividade para aumentar a produtividade e a difusão da inovação). O terceiro pilar deste Estado empreendedor é a socialização do investimento a partir da leitura keynesiana de Burlamaqui (2015), que incluiria distribuição de renda, emprego, regulação e parcerias público-privadas.

Burlamaqui (2015) remete também ao conceito socialista schumpeteriano sobre o controle dos princípios que regem os temas econômicos pertencerem à esfera pública e não à privada - que coexistiria nesse sistema -, papel que hoje é o do Comitê Permanente do PCCh, segundo o autor. O autor defende que a China deve ser vista como um grande caso de sucesso, ainda que tenha problemas, e que deveria ser estudada e analisada, ao invés de ser alvo de recomendações para que emule práticas ocidentais.

Medeiros (2017) destaca o papel estratégico do Estado associado especialmente à defesa e à energia como propulsor de uma economia chinesa centrada na inovação a partir dos anos 2000, abandonando a produção totalmente dependente de tecnologia externa de bens sofisticados. Tal movimento, justifica, resulta na expansão de recursos em pesquisa e desenvolvimento, financiado principalmente por empresas chinesas ou pelo Governo. O autor, que acompanha os desdobramentos da economia chinesa com regularidade desde os anos 1990, afirma que a política de inovação chinesa atual é baseada principalmente em estatais, a fim de desenvolver tecnologias proprietárias e marcas domésticas.

Tal etapa é diversa da época pré-abertura, segundo Medeiros (2012), quando a aproximação com os EUA em 1972, as exportações estadunidenses de grãos naquela década e o financiamento internacional baseado em bancos oficiais foram o ponto de partida das transformações. A abertura chinesa, segundo Barnett (1981) teve condições excepcionais, como o caso do empréstimo do governo do Japão com

juros abaixo de 7,25% ao ano para empréstimos acima de 5 anos, taxa não recomendada pela OCDE para países em desenvolvimento (apud MEDEIROS, 2012). Medeiros (2012) nota que a expansão das exportações e o acesso ao crédito permitiu ao Governo “implementar um massivo programa de importações de máquinas e equipamentos essenciais à aceleração da indústria pesada sem comprometer a expansão da indústria leve de consumo e agricultura”. Nos anos de 1980, a China ainda foi beneficiária de uma macroeconomia regional expansiva decorrente de conflitos comerciais entre EUA e Japão e, ao oferecer custos mais baixos, passou a atrair investimentos para as ZEEs (MEDEIROS, 2012).

Interessante notar que as exportações, alavancadas pelas ZEEs, possuem uma dupla dimensão macroeconômica nas economias nacionais, gerando divisas necessárias às importações e aos pagamentos externos e constituindo uma fonte autônoma da demanda agregada (MEDEIROS, 2015, p. 29). Para Medeiros (2017), no entanto, não há consenso na literatura sobre a definição e a medida de um regime de crescimento “liderado pelas exportações” para a China, mesmo no início da reforma, ainda que seja elevada a participação das exportações brutas na demanda final. A alta parcela de valor adicionado externo contido nas exportações chinesas seria um dos fatores de discussão. O autor ressalta ainda o fato de o investimento ter sido o componente com maiores crescimentos absoluto e relativo dos anos 2000, ligado majoritariamente à expansão da urbanização e da indústria pesada, em que outra vez as estatais são líderes (MEDEIROS, 2017).

No entanto, tal crescimento e as transformações estruturais da China provocaram concentração funcional e pessoal da renda, trazendo o tema da distribuição para o centro do debate da experiência chinesa, pois tal acumulação “liderada pelos lucros” teria elevada dependência de baixos salários, num processo que, ao deslocar postos de trabalho de países do Norte rumo à Ásia provocou baixa salarial também em outros países (MEDEIROS, 2015, p. 19). Segundo o autor, a questão central para o crescimento chinês contemporâneo é manter taxas elevadas e construir um sistema de proteção social e de regulação do trabalho para reduzir a desigualdade de renda (MEDEIROS, 2017).

Em consonância à interpretação da China contemporânea por Medeiros (2017), Lin (2012, p. xiii) aposta na inovação como o instrumento utilizado pelo Governo rumo ao desenvolvimento. Porém, o autor destaca a importância da

inovação desde a época maoísta, quando o Estado seguiu o modelo russo de priorização à indústria pesada o que, defende Lin, fazia sentido, pois a URSS havia também partido de uma empobrecida base agrária e dava sinais de sucesso como nação industrial, sendo modelo para outros países em desenvolvimento (LIN, 2012, p. 70). De fato, sustenta Lin, em 20 anos a China conseguiu feitos tais quais testar a bomba nuclear na década de 1960 e lançar um satélite na década de 1970 (LIN, 2017). Mas era uma época de distorções, que o autor exemplifica com o adiamento proposital da urbanização e da manutenção de cerca de 70% da força de trabalho na agricultura, uma alocação irracional de recursos, sustenta Lin (2012, p. 99).

Ainda que tal processo tenha gerado distorções, ele demonstra que o *catching up* maoísta seguiu a lógica de diversos países em desenvolvimento e a vantagem da adoção tardia ou do atraso, quando estes adquirem tecnologia já desenvolvida em outras nações para aumentar a produtividade e atualizar a indústria com menos custo e risco (LIN, 2017). Essa estratégia, afirma Lin (2012, p. 13) foi mantida no processo de reforma e abertura e é, segundo ele, a principal razão do rápido crescimento que se seguiu, graças ao baixo custo de adoção tecnológica para atualização industrial (LIN, 2012, p. 15)

A meta lançada por Deng no ano de 1980 era ambiciosa: quadruplicar o PIB chinês até o final do Século 20, com um crescimento médio anual de 7,2% (LIN, 2012, p.3). Segundo o autor, parecia tratar-se apenas de mais um slogan partidário de promoção do PCCh, dado o quadro de desequilíbrio e atraso da economia chinesa, mas de 1979 a 2009, o crescimento anual do PIB foi de 9,9% (LIN, 2012, p.4). Ao lado da tecnologia e do modo de adotá-la, Lin (2017) argumenta que o caráter pragmático do governo chinês em proteger e subsidiar determinados setores da economia foi a chave do sucesso pós-1978, liberalizando a entrada inclusive para o capital estrangeiro apenas em setores intensivos em mão de obra, o que era uma vantagem comparativa chinesa, e de pequena escala. Os investimentos em infraestrutura centrados nas ZEEs e em parques industriais revelam outra ação pragmática do governo chinês, segundo Lin (2017), pois não havia recursos para atuar contra o déficit do setor nacionalmente. Esse autor ainda destaca a implantação de regras institucionais e burocráticas mais amigáveis aos negócios nas ZEEs e em parques industriais como outra medida pragmática. Em pouco tempo, o

país passou da escassez de capital para relativa abundância, mudando o caráter da indústria intensiva em mão de obra para intensiva em tecnologia (LIN, 2017).

Lin (2012, p.12) reconhece as mudanças institucionais as quais a China passou, mas afirma que estas são um processo passivo, que não pode ser analisado isoladamente. O autor apropria-se da leitura marxista de que a base determina a superestrutura e, assim, as instituições como parte da superestrutura têm de corresponder às condições econômicas do momento: “mudanças tecnológicas afetam vários aspectos da base, demandando melhorias institucionais. Assim, progresso tecnológico é pré-requisito desse ajuste” (LIN, 2012, p.12).

A estratégia pragmática de transição econômica chinesa trouxe problemas tais quais ambientais, de segurança alimentar, aumento de corrupção e da desigualdade, ainda que o país tenha fôlego, acredita Lin (2017), para manter a saúde financeira, a criação de empregos e renda, além da expansão de investimento e consumo, o que deve elevar o país a uma nação de alta renda (US\$ 12.700 per capita) até 2022. Depois do pragmatismo, talvez seja a hora de dar atenção a uma fala de Confúcio, destacada por Lin: “Desigualdade é pior que escassez” (LIN, 2012, p. 17).

4.4 Processo e Institucionalização: Preponderância da Adaptação

A presente seção discute interpretações do desenvolvimento chinês a partir da centralidade das instituições, com foco no processo das mudanças por que passou o país. É uma visão contrária a LIN (2012), que afirma que o progresso tecnológico é pré-requisito do ajuste institucional. Qian (2002) ressalta duas características da China que, embora óbvias, adicionam desafios ao processo: trata-se do maior país em desenvolvimento, com uma população três vezes maior do que a soma de todos os antigos países socialistas da URSS que também experimentaram transições político-econômicas. Sua população é também três vezes maior do que as oito economias do Sudeste Asiático com melhor performance, incluindo aí Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong.

Qian (2002) atenta para o fato de que ainda que a China tenha adotado políticas caras a economistas ortodoxos, como a abertura ao comércio e ao IDE e tenha buscado estabilidade macroeconômica, o que considera sucesso na transição

veio acompanhado também de uma liberalização incompleta, sem privatizações abrangentes e sem implantar a democracia à moda ocidental. O autor refuta teses que considera simplistas de que os responsáveis pelo sucesso da China tenham sido o IDE, a política de exportações ou as reformas na agricultura pós 1978, o que diminuiria a importância do processo de reforma e a criação de novas instituições. Em 20 anos, exemplifica, o setor agrícola passou de empregador de 70% da mão de obra para 50% o que, argumenta Qian (2002), seria impossível sem progresso em outros setores.

As instituições são centrais na transição chinesa, segundo a perspectiva de Qian (2002) sobre leitura de Gerschenkron, que distingue as melhores práticas adotadas em países desenvolvidos às instituições adequadas aos arranjos adotados pelos países que querem fugir do atraso. Para o autor, é fácil saber o ponto em que se quer chegar, mas o difícil é saber com que meios atingir os objetivos. Qian (2002) acrescenta um caráter dinâmico a tais instituições ao longo do processo transicional. Como exemplo, o autor cita o sistema dual de preços utilizado pouco após a abertura, objeto do capítulo 2, em que foi possível utilizar parte de um processo adotado na economia chinesa planificada promovendo simultaneamente eficiência e protegendo a estrutura já existente. Mas o ponto principal da interpretação de Qian (2002) reside no federalismo fiscal e sua efetividade. Segundo o autor, o contrato fiscal entre governos central e locais funciona ao promover incentivos nos níveis subnacionais quando estes atingem prosperidade econômica ao ampliar, sob determinadas circunstâncias, a retenção local de receita, o que dinamizaria também o apoio dos governos locais a setores produtivos privados. Outro ponto de dinamização do sistema para Qian (2002) foi a permissão de mecanismos não ilegais, margem das regulações do Governo, caso dos bancos sombras, citados no capítulo 3.

Já para Huang (2017, p.7), sua interpretação sobre a política econômica chinesa foca no debate sobre as virtudes de um capitalismo liderado pelo Estado ou de aquele liderado pelo mercado, ainda que, como argumenta, nestes dois sistemas os desafios sejam majoritariamente os mesmos, tais como moderar a disparidade de renda crescente, modelar um sistema regulatório efetivo, reordenar os sistemas fiscal e financeiro, controlar riscos associados ao tamanho da economia e promover a inovação (HUANG, 2017, p.116). “O debate entre o papel do estado e do mercado

é muitas vezes mal conduzido. O desafio é encontrar o equilíbrio. Ambos são políticos, assim como as instituições, e dependem um do outro” (HUANG, 2017, p.116).

Mais frequente do que o contrário, sustenta o autor, o debate sobre a China reflete uma interpretação errada sobre o papel do Estado como influenciador das decisões econômicas da China. O Ocidente concebe a economia como algo baseado na competição entre as firmas e aberta ao livre mercado. Peculiar à China, os governos são parte do ambiente competitivo econômico. Beijing configura os parâmetros gerais, e as políticas são calibradas de maneiras que desafiam o pensamento racional. A competição na China não é só resultado de pressões geradas por mercados e firmas, mas algo que vem também de governos locais. Não incorporar estes fatores à análise leva a um mal entendido sobre o que ocorre na China (HUANG, 2017, p.12). Para o autor, enquanto a academia ocidental acredita que a única competição possível ocorre entre as empresas, províncias e administrações locais chinesas também criam pressões por mudanças, um fenômeno que não se vê em outras economias, muito menos foi percebido no Leste Europeu durante os anos de transição dos então antigos países da URSS (HUANG, 2017, p.1).

Huang (2017, p.3) procura desmistificar conceitos de que a China tenha baixos salários, afirmando que os valores aumentaram cinco vezes em relação àqueles da década de 1990, ou de que esteja provocando desemprego nos Estados Unidos (enquanto cerca de 2% do IDE dos EUA seja destinado à China) e, numa declaração que é controversa, refuta que a corrupção tenha um impacto negativo, uma vez que esta não impediu o crescimento do país nas últimas décadas, mas em realidade o promoveu (HUANG, 2017, p.3). Segundo Huang (2017, p.4), a performance chinesa é resultado de uma série de reformas pragmáticas que encorajaram a competição a partir das vantagens do país, moldando instituições e aproveitando oportunidades de mercado. A chave do sucesso, ainda que tenham sido adotados ferramentas da economia convencional, como citado anteriormente nesta seção por Qian (2002), foi o caráter gradual e experimental das mudanças, somado a incentivos para as lideranças locais. Além disso, o autor sustenta que a China passou tranquilamente por ciclos econômicos globais ou regionais de

desaceleração ou crise devido ao controle de capitais e autonomia em relação às decisões de investimento (HUANG, 2017, p.5).

O autor destaca três motores chineses da primeira década e meia dos anos 2000: a expansão do setor privado, o boom da construção e emergência de uma rede interconectada de produção na Ásia, tendo a China como centro, ainda que neste processo haja desequilíbrios, especialmente no baixo consumo relativo das famílias (HUANG, 2017, p.8). Neste contexto, aparecem disparidades regionais e sociais, e o autor destaca o papel da urbanização, uma consequência também das regiões especializadas na produção industrial (HUANG, 2017, p.45). Para Huang (2017, p.45), tal quadro só pode ser resolvido com um Governo que aumente gastos com serviços sociais para ampliar a renda disponível e incrementar a demanda e esforços governamentais para ampliar produtividade.

Segundo o autor, por mais de duas décadas, a natureza desequilibrada do processo de crescimento da China foi consequência de uma rapidez peculiar deste processo. Mas o gigantesco pacote de estímulo em resposta à crise de 2008 e as recentes facilitações de crédito fizeram com que os investimentos produzissem atividades menos produtivas. A solução não é, segundo alguns sugerem, apoiar artificialmente o consumo, como por meio de subsídios fiscais para a compra de bens duráveis. Ao contrário, Huang acredita que a resposta está em aumentar a produtividade e fazer reformas fiscais (HUANG, 2017, p.198). A China é a primeira grande potência a ser um país em desenvolvimento, e não um desenvolvido. Além disso, envelhecerá antes de ser uma sociedade rica e as instituições ainda frágeis somadas ao legado histórico significam que o país apresenta mais inseguranças do que se esperaria de uma grande potência (HUANG, 2017, p.11).

Um ponto interessante destacado pelo autor é o fato de a percepção popular em relação às políticas ineficazes e a casos de má conduta e corrupção ligar tais características aos governos locais. São estes os responsáveis pelo crescimento econômico regional e a estabilidade política e social, enquanto a liderança em Beijing é vista como eficiente (HUANG, 2017, p.96). "Apesar disso, Huang (2017, p.97) acredita que o sistema institucional chinês não seja extrativo, em nome de uma elite, mas inclusivo, embora mesmo assim hajam distorções."

O capitalismo liderado pelo mercado empresta sua legitimidade da democracia a partir da crença de que todos têm chances iguais de se

tornarem ricos, mesmo quando os resultados demonstram desigualdade. É o sentido de justiça que importa. O capitalismo liderado pelo Estado é legitimado por regimes autoritários porque se acredita que estes proverão oportunidades e resultados menos desiguais. Ainda assim, a credibilidade de ambos os sistemas está sob ataque porque o que se vê é uma aliança impura entre servidores, e seus interesses, com instituições que resultam em dividendos excessivos para uma minoria seleta” (HUANG, 2017, p. 116).

Huang (2017, p.119) acredita que ainda que o sistema norte-americano pareça melhor, a China tem preparado o futuro de forma mais consciente, investindo em infraestrutura, educação, energia renovável e se tornando mais competitiva, ao mesmo tempo em que os EUA investem muito em consumo, ineficiência em saúde e defesa militar. Além disso, prossegue Huang (2017, p.120), o processo político estadunidense muitas vezes é ideológico e personalista e não se traduz em ações, enquanto a China mira em soluções coletivas que melhoram a vida de milhares de cidadãos, embora com custos para direitos individuais. “A China utiliza o capitalismo como um meio de atingir seus objetivos, não porque realmente abrace suas crenças subjacentes” (HUANG, 2017, p.120).

Ang (2016, p. xi) parte de uma perspectiva co-evolucionária, e defende que, a depender do ponto a partir do qual se observa a China é possível encontrar qualquer uma das variedades de economia política, de desenvolvimentista a predatória, em um país que vai do moderno ao atrasado e que muda tão rápido e varia tão ferozmente entre as regiões que nenhuma descrição é totalmente correta. Para Ang (2016, p.12), a leitura sobre Estados e mercados é de que estes interagem e se adaptam mutuamente, mudando com o tempo, e que, portanto, nem o crescimento econômico, nem a boa governança vêm primeiro durante o desenvolvimento. Neste sentido, a China é um exemplo rico, segundo a autora, que sustenta que as instituições classificadas como fracas são paradoxalmente a matéria-prima para a construção dos mercados, enquanto que as instituições tidas como boas ou fortes apenas preservam as estruturas que já existem, sejam estas quais forem (ANG, 2016, p.4).

Para Ang (2016, p.7), muitas interpretações sobre a China ora enfatizam fatores básicos de crescimento, incentivos, reformas incrementais ou legado histórico, mas tais fatores, defende, são apenas parte de um quebra-cabeças que não explica como estas peças interagem e se agregam para formar uma nova política econômica no espaço de apenas uma única geração. Ela sustenta que não

existe uma interpretação única que dê conta da amplitude das mudanças, seus arrojos e resultados locais não planejados. O principal argumento de Ang (2016, p.9) é que países pobres podem escapar da armadilha da pobreza ao construírem primeiro mercados a partir de instituições frágeis e, mais fundamentalmente, ao formatarem ambientes que facilitem a improvisação entre os atores relevantes, refutando que haja uma solução universal efetiva e ideal. Sobre a China, acredita que “se é preciso definir esse processo em uma expressão, então pode-se dizer que há uma improvisação dirigida. O governo central dirige, os agentes locais improvisam” (ANG, 2016, p.92).

Segundo Ang (2016, p.10) o sistema chinês se estrutura da seguinte forma: o governo central delimita as fronteiras de ação dos governos locais ao mesmo tempo que define o papel e os incentivos à burocracia local, encorajando trocas entre regiões desiguais. Dentro dessas fronteiras de ação, as autoridades locais podem improvisar uma variedade de soluções específicas para problemas em constante mutação. “É uma mistura paradoxal de direção de cima para baixo e improvisação de baixo para cima que sustenta o processo co-evolucionário de mudanças radicais”, argumenta Ang (2016, p.10).

Quando analisa o sistema político, Ang (2016, p.64) afirma que ainda que a sociedade faça pressão, os funcionários de Governo e Estado estão mais preocupados com as metas que têm de entregar aos superiores, revelando o caráter de autoritarismo descentralizado da China, o que se revela, por exemplo, também o âmbito fiscal, como visto no capítulo 3. A autora vai mais adiante, sugerindo que a China vive uma descentralização ao estilo de redes de franquias como conhecemos no setor privado, em que há fusão entre relações corporativas hierárquicas e incentivos locais: “o comando central, inclusive, ao tomar decisões, é ambíguo, muitas vezes, a fim de servir a propósitos adaptativos locais (ANG, 2016, p.63)”.

O governo chinês, mais que poder, exerce influência, afirma Ang (2016, p.240), ao endereçar três problemas que considera universais, a saber: equilibrar variedade e uniformidade na implementação de políticas locais, como definir e premiar claramente o sucesso dentro da burocracia e como encorajar diferentes atores a trocas benéficas entre regiões altamente desiguais. Segundo a autora, a China delimitou as fronteiras entre experimentalismo e flexibilidade ao ativar mudanças incrementais por meio de domínios conectados simultaneamente, com

objetivos modestos no início do processo, dando a cada um um papel no processo de desenvolvimento.

4.5 China Estratégica: Considerações Sobre os 40 Anos de Reforma e Abertura

Interpretar a economia política chinesa nos 40 anos de reforma e abertura é atender para o papel estratégico do Estado, sem que tal premissa retire a importância de fatores tais quais a mão de obra barata abundante em uma época em que o mundo globalizava-se⁷⁶, para citar apenas um exemplo. Com isso, tais estratégias são resultado de uma política conduzida por um partido que conforma também o Governo e o Estado desde 1949 e que, embora sem ameaças aparentes, prima por manter-se no poder sem desprezar o espaço à criatividade e à inovação institucionais. Uma lógica que imprime rapidez ao planejamento do desenvolvimento chinês, ainda que ancorada em gradualismo e, especialmente, em experimentalismo e que busca eliminar quaisquer obstáculos à legitimidade do PCCh, seja por meio de antecipação de problemas, seja por meio de medidas contingenciais.

Trata-se de um Estado que catalisa e amortece os impactos externos e internos da economia e da política com vistas à manutenção do poder por longo prazo. Para tanto, inovar é essencial, sempre sob o regime da estabilidade. Como destaca Naughton (2017), o sucesso do desenvolvimento chinês é percebido como crescimento econômico, e a condução das políticas e diretrizes é de atribuição do estado chinês. Nesse sentido, um conjunto de dados macroeconômicos pode dar a medida do sucesso: o PIB, as reservas internacionais ou a renda per capita, para citar alguns temas presentes nos capítulos 2 e 3 dessa dissertação. Com efeito, no ano de 1980, segundo Ang (2016, p. 5), o PIB per capita na China era de US\$ 193, o que, segundo a autora, não era suficiente para garantir a média nutricional diária necessária para um ser humano. Apenas no ano de 2001, a China deixaria de ser uma nação de baixa renda, com PIB per capita superior a US\$ 1.000,00, passando a país de renda média inferior (com PIB per capita até US\$ 4.200) até o ano de 2011, quando atingiu o patamar de país de renda média superior. Já segundo Zheng

⁷⁶ Dosi e Castaldi (2002) argumentam que a globalização comercial é incrementada com relevância entre os anos de 1970 e 1980, o período da abertura da China.

(2013, p. 19), utilizando-se de metodologia do Banco Mundial, em algum ponto entre os anos de 2020 e 2024, a China chegará ao posto de país de alta renda, com o PIB per capita superando os US\$ 12.300. Se em 1980, a meta de Deng era quadruplicar o PIB chinês até o final do Século 20, com um crescimento médio anual de 7,2%, e, na prática o país obteve entre 1979 e 2009 uma taxa de 9,9% (LIN, 2012, p. 4), não há por que duvidar.

Zheng (2013, p.1) tem uma abordagem interessante em relação às fases do desenvolvimento chinês, que delimita segundo a renda: para o autor, durante a fase de baixa renda, o crescimento chinês foi motivado pelo mercado. Na seguinte, de renda média inferior, foi uma fase em que o processo foi motivado pelos fatores. A fase de renda média superior teria na eficiência a motivação. Já a fase de renda alta, sustenta Zheng (2013, p.2), terá a inovação como motor do crescimento. Apesar de identificar fases distintas da política econômica chinesa, tal delimitação não destrincha os meandros da engrenagem e destaca a inovação apenas na fase vindoura. Ang (2016, p. 69) aposta em um processo co-evolucionário à qual acrescenta a “abordagem adaptativa de governança e desenvolvimento via improvisação direcionada”. Ela faz referência ao fato de haver espaço para decisões locais levarem a arranjos criativos que, a depender do sucesso, podem ser alçados à categoria de política nacional. Como já citado, anteriormente, as TVEs são um exemplo de tal sistema, pois surgiram à margem do padrão oficial, quando famílias de uma localidade da província de Anhui buscavam alternativas à coletivização dos tempos maoístas. A engrenagem que, se não era privada, ao menos integrava famílias à gestão, foi a inovação institucional que teria trazido produtividade e dinamicidade ao setor rural pós o ano de 1978.

Um dos pontos centrais da interpretação de Ang (2016) reside no fato de que políticas, estratégias e instituições foram sempre transitórias: funcionaram por algum tempo, em algumas regiões específicas da China. Concorde-se em parte, visto o peso relevante das estatais, em especial àquelas ligadas ao poder central e destacadas por Naughton (2015), quando o autor se refere à SASAC, a agência estatal toda poderosa que direciona este complexo de empresas estratégicas. Ou seja, nem todas as instituições são transitórias: as estatais só ampliam o vigor. Neste sentido, a abordagem de Jabbour e Paula (2018) é interessante, pois os autores afirmam que os mecanismos utilizados pela China seriam a “expressão

máxima de um processo de construção de instituições capazes de refletir, ao longo do tempo, a estratégia do país”. Eles acreditam que olhar a China a partir deste prisma amplia a análise para além de paradigmas como “mercadistas” *versus* “estatistas”, contrapondo também noções “etapistas” do processo de desenvolvimento chinês, o que permitiria uma visão integrada.

Inegável que a China tenha adotado grande parte do receituário ortodoxo macroeconômico em seu processo de abertura, destacado por autores como Qian (2002), o que muitas vezes também provoca a leitura fácil de que a China abraça o capitalismo, ao menos em relação à sua economia. Ocorre que o processo tem meandros ora mais ora menos sutis e, conforme Naughton (2017) destaca, a China está francamente movendo-se rumo a pautas de cunho socialista, especialmente no que se refere à distribuição de renda e ao programa que pretende erradicar a miséria até o ano de 2020, ano anterior ao centenário do PCCh. Isso tudo mantendo o controle de áreas estratégicas, via estatais, o que inclui o sistema bancário, cuja atuação se confunde à do sistema financeiro. Vale reforçar que há distorções no sistema chinês na esteira do processo de desenvolvimento, sendo os principais a desigualdade de renda - inclusive concentrando riqueza no círculo de poder e decisão do PCCh e suas ramificações (NOGUEIRA, 2018) -, a poluição de ar, água e solo e distorções financeiras frutos da emergência de novos mercados internos, tais quais o imobiliário - até hoje baseado num sistema de arrendamento da terra sequer inexistente até a década de 1990 (KROEBER, 2016, p.76) - e de intervenções governamentais, como o pacote de estímulo fiscal pós crise de 2008 que provocou dívidas robustas nos governos subnacionais, aposta excessiva em infraestrutura e sobrecapacidade industrial em alguns setores. A máquina exportadora chinesa ainda provocou desequilíbrios nas balanças comerciais em países como os Estados Unidos, cujo déficit em relação à China é central nos atritos comerciais, ou como o Brasil, cuja expansão das exportações oscila também de acordo com o apetite chinês por commodities. O gigante asiático tornou-se, pois, também uma máquina importadora. Comprando ou vendendo, reúne uma cesta heterogênea de produtos de diferentes intensidades tecnológicas e consolida-se também como importante fonte e destino de IDE.

As mudanças estruturais da economia chinesa, expressas na propriedade das empresas, no emprego por setor produtivo e na intensidade tecnológica de sua

indústria são tidas como únicas em um espaço tão curto de tempo e com um vigor que se mantém ao longo de décadas. É interessante notar que a economia passou de planificada para planejada. Mas é mais importante registrar que mesmo chamando o novo processo balizador apenas de planejamento, este delimita objetivos claros, muitas vezes superados antes do período proposto. Há um pragmatismo de decisores e executores no Governo chinês que se revela em diferentes níveis de governança e se espalha também para o setor privado (JAGUARIBE, 2018, p.21). Tal característica determina inclusive mudanças radicais de papéis das instituições, pois note-se que se em 1978 a propriedade privada era inexistente na China, em 2001, os proprietários eram convidados a tomar assento no PCCh. O crescimento acelerado que deu lugar ao sustentado é outro exemplo, pois se até o início dos anos 2000 as regulações ambientais eram inexistentes ou ineficazes, agora são rígidas. A China não apenas fiscaliza, mas se tornou investidora de tecnologias para energia limpa, reduzindo a dependência do carvão de 76,2% da matriz energética em seu pico, nos anos de 1990, para 62% no ano de 2016, número que pretende reduzir⁷⁷.

Todos estes ajustes e adoção de caminhos estratégicos leva a pensar em ambiente em que vários atores e fatores atuam em conjunto, primando por inovação e criatividade, o que remete a Furtado (2015):

A reprodução das sociedades capitalistas atuais, ou seja, a estabilidade das estruturas sociais não igualitárias em meio à enorme abundância de recursos que as caracterizam, depende muito menos do controle por grupos privados dos bens de produção do que do controle por esses grupos - diretamente ou por intermédio do Estado - da criatividade artística, científica e principalmente tecnológica, que lhe é condicionada, e do fluxo de informações que brota dessa criatividade. A orientação do fluxo de informações dá estabilidade à distribuição de renda, ou seja, assegura que o excedente cresça com a mesma intensidade que a produtividade do trabalho (FURTADO, 2015, p. 43).

Tal abordagem de Furtado, se estendida também a inovações em processos e instituições, cabe no modelo chinês quando se pensa nas experimentações que moldaram políticas nacionais a partir de iniciativas localizadas ou piloto, tendo estas

⁷⁷ Anuário Estatístico da China 2017. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/nds/2017/indexeh.htm>>. Acesso: 9 Mai. 2018.

vindo dos âmbitos privado ou estatal e discutidas na seção 3.3: as TVEs, as ZEEs e as FinTechs. Claro, são apenas exemplos de soluções de que o sistema econômico chinês se apropriou ao longo do processo de reforma e abertura, paradoxalmente permitindo a criatividade em um governo criticado pelo caráter pouco amigável a liberdades de expressão individuais e coletivas, especialmente quando estas confrontam o *status quo*. Fica evidente que se tais inovações estiverem dentro do escopo e forem motores para alcançar determinados objetivos, são acatadas no sistema.

Concorda-se com Ang (2016, p. xi) quando a autora afirma que não há uma interpretação única que seja abrangente em relação ao sistema de governo chinês desde a política de reforma e abertura de 1978. Há complexidades temporais e geográficas que formam uma rede complexa de soluções adotadas em diferentes períodos e níveis de governo, e nem todas são captadas. Neste sentido, mais uma vez, aponta-se o papel estratégico do Estado, seja este visto sob o ponto de vista do caráter inovativo que propõem a suas instituições e estruturas produtivas seja pelo caráter ágil com que responde aos problemas, tenham esses sido previamente detectados ou precisem de planos de contingência, a fim de serem debelados. Neste ponto, remete-se a Lin (2012) e sua leitura sobre a centralidade da inovação no processo de desenvolvimento chinês, mas é preciso combinar tal fator à adoção de práticas sugeridas por Gerschenkron e Keynes e levantadas por Jabbour e Paula (2018). Todo este quadro, reforça-se, tem como objetivo um pragmatismo cuja meta é garantir um desenvolvimento econômico inclusivo socialmente, sancionando o apoio popular ao Estado Chinês.

5. CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo geral interpretar o fenômeno de desenvolvimento chinês nos últimos 40 anos, desde a adoção da política de reforma e abertura em 1978, sob a ótica do papel do Estado, com ênfase na condução da política econômica. Para tanto, identificou a chegada do PCCh ao poder, em 1949, como o marco fundador desse processo, partindo-se daí uma análise histórica. O texto também busca apontar os principais instrumentos que o Estado chinês utiliza no processo de condução da economia e discorrer sobre o debate proposto por sinólogos acerca do tema.

Ao percorrer este caminho, encontra-se apenas um ponto em comum nas diferentes análises: o de que o caso da China é único. Todo o restante das interpretações acerca do papel do Estado na condução econômica dos 40 anos de reforma e abertura divide acadêmicos e sinólogos dentro e fora da China: como se deu o processo, quais os motores de ignição e de manutenção do crescimento, quais os limites da atuação do Governo. Sequer há consenso sobre o nome do regime econômico que molda o comportamento de uma economia que abriga 1,4 bilhão de pessoas e é responsável por cerca de 30% do incremento da economia global (LIN, 2018). Reside aí a importância de se debruçar sobre mais uma dentre outras análises sobre o papel do Estado na China, a fim de contribuir para o debate e somar novos sentidos e abordagens à discussão.

O capítulo 2, Da China Maoísta ao Socialismo com Características Chinesas, buscou traçar a historiografia econômica do país asiático durante o período de transformação, retrocedendo até 1949, a fim de dar a conhecer os anos sob Mao Zedong, visto que abarcam as três primeiras décadas do PCCh no poder no sistema de Partido-Governo que, embora tenha se modificado ao longo dos anos, até hoje comanda o Estado. O processo de transição é descrito neste capítulo, a fim de que se demarquem as principais mudanças ocorridas e, assim, tenha-se a clareza da dimensão e da rapidez de tal processo. É importante notar que a historiografia econômica chinesa pós 1978 reflete sobre as mudanças de propriedade no bojo do sistema e na transformação estrutural da economia, cujo modelo agrícola coletivizado dos tempos maoístas deu lugar a uma potente fábrica em que havia mão de obra abundante e barata e baixa intensidade tecnológica.

A economia socialista dos tempos de Mao promoveu, ao buscar o catching up inspirado no modelo russo, uma vasta rede de indústria pesada que, entre os exemplos, garantiu a infraestrutura energética e logística para iniciar o processo de abertura da década de 1980. Há de se considerar que embora as distorções maoístas tenham sido ferozes, com uma força de trabalho apresentando baixa produtividade, é deste período que se herdam bases para o crescimento econômico: o país reunificado depois das guerras civis, plantas industriais e mesmo conexões logísticas e uma robusta matriz energética, majoritariamente do carvão. A própria estrutura do PCCh é anterior a Deng e, neste sentido, é importante ter em mente que o atual processo chinês é fruto da ruptura política e institucional de 1949, quando Mao funda a República Popular da China e dá início a essa nova lógica.

No capítulo 3, A Mão Visível do Estado, a ênfase recaiu no funcionamento deste Estado, nos instrumentos utilizados pelo Estado para conduzir a economia e, finalmente, em como o PCCh se legitima no poder. O objetivo fundamental foi dar a conhecer aspectos centrais do funcionamento da política econômica chinesa e sua lógica e como diferentes aspectos da economia e da política da China estão interligados. Há de se pensar o sistema como aquele que acomoda complementaridades, expressas, por exemplo, nos planos quinquenais que reúnem esferas pública e privada ou nas ações de Governo rumo à manutenção de sua legitimidade, o que o leva a assumir publicamente preocupações que atingem o tecido social, tais quais a poluição e a desigualdade de renda.

Tal arcabouço pavimenta o caminho para a discussão que se apresenta no capítulo 4, que busca interpretar o desenvolvimento chinês desde a política de reforma e abertura, debatendo as principais interpretações acerca do fenômeno e culminando em uma visão particular, cujo objetivo é destacar os elementos determinantes para a ascensão da economia chinesa ao posto de segunda maior do mundo em apenas 40 anos, atrás dos EUA quando o PIB é medido em US\$ estadunidense, e se consolidando como a maior economia quando o PIB é tomado sob Paridade de Poder de Compra.

A conclusão é de que há três características preponderantes do Estado como condutor da política econômica chinesa desde a reforma a abertura: o caráter estratégico das decisões estatais, a rapidez com que são implementadas mudanças e arcabouços institucionais e o peso das experimentações locais ou pontuais de

políticas antes de que estas se tornem nacionais. Neste sentido, destaca-se a presença da criatividade na economia chinesa, que integra o rol de características do Estado chinês sob a égide do PCCh, uma vez que as regulações fluidas presentes na análise de Ang (2016) permitem adaptações locais, eventualmente alçadas a padrões no país. O caso mais notório é o das ZEEs.

Concomitante à rapidez das mudanças e adaptações a que a economia chinesa é exposta nos últimos 40 anos, percebe-se que não é apenas a legitimidade que o sistema de Estado-Governo persegue, mas a estabilidade é uma regra fundamental do partido, especialmente depois dos anos traumáticos da Revolução Cultural (1966-1976) e de outros episódios não apenas do período maoísta, mas da China republicana, que teve início no ano de 1911 com a queda da última dinastia, a Qing (1644-1911). Entre tais episódios, é central a dominação estrangeira a que a China esteve exposta, inclusive durante a dinastia Qing, decorrente, por exemplo, das Primeira (1839-1842) e Segunda (1856-1860) Guerras do Ópio, que provocaram a cessão de portos e de partes de territórios chineses a outras nações, caso de Hong Kong, que ficou sob domínio inglês de 1842 a 1997⁷⁸. Ainda que tais episódios não tenham sido abordados neste trabalho, eles estão presentes na memória chinesa. A mudança mais recente na constituição que permite um mandato com eleições ilimitadas para presidente e vice expressariam, segundo alguns teóricos, tal caráter de estabilidade, desta vez, no poder central chinês.

Pode parecer paradoxal que um país cuja estrutura econômica tenha sido tão modificada em 40 anos, com ajustes sazonais e marcadamente acelerados, seja apegado à estabilidade. Mas é. E tal condução pode ser expressa justamente no papel preponderante do Estado, visto sob dois instrumentos especialmente: a manutenção de planos quinquenais e da posse da terra, que se mantêm desde a economia maoísta. São estatais também as empresas de áreas como energia e telecomunicação e os grandes bancos chineses, incluindo aí bancos de desenvolvimento. O sistema financeiro é fortemente controlado e dirigido a acertar

⁷⁸ Para uma abordagem histórica sobre a China, sugere-se a leitura de Fairbank e Goldman (2007) e de Spence (1996).

os prumos dos planos quinquenais, o que implica inclusive pesados investimentos estatais e crédito para setores pré-definidos.

O apego ao poder estatal é tão premente que mesmo nas esferas subnacionais é o Estado-Governo, este último um espelho da estrutura partidária, que exerce o poder local para definir inclusive o uso da terra. E, principalmente, que, em busca de maior projeção na hierarquia nacional, articula as políticas locais - muitas vezes voltadas à atração de investimentos e à promoção de setores econômicos selecionados - num modelo competitivo que com mais frequência é observado entre entes privados e que engendra também competitividade e eficiência.

Em 40 anos, este Estado condutor econômico lançou mão de diferentes mecanismos, refutando lógicas estritamente privatistas ou padrões institucionais consagrados em outros países ocidentais, optando por mudanças graduais da estrutura econômica. A flexibilização da propriedade dos negócios e a abertura ao capital estrangeiro são centrais, abertura esta que se estende ao comércio, o que por uma parte resultou numa integração às cadeias globais de valor e transformou a China em um hub especialmente na Ásia, mas também no que se convencionou chamar em fábrica do mundo. Tal contexto provocou a necessidade de se buscar um nome para o modelo chinês, capitalismo de estado para alguns teóricos, socialismo de mercado para outros, mesmo sinocapitalismo. A própria China prefere denominar o seu sistema como socialismo com características chinesas.

É fato que tal processo liderado pelo Estado é único na economia global, sendo a rapidez das mudanças estruturais e padrões econômicos da China dois dos principais motivos desta constatação. Naughton e Medeiros, para citar dois acadêmicos que acompanham a China regularmente desde os anos 1990, percebem alterações importantes na condução econômica em quatro décadas, daí a dificuldade em estabelecer um modelo chinês. Além do mais, a China como nação integrante da globalização também é impactada por um ambiente em mutação - enfrentando momentos como o da crise do petróleo dos anos 1970, das disputas provocadas entre EUA e Rússia na Guerra Fria (1947-1991) e das alterações industriais da terceira revolução, notadamente marcada pela difusão das tecnologias de informação e comunicação, alcançando já em 2008 uma maior resiliência quando da emergência de uma nova crise global.

É deste último impacto que o país desponta como propulsor ativo da economia, injetando um robusto pacote de estímulo na economia nacional e fomentando o consumo interno. A partir dali, a nação até então majoritariamente rural firma-se pouco a pouco como prioritariamente urbana, e os serviços passam a ser cada vez mais preponderantes. As consequências das primeiras três décadas de reforma e abertura estabelecem desafios ao poder central, entre os quais a poluição e a desigualdade crescentes, além da alavancagem da economia e de débitos especialmente de governos locais.

Já detentor das maiores reservas internacionais, o Estado chinês deixa de ser mero receptor de investimentos estrangeiros para ser um ativo investidor no exterior, lançando em 2013 o ousado plano da Iniciativa do Cinturão e Rota, projeto global de fomento à infraestrutura física e digital. Tais investimentos visariam ampliar os ganhos com as reservas internacionais e aumentar a influência chinesa global que, neste sentido, vem apoiada também em esforços para ampliar o seu soft power, responsável pela disseminação de mensagens, tendências e produtos culturais chineses. A fábrica do mundo atua hoje como potência global, a primeira com tal influência em um estágio ainda de maturação de instituições e de um país em desenvolvimento.

Tais adequações são captadas por Ang, quando ela classifica a China como um modelo de país de “improvisação dirigida”, em que o poder central indica rumos, e as esferas subnacionais ajustam suas políticas. Na prática, tais movimentos são possíveis graças à atuação do sistema financeiro e à concessão de crédito, ainda que em 1978 e até a década de 1990 houvesse um esforço concentrado também em atrair IDE. Em todo este período e até hoje, outra aposta é na inovação, desde as Quatro Modernizações propostas por Deng até o fato de ela ser classificada como principal motor do desenvolvimento pelo atual presidente, Xi.

Tendo como pano de fundo as peculiaridades do desenvolvimento chinês nas últimas quatro décadas e as diferentes soluções adotadas em espaços de tempo e regionais, a tarefa de definir um arcabouço teórico para este processo se torna delicada. É possível destacar a preponderância dos bancos de desenvolvimento e estatais, recorrendo a Gerschenkron e sua leitura sobre economias nacionais, o apoio setorial a algumas indústrias, que tem em List a raiz do que ele chama de proteção a indústrias nascentes, mesmo a Keynes quando se pensam nos pacotes

de estímulo estatais. Os ciclos institucionais e suas reformas remetem a Rangel. Nestas quatro primeiras décadas, é possível apontar que o processo de catch up chinês esteve relacionado a um modelo de aprender fazendo, em que o país optou por não estar na fronteira tecnológica - processo que está sendo transformado, em busca de mais liderança no tema.

A partir deste quadro em transformação, e tendo no horizonte o fato de o governo de Xi Jinping ter eleito o combate a riscos financeiros como uma das três prioridades do atual governo - ao lado do combate à poluição e à pobreza - é possível afirmar que o debate sobre a atuação do Estado na condução da economia chinesa continua atual e sua discussão se manterá atual e necessária. A economia urbana e de serviços da China hoje, em busca da fronteira tecnológica e apoiada em tecnologias de inteligência artificial, economia digital e robótica, por exemplo, tem se movido a uma maior abertura e apoio ao setor privado. Mas são tendências ainda incipientes que devem injetar novos mecanismos de controle e estímulo econômicos, mantendo o protagonismo estatal. Afinal, como destacado por Naughton e Huang, a China garante por outra parte entregas sociais, tais quais o combate à miséria, o que denota características socialistas em meio a um aprofundamento da importância da propriedade privada. Assim, a abordagem em relação ao Estado na economia chinesa é tema a ser revisitado regularmente.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana. MUGGAH, Robert. **A Nova Rota da Seda e o Brasil**. Le Monde Diplomatique Brasil. 12 Jun. 2017. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-nova-rota-da-seda-e-o-brasil/>.

AKAMATSU, Kaname. **A Historical Pattern of Economic Growth in Developing Countries**. Journal of Developing Economies, Tóquio, No.1, p. 3-25.

ALESSANDRIA, George; CHOI, Horag; LU, Dan. **Trade Integration and the Trade Balance in China**. Washington: IMF Economic Review, Palgrave Macmillan. Vol. 65(3), Ago. 2017. p. 633-674.

ANG, Yuen Yuen. **How China Escaped the Poverty Trap**. Nova York: Cornell University Press, 2016. 344 p.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Money Matters: Local Government Finance in the People's Republic of China**. Mandaluyong, Filipinas: Asian Development Bank, 2014.

ATHUKORALA, Prema-chandra; FUKAO, Kyoji; YUAN, Tangjun. **Economic transition and labour market integration in China**. p. 179-207. In: GARNAUT, Ross; SONG, Ligang; WOO, Wing Thye. *China's New Place in a World in Crisis: Economic Geopolitical and Environmental Dimensions*. Camberra: ANU E Press, 2009. 461p.

BARNETT, A. Doak. **China's Economy in Global Perspective**. Washington, DC: The Brookings Institution, 1981.

BECKER, Jasper. **The Chinese. An Insider's Look at the Issues which Affect and Shape China Today**. New York: Oxford University Press. 2000. 464p.

BELL, Daniel A. **The China Model: Political Meritocracy and the Limits of Democracy**. Nova Jersey: Princeton University Press. 2015. 336p.

BERGSTEN, Fred et al. **China's Rise. Challenges and Opportunities**. Washington: Peterson Institute for International Economics Center for Strategic and International Studies, 2008. 291p.

BLANCHARD, Olivier J.; GIAVAZZI, Francesco. **Rebalancing Growth in China: A Three-Handed Approach**. Cambridge: MIT Department of Economics. Working Paper N. 05-32. 25 Nov. 2005.

BREMMER, Ian. **State Capitalism Comes of Age: The End of the Free Market?** Nova York: Foreign Affairs. Vol. 88, No. 3, Mai-Jun 2009, p. 40-55.

BRUNHOFF, Suzanne de. **The State, Capital and Economic Policy**. Londres: Pluto Press, 1979. 152p.

BURLAMAQUI, Leonardo. **Finance, Development and the Chinese Entrepreneurial State: A Schumpeter-Keynes-Minsky Approach**. São Paulo: Revista de Economia Política. Vol.35, No. 4, Oct-Dec 2015.

BUSTELO, Santiago. **Institucionalização ou desinstitucionalização?**. Radar China, 22 Abr. 2018. Disponível em <<http://radarchina.co/institucionalizacao-ou-desinstitucionalizacao/>>

CARIELLO, Túlio; FRAGOSO, Gabriel; SILVEIRA, Janaína C. **Reformas e Nova Estrutura do Governo Chinês**. Rio de Janeiro, Conselho Empresarial Brasil-China: Carta Brasil-China. Ed. 19, Abr. 2018.

CARVALHO, Evandro M. **A Era do Direito na Nova Era do Socialismo Chinês**. Rio de Janeiro, Conselho Empresarial Brasil-China: Carta Brasil-China. Ed. 19, Abr. 2018b.

CARVALHO, Evandro M. de. **As Duas Sessões: Grandes Eventos do Calendário Político Chinês**. Rio de Janeiro, Revista China Hoje. 3, Mar. 2018a.

CHANG, Jung. HALLIDAY, Jon. **Mao: A História Desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 1174p.

CHANG, Leslie T. **Factory Girls - Voice from the Heart of Modern China**. Londres: Picador. 2010. 431p.

CHEN, Dongqi. **Os determinantes do crescimento econômico chinês**. In: PEREIRA, Lia V., VELOSO, Fernando, ZHENG, Bingwen. Armadilha da renda média: visões do Brasil e da China Vol.2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CHEN, Shoucan. **Chinese Ethics and Zhejiang Confucian Culture**. Hangzhou, 8 set. 2018.

CHENG, Enfu; DING, Xiaoqin. **A Theory of China's 'Miracle' - Eight Principles of Contemporary Chinese Political Economy**. Nova York: Monthly Review. 01 Jan. 2017.

CHI, Fulin. **Bonus From Reforms**. Five Trends of Transformation and Reforms After the CPC's 18th National Congress. Beijing: China Intercontinental Press, 2013. 266p.

_____. **Change of China's Development Models at the Crossroads**. Beijing: China Intercontinental Press, 2010. 408p.

CLARKE, Thomas; DU, Yunxing. **Corporate Governance in China: Explosive Growth and New Patterns of Ownership**. Long Range Planning, Vol. 31, No. 2, p. 239-251, 1998.

CORAZZA, Gentil. **Teoria Econômica e Estado (De Quesnay a Keynes)**. Fundação de Economia e Estatística (FEE). No. 11. Porto Alegre. Mai. 1986.

CUNHA, André; ACIOLY, Luciana. **China: Ascensão à Condição de Potência Global – Características e Implicações**. In: CARDOSO JR, J. C.; MATIJASCIC, M.;

ACIOLY, L. (orgs.) **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: Estudos de Experiências Internacionais Seleccionadas**. Brasília: Ipea, 2009.

D'ATRI, Fabiana. **Pressão para depreciação da moeda chinesa seguirá presente no curto prazo**. Rio de Janeiro, Conselho Empresarial Brasil-China: Carta Brasil-China. Ed. 13, Jun. 2016.

DOSI, Giovanni; CASTALDI, C. **Padrões Locais e Divergentes de Aprendizagem Tecnológica em Mercados (Parcialmente) Globalizados**. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em Debate**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, 2002. v. 1, p. 75-103.

EHLERS, Torsten; KONG, Steven; ZHU, Feng. **Mapping shadow banking in China: structure and dynamics**. BIS Working Papers No. 701. Fev. 2018.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007, 2 ed. 470p.

FAN, Gang; HOPE, Nicholas C. **The Role of State-Owned Enterprises in the Chinese Economy**. In: **US-China 2022: Economic Relations in the Next 10 Years**. China-United States Exchanges Foundation, 2013. Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/2022/index.html>.

FOSTER, Bellamy Foster; McCHESNEY, Robert W. **The Endless Crisis**. Nova York: Monthly Review. 1 Fev. 2012.

GAO, Yingshuang. **Situação Atual e Tendência de Desenvolvimento do Sistema de Educação Superior da China**. In: DWYER, Tom et al. (Org.). **Jovem Universitários em um Mundo em Transformação - Uma Pesquisa Sino-Brasileira**. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016.

GERSCHENKRON, Alexander. **O Atraso Econômico em Perspectiva Histórica e Outros Ensaio**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2015. 404p.

GIANETTI, Mariassunta et al. **The Externalities of Corruption: Evidence from Entrepreneurial Activity in China**. Bruxelas: European Corporate Governance Institute, Finance Working Paper N° 536/2017. Nov. 2017.

GUO, Man; HERRMANN-PILLATH, Carsten. **Knowledge coordination, distributed cognition and transactional innovation in creating national competitive advantage: A theorygrounded case study of Chinese drone industry**. 2017.

GUTHRIE, Doug; XIAO, Zhixing; WANG, Junmin. **Stability, Asset Management, and Gradual Change in China's Reform Economy**. In: NAUGHTON, Barry; TSAI, Kellee S. (Editores). **State Capitalism, Institutional Adaptation and the Chinese Miracle**. Nova York: Cambridge University Press, 2015. 288p.

HSUEH, Mu-Chiao; SU, Hsing; LIN, Tse-Li. **The Socialist Transformation of the National Economy in China**. Beijing: Foreign Languages Press, 1960. 287p.

HU, Biliang. **China Hoje**. 40 Anos de Progresso. Ano 2, Nº 17. Fev.-Mar, 2018. p. 20-25.

HUANG, Yukon. **Cracking the China Conundrum: Why Conventional Economic Wisdom Is Wrong**. Oxford: Oxford University Press, 2017. 288p.

ISUANI, Ernesto A. **Três Enfoques sobre o Conceito de Estado**. R.C. Pol: Rio de Janeiro, 27 (1). Jan-abr 1984. p. 35-48.

JABBOUR, Elias; PAULA, Luiz Fernando de. **Revista de Economia Contemporânea**. A China e a “Socialização do Investimento”: Uma Abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. Rio de Janeiro: 2018. p. 1-23.

JACQUES, Martin. **When China Rules the World**. The Rise of the Middle Kingdom and the End of the Western World. Londres: Allen Lane, 2009. 550p.

JAGUARIBE, Anna. **Characteristics and Direction of China’s Global Investment Drive**. In: Jaguaribe, Anna (editora): Direction of Chinese Global Investment. Brasília: FUNAG, 2018. p. 17-49.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011. 556p.

KROEBER, Arthur R. **China’s Economy**. What Everyone Needs to Know. Nova York: Oxford University Press, 2016. 319p.

LANDRY, Pierre F. **Decentralized Authoritarianism in China**. The Communist Party’s Control of Local Elites in the Post-Mao Era. Nova York: Cambridge University Press, 2008. 296p.

LARDY, Nicholas. **Foreign Trade and Economic Reform in China, 1978-1990**. Nova York: Cambridge University Press, 1992. 208p.

_____. **The Economic Rise of China: Threat or opportunity?** Federal Reserve Bank of Cleveland, 1 ago. 2003.

_____. **Economic Growth and Distribution in China**. Nova York: Cambridge University Press, 1978. 256p.

LEÃO, Rodrigo P. F. **O Padrão de Acumulação e o Desenvolvimento Econômico da China nas Últimas Três Décadas: Uma Interpretação**. Dissertação. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 201 p. 2010.

LEÃO, Valdemar Carneiro. **O que significa a ascensão de Xi Jinping no atual contexto político da China?** Rio de Janeiro, Conselho Empresarial Brasil-China: Carta Brasil-China. Ed. 19, Abr. 2018.

LEE, Ann. **What the US Can Learn from China**. Nova York: Women’s Foreign Policy Group. 27 Jan. 2012.

LI, Keqiang. **Government Work Report 2018**. Disponível em: <<http://english.gov.cn/govtworkreport2018/>>. Acesso: 15 de abril de 2018.

LI, Zhigang. **Infrastructure and Urbanization in the People's Republic of China**. Asian Development Bank Institute. Working Paper No. 632. Jan. 2017.

LI, Zhishui. **Vida Privada do Camarada Mao**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 828p.

LIN, Justin Yifu. **Demystifying the Chinese Economy**. Nova York: Cambridge University Press. 2012. 330p.

_____. **Rural Reforms and Agricultural Growth in China**. Nashville: The American Economic Review, Vol. 82, N° 1 (Mar. 1992), p. 34-51.

_____. **The Rise of China and its Implications for Economics and Other Developing Countries**. Brighton: Area Development and Policy. Vol. 2, N° 2. 21 Mar. 2017. p. 109-119.

_____; YANG, Yao. **Chinese Rural Industrialization in the Context of the East Asian Miracle**. In: STIGLITZ, Joseph E.; YUSUF, Shahid. *Rethinking the East Asian Miracle*. 2001.

LIN, Yaolin et al. **A Review of Recent Advances in Research on PM2.5 in China**. Basel: International Journal of Environment Research and Public Health. Vol. 15(3), No. 438. Mar. 2018.

LINDBLOM, Charles E. **Politics and Markets - The World's Political-Economic Systems**. Nova York: Basic Books, 1977. 403p.

LIST, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. 3ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989[1841]. 290p.

LÜTHJE, Boy. **Diverging Trajectories: Economic Rebalancing and Labour Policies in China**. Journal of Contemporary Chinese Affairs. Vol. 42, No 4, 2013. p. 105-137.

MacFARQUHAR, Roderick; SCHOENHALS, Michael. **Mao's Last Revolution**. Cambridge: Belknap Press, 2008. 752p.

MÄKINEN, Mikko; QIAN, Zongxin. **FinTechs in China - With a Special Focus on Peer to Peer Lending**. Helsinki: Bank of Finland, BOFIT Policy Brief 8/2017. 2 Out. 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288p.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o Mito do Setor Público vs. Setor Privado**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 320p.

McGREGOR, Richard. **The Party: The Secret World of China's Communist Rulers**. Nova York: HarperCollins, 2010. 302p.

MCNALLY, C. A. **Rebalancing the Economy, Refurbishing the State**: The Political Economic Logic of Sino-capitalism in Contemporary China. *Revue de la Régulation*, v. 21, 1º Semestre, 2017.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **A China como um Duplo Polo na Economia Mundial e a Recentralização Asiática**. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 103, 2006.

_____. **Condicionantes e Estratégias do Desenvolvimento Chinês**. Entrevistador: Fernando Maccari Lara. Fundação de Economia e Estatística (FEE): Panorama Internacional, Porto Alegre, v. 2, n. 3, 2017.

_____. **Globalização e Inserção Internacional Diferenciada da Ásia e da América Latina**. In: Tavares, M. C., Fiori, J. Poder e dinheiro. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira**. Brasília: IPEA, 2015. 174p.

_____. **Notas sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEDEIROS, Carlos Aguiar; MORAIS, Isabela Nogueira de. **Uma Abordagem Estruturalista das Desigualdades de Renda na China Contemporânea**. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, v. 3, n. 3, Dez. 2011. p. 99-121.

MILLER, David. **Market, State, and Community**: Theoretical Foundations of Market Socialism. Gloucestershire: Clarendon Press, 1991. 376p.

MILLER, Tom. **China's Urban Billion** - The Story Behind the Biggest Migration in Human History. Londres: Zed Books Ltd, 2012. 192p.

_____. **Estabilizando uma Economia Instável** - A Inclinação Natural das Economias de Mercado, Complexas e Globais, em Direção à Instabilidade. São Paulo: Editora Novo Século, 2. ed. 2013. 394p.

MINSKY, Hyman P. **Money and Crises in Schumpeter and Keynes**. In: WAGNER, H.-J.; DRUKKER, J. W. (editores). *The Economic Law of Motion of Modern Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 112-122.

MORETZ, Thais. **An assessment of China's ability to regulate its iron and steel industries**. *Journal of Chinese Governance*. Vol 3, No. 1, p. 101-121. 2018.

MORETZ-SOHN, Thaís F. **Conhecendo o Sistema Político Chinês**. Brasília: Apex-Brasil, 2014.

NABUCO, Paula Cristina F. **Sob o Mandato do Céu**: O Processo de Modernização da China. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 208 p. 2011.

_____. **China: Transformações nas relações de trabalho**. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QRs4ayVxq8Q>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. **Hukou e Migração na China**: Alguns Apontamentos sobre Divisão do Trabalho. Rio de Janeiro: Revista de Economia Contemporânea. Vol.16, No.2. Mai-Ago 2012.

NAPOLEONI, Loretta. **Maonomics** - Por que os Comunistas Chineses se Saem Melhores Capitalistas do que Nós. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 391p.

NATHAN, Andrew. **The Authoritarian Resurgence**: China's Challenge. Baltimore: Journal of Democracy. Vol. 26, No. 1. Jan. 2015.

NAUGHTON, Barry. **Growing Out of the Plan**. Chinese Economic Reform - 1978-1993. Cambridge, Press Syndicate of the University of Cambridge, 2003. 392p.

_____. **Is China Socialist?** Nashville: Journal of Economic Perspectives. Vol. 31, No. 1, 2017. p. 3-24.

_____. **The Chinese economy**: Transitions and Growth. Cambridge, MIT Press, 2007. 545p.

_____. **The Transformation of the State Sector**: Sasac, the Market Economy and the New National Champions. In: NAUGHTON, Barry; TSAI, Kellee S. (Editores). **State Capitalism, Institutional Adaptation and the Chinese Miracle**. Nova York: Cambridge University Press, 2015. 288p.

_____. **Xi's System, Xi's Men**: After the March 2018 National People's Congress. Hoover Institution, China Leadership Monitor. Palo Alto: N° 56, 2018.

NAUGHTON, Barry; TSAI, Kellee S. (Editores). **State Capitalism, Institutional Adaptation and the Chinese Miracle**. Nova York: Cambridge University Press, 2015. 288p.

NOGUEIRA, Isabela. **Estado e Capital em uma China com Classes**. Rio de Janeiro: Revista Economia Contemporânea. Vol. 22, No.1, 2018.

NYE, Joseph. **Soft Power**. Washington: Foreign Policy. No. 80, Outono, 1990. pp. 153-171

OCAMPO, José Antônio. **Hirschman, a Industrialização e a Teoria do Desenvolvimento**. Uberlândia (MG): Revista Economia Ensaios, 27 (2), Jan./Jun. 2013, p. 17-28.

OSNOS, Evan. **A Era da Ambição**. Em busca da Riqueza, da Verdade e da Fé na Nova China. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 552p.

PEARSON, Margaret M. **State-Owned Business and Party-State Regulation in China's Modern Political Economy**. In: NAUGHTON, Barry; TSAI, Kellee S. (Editores). **State Capitalism, Institutional Adaptation and the Chinese Miracle**. Nova York: Cambridge University Press, 2015. p. 27-45. 288p.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **China Passado e Presente**. Um Guia para Compreender a Sociedade Chinesa. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2013. 246p.

POSSAS, Mario Luiz. **O Projeto Teórico da "Escola da Regulação"** - Alguns Comentários. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP. No. 21. Jul. 1988.

QIAN, Yingyi. **How Reform Worked in China**. Ann Arbor: William Davidson Institute. Working Paper 473. Jun. 2002.

_____. **The Evolutionary, Historical, and Comparative Perspectives**. Journal of Institutional and Theoretical Economics symposium. Wallerfangen/Saar: Alemanha. 9-11 Jun. 1999b.

_____. **The Institutional Foundations of China's Market Transition**. Conferência Anual do Banco Mundial sobre Economia do Desenvolvimento. Washington, 28-30 Abr. 1999a.

RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas** - Volume 1. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. 2012. 3 ed. 742p.

REPNIKOVA, Maria. **Investigative Journalists' Coping Tactics in a Restrictive Media Environment**. p. 113-132. In: SVENSSON, Marina et al. Chinese Investigative Journalists' Dreams: Autonomy, Agency, and Voice. Maryland: Lexington Books, 2013. 238p.

ROSENBERG, Nathan. **As Transferências Internacionais de Tecnologia: Implicações para os Países Industrializados**. In: ROSENBERG, Nathan. Por Dentro da Caixa-Preta. Tecnologia e Economia. Campinas: Editora Unicamp, 2006. 432p.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961 [1942]. 487p.

SENELLART, Michel. **As Artes de Governar**. São Paulo: Editora 34. 2009, p. 14. 331p.

SHAMBAUGH, David. **Regaining Political Momentum: Deng Strikes Back**. Current History, Vol. 91, Ed. 566. Philadelphia, 1 Set. 1992, p. 257.

SHIM, Yongwoon. SHIN, Dong-Hee. **Analyzing China's Fintech Industry from the Perspective of Actor-Network Theory**. Telecommunications Policy, 2015.

SILVA, Ricardo M. M. da. **O Sistema Nacional da China em Transição: A Dinâmica de Atuação do Estado na Indução das Inovações Nativas - Zizhu Chuangxin**. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 263 p. 2018.

SILVEIRA, Janaína C. da. **A influência chinesa global está longe de imposição**. Rio de Janeiro: Radar China. 3 Mar. 2018. Disponível em <<http://radarchina.co/o-poder-chines-e-cortante-ou-fofinho/>>.

_____. **Para Xi Jinping, Marx é o grande pensador da modernidade.** São Paulo: Portal Vermelho. 4 Mai. 2018. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=9142&id_coluna=174>.

SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna** - Quatro Séculos de História. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 818p.

STUENKEL, Oliver. **A China sabe muito sobre o Brasil e o Brasil sabe muito pouco sobre a China.** São Paulo: El País Brasil. 19 Fev. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/opinion/1519073429_518020.html>

SUN, Cong; KAHN, Matthew E.; ZHENG, Siqu. **Self-Protection Investment Exacerbates Air Pollution Exposure Inequality in Urban China.** Ecological Economics. Vol. 131. Jan. 2017. p. 468-474.

SZELENYI, Ivan. **Capitalism in China?** Comparative Perspectives. In: CHU Y. (editor). Chinese Capitalisms: Historical Emergence and Political Implications. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010. p. 199-223.

THE 13TH FIVE-YEAR PLAN - **For Economic and Social Development of the People's Republic of China (2016–2020).** Beijing: Central Compilation & Translation Press, 2016. Disponível em <<http://en.ndrc.gov.cn/policyrelease/201612/P020161207645766966662.pdf>>

TIGRE, Paulo Bastos. **Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma.** Revista Brasileira de Inovação. Vol. 4, No. 1. Jan-Jun 2005.

TREVISAN, Cláudia. **China, O Renascimento do Império.** São Paulo: Editora Planeta, 2006. 236 p.

TSAI, Kellee S. **The Political Economy of State Capitalism and Shadow Banking in China.** Taipei: Issues & Studies, 51, No 1. Mar. 2015. p. 55-97.

VISENTINI, Paulo Fagundes. As Dimensões Esquecidas do Desenvolvimento Chinês (1949-1979). Século XXI, Porto Alegre. Vol. 7, n. 1. Jan-Jun 2016.

VOGEL, Ezra. **Deng Xiaoping and the Transformation of China.** Cambridge: Belknap Press, 2011. 928p.

WALDER, Andrew G. **The China Quarterly**, No. 144, Special Issue: China's Transitional Economy. Londres, Dez. 1995, p. 963-979.

WALTER, Carl E.; HOWIE, Fraser J. T. **Red Capitalism** - The Fragiel Financial Foundation of China's Extraordinary Rise. Cingapura: John Wiley & Sons (Asia). 2011. 234p.

WANG, Helen H. **The Chinese Dream: The Rise of the World's Largest Middle Class and What It Means to You.** Brande, Dinamarca: Bestseller Press, 2010. 221p.

WIKE, Richard; STOKES, Bruce. **Chinese Public Sees More Powerful Role in World, Names U.S. as Top Threat** - Domestic challenges persist: Corruption, consumer safety, pollution. Washington: Pew Research Center, 5 Out. 2016.

WU, Guoba. **Ending poverty in China: What explains great poverty reduction and a simultaneous increase in inequality in rural areas?** Banco Mundial, 19 Out. 2016.

XI, Jinping. **A Governança da China**. Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras, 2014. 565p.

_____. **Jointly Shoulder Responsibility of Our Times**, Promote Global Growth. Davos: Keynote Speech by President of PRC. 17 Jan. 2017. Disponível em <http://www.xinhuanet.com/english/2017-01/18/c_135991184.htm>. Acesso: 12 Jun. 2018.

XIE, Ping; ZOU, Chuanwei; LIU, Haier. **The Fundamentals of Internet Finance and its Policy Implications in China**. Beijing: China Economic Journal, Vol. 9, No 3. 2016.

XUE, Muqiao. **China's Socialist Economy**. Beijing: Foreign Languages Press, 1981. 316p.

YAN, Xuetong. **The Rise of China in Chinese Eyes**. Journal of Contemporary China (2001), 10(26), p. 33–39.

YI, Pu. **Autobiografia de Pu Yi** - O Último Imperador da China. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. 317p.

ZHANG, Xian; BAI, Xue. **Incentive Policies from 2006 to 2016 and New Energy Vehicle Adoption in 2010-2020 in China**. Renewable and Sustainable Energy Reviews. No. 70. 2017, p. 24-43.

ZHENG, Bingwen. **A “armadilha da renda média” e as quatro fases do crescimento econômico da China**. In: PEREIRA, Lia V., VELOSO, Fernando, ZHENG, Bingwen. Armadilha da renda média: visões do Brasil e da China Vol.2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ZHOU, Weihuan; ARNER, Douglas W.; BUCKLEY, Ross P. **Regulation of Digital Financial Services in China: Last Mover Advantage?** Beijing: Tsinghua China Law Review, 2016. p. 25-62.

ZHU, Jiangnan; ZHANG, Dong. **Does Corruption Hinder Private Businesses? Leadership Stability and Predictable Corruption in China**. Nova Jersey: Governance. Vol. 30, No. 3, p. 343-363, Jul. 2017.